

Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

Ana Cláudia Camargo Carvalho

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO AUXÍLIO NA REINTEGRAÇÃO DO INDIVÍDUO PRESO

Dissertação de Mestrado

Florianópolis
2002

Ana Cláudia Camargo Carvalho

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO AUXÍLIO NA REINTEGRAÇÃO DO INDIVÍDUO PRESO

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-graduação em Engenharia de
Produção concentração em Mídia e
Conhecimento com ênfase em Organizações
e Instituições da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito parcial para
obtenção do título em Mestre em Engenharia
de Produção

Orientador: Prof. Doutor Alejandro Martins Rodrigues

Florianópolis
2002

Ficha Catalográfica

Carvalho, Ana Cláudia Camargo.

A educação a distância como auxílio na
reintegração do indivíduo preso / Ana Cláudia
Camargo Carvalho. Florianópolis : UFSC, 2002.

Xxp. : il.

Dissertação de Mestrado em Engenharia de
Produção.

Orientador: Prof. Doutor Alejandro Martins
Rodrigues

1- Educação a Distância 2- Educação - Sistema
Penitenciário - Brasil I- Título

CDD 370

Ana Cláudia Camargo Carvalho

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO AUXÍLIO NA REINTEGRAÇÃO DO INDIVÍDUO PRESO

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do título de **Mestre em Engenharia de Produção com ênfase em Mídia e Conhecimento na Área de Organização de Empresas no Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção** da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 30 de agosto de 2002

Edson Pacheco Palidimi
Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA

Prof. Alejandro Martins Rodrigues, Dr
Orientador

Prof^a. Cristiane Coelho, Dra

Prof. Francisco Antônio Pereira Fialho, Dra

Prof^a. Regina F.F. de Andrade Bolzan
Tutora

Prof. Ludimila Guimarães
Co-orientadora

Dedico este trabalho aos meus queridos pais, Wilson e Ana Maria, que em todos os momentos e, principalmente nos mais difíceis, apoiaram-me e ensinaram-me a ser perseverante, com suas orientações, críticas, cobranças e muito, muito amor e carinho. Por serem meus principais modelos na vida pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

À Universidade Federal de Santa Catarina.

Ao Professor Alejandro Martins Rodrigues, pela motivação, orientação e por ter acreditado na realização deste trabalho.

À Regina Bolzan, pela paciência, incentivo, apoio, confiança e amizade.

À Ludimila Guimarães, amiga, co-orientadora, com quem pude contar em todos os momentos, pela constante disponibilidade em ajudar e aprofundar conhecimentos e assuntos.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da UFSC, que me proporcionaram novos horizontes do saber.

Ao doutor Márcio Marquéz Freitas, que com sua simpatia e profissionalismo, colocou à disposição o Centro de Internamento e Reeducação.

À professora Verlúcia Moreira Cavalcante, coordenadora da Funap, pela receptividade e fundamental colaboração no desenvolvimento desse trabalho.

Ao doutor Ângelo Roncalli, que se dispôs a ajudar-me em tudo que fosse possível.

Ao André Rodrigues dos Reis, pela colaboração e disposição em ajudar na digitação e formatação do trabalho.

Ao meu amado pai, Wilson, que me auxiliou, ajudou, incentivou nessa árdua mas prazerosa etapa de minha vida.

À minha querida mãe, Ana Maria, pela dedicação, amor, carinho, apoio e compreensão em todos os momentos.

Ao meu filho Iago, que me dá esperança de sonhar com um mundo melhor, mais humano, alegre e feliz.

Ao Luciano Carvalho, que me incentivou a trilhar e alcançar meus objetivos, com paciência e dedicação, e ajudou-me na digitação desse trabalho.

Aos meus irmãos Júnior e Henrique, que me ajudaram em momentos especiais.

À Elisete Cristina, pela colaboração e apoio.

Às minhas novas amigas, Etel Tomás e Mário Braga, que me auxiliaram, colaboraram e estimularam-me para continuar a caminhada.

A todos que de alguma forma colaboraram para a execução desse trabalho.

Muito obrigada!

"Na era do conhecimento, deixar de reconhecer o outro em sua inteligência e recusar-lhe sua verdadeira identidade social, é alimentar seu ressentimento e sua hostilidade, sua humilhação, a frustração de onde surge a violência. Em contrapartida, quando valorizarmos o outro de acordo com o toque variado de seus saberes, permitimos que se identifique de um modo novo e positivo, contribuímos para mobilizá-lo, para desenvolver nele sentimentos de reconhecimento que facilitarão, conseqüentemente, a implicação subjetiva de outras pessoas em projetos coletivos".

Pierry Lèvy

RESUMO

CARVALHO, Ana Cláudia Camargo. **A Educação a Distância como Auxílio na Reintegração do Indivíduo Preso**. 2001.156f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção concentração em Mídia e Conhecimento com ênfase em Organizações e Instituições) – Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Este estudo aborda o Sistema Penitenciário nos aspectos de reintegração, educação e profissionalização do cidadão preso face às condições precárias e inóspitas em que eles vivem e convivem nas penitenciárias; visa à implantação de um sistema moderno de tecnologia para o auxílio não só da recuperação do indivíduo preso, mas também da reintegração deste na sociedade assim como a ampliação das bases de conhecimento educacional e profissional a fim de que quando libertos, possam ser reintegrados à sociedade sem a mácula da expressão “ex-presidiário”. Assim sendo, com a implantação do sistema de Televisão Corporativa, os presos têm a oportunidade de serem assistidos por profissionais das áreas definidas segundo a programação planejada pela coordenação do Sistema Penitenciário.

Palavras-chave: Sistema Penitenciário; Reintegração; Sistema carcerário; Reintegração profissional e social a distância; Televisão corporativa.

ABSTRACT

CARVALHO, Ana Cláudia Camargo. **A Educação a Distância como Auxílio na Reintegração do Indivíduo Preso**. 2001.156 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção concentração em Mídia e Conhecimento com ênfase em Organizações e Instituições) – Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

This study reports to the Penitentiary System in the following aspects the reinstation, education and professionalization of arrested citizens when they have to live under precarious and inhospitable conditions in the penitentiaries. It aims the implementation of a technology's modern system to help not only with the recover of the prisoner, but with the reinstation of this citizen in the society as well; and also a system which will have a willing to enlarge the educational and professional knowledge basis so that, when the prisoner gets free, it can be reinstated to the society without the expression's stain "ex-prisoner". Therefore, with the implementation of a Corporative Television System, the prisoner have the opportunity to be assisted by a professional of the areas defined according to the planned programme by the Penitentiary System Coordination.

Key-words: Penitentiary System; Reinstation; Jail system; Professional and social long-distance reintegration; Corporative television.

Sumário

Lista de Figuras	xii
Lista de Quadros	xiii
Lista de Tabelas	xiv
Lista de Reduções	xv
1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Estrutura	25
1.2 Problema	26
1.3 Justificativa	26
1.4 Objetivo Geral	27
1.5 Objetivos específicos	27
1.6 Metodologia	27
2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	29
2.1 Definições de Educação a Distância	29
2.2 Geração de Ensino a Distância	33
2.3 Modelos Pedagógicos em Ensino a Distância	36
2.3.1 O Modelo Progressista e a Educação a Distância	39
2.4 Motivação: aplicação no Ensino a Distância	41
2.5 Multimídia na Educação	47
2.6 A Televisão Corporativa como integrante da Educação a Distância	48
2.6.1 Definição e objetivos da TV Corporativa	49
2.6.2 A TV Corporativa no Sistema Penitenciário	50
3 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DE CIDADANIA, GLOBALIZAÇÃO E EXCLUSÃO	53
3.1 Do Direito Primitivo e do Moderno	53
3.2 Cidadania	54
3.2.1 O homem e a cidadania	59
3.3 Globalização	63
3.3.1 Globalização, igualdade e desigualdade	64
3.4 Exclusão	70
4 O DIREITO À EDUCAÇÃO E O SISTEMA PENITENCIÁRIO	86
4.1 O direito à educação	86
4.2 A cultura e o trabalho como integrantes da educação	89
4.3 Breve histórico do Sistema Penitenciário	91
4.4 Instituição e Instituição Total	94
4.5 A tecnologia educacional aplicada no Sistema Penitenciário	95
5 SISTEMAS DIFERENTES DE PENITENCIÁRIAS NO BRASIL	101
5.1 Centro de Reintegração Social de Itaúna	102
5.2 Penitenciária Industrial Regional	104
5.3 Centro de Ressocialização de Bragança Paulista;	105
6 O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO	108
6.1 A Situação Atual do Mundo	108
6.2 Aspectos do Sistema Penitenciário Brasileiro	108
6.3 Estudo de Caso	122
6.3.1 Centro de Internamento e Reeducação - CIR	123
7 PROJETOS PROPOSTOS NESTA PESQUISA	132
7.1 Escritório Modelo	132
7.2 A tecnologia como auxílio para o preso	135

7.2.1 A utilização do computador	135
7.2.2 Televisão Corporativa no Sistema Penitenciário	136
7.3 Projeto para criação do Fundo de Amparo ao ex-presidiário	138
7.3.1 Histórico	138
7.3.2 O que representa o FAP	139
7.3.3 Quem terá direito.....	139
7.3.4 Como requerer	139
7.3.5 Valor do benefício	139
7.3.6 Como receber	140
8 CONCLUSÃO.....	141
8.1 Recomendações Gerais	142
8.2 Limitações do estudo e pesquisas futuras :	143
9 FONTES BIBLIOGRÁFICAS	145
10 ANEXOS	155

Lista de Figuras

Figura 1 : Penetração da Internet <i>versus</i> Custo de Acesso	18
Figura 2 : Pirâmide das necessidades de Maslow.	42
Figura 3 : Gráfico comparativo de presos por 100 mil habitantes.	111
Figura 4 : Gráfico comparativo - total de presos por Estado - incluindo polícia.....	113
Figura 5 : Gráfico comparativo – total de presos por sexo	114
Figura 6 : Estatística de pesquisa profissionalizante.....	127
Figura 7 : Organograma do Escritório Modelo.....	134

Lista de Quadros

Quadro 1 : Modelos Pedagógicos	37
Quadro 2 : Demonstrativo da relação de instrumento/modelo de aprendizagem.....	39
Quadro 3 : Fatores relevantes à motivação segundo Herzberg	42
Quadro 4 : Processo da Globalização	66
Quadro 5 : Desigualdade de Renda	73
Quadro 6 : Progresso pela Educação	87

Lista de Tabelas

Tabela 1 : Desigualdade de acesso às redes no mundo.....	18
Tabela 2 : Usuários e Hosts Internet em Países latino-americanos	77
Tabela 3 : Usuários e Hosts Internet nas 10 Maiores Economias (por PIB).....	79
Tabela 4 : Presos por população.....	110
Tabela 5 : Número de presos por condição de recolhimento e condenados provisórios – incluindo a polícia.	112
Tabela 6 : Número total de presos por sexo – Sistema prisional e polícia	113
Tabela 7 : Faixa Etária	125
Tabela 8 : Grau de Instrução.....	125
Tabela 9 : Estado Civil	126

Lista de Reduções

Abreviaturas

TV - Televisão

Siglas

APAC - Associação de Produção e Assistência aos Condenados

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

CAPS – Centro de Atenção Psico-Social

CDI – Comitê para Democratização da Informática

CPA – Colônias Penais e Agrícolas

CSS - Conselho de Sinceridade e Solidariedade

CIR – Centro de Internamento e Reeducação

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

EAD – Educação a Distância ou Ensino a Distância

EIC – Escolas de Informática e Cidadania

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNAP - Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso

FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações

GATT – Convênio Geral de Tarifas e Comércio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILANUD – Instituto Latino-Americano para a Preservação do Delito e o Tratamento do Delinqüente

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica

LEP – Lei de Execução Penal

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

SESI – Serviço Social da Indústria

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UHF – Ultra High Frequency

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIEMP – Fórum das Relações Universidade/Empresa

VHF –Very High Frequency

1 INTRODUÇÃO

Mídia, conhecimento, comunicação e linguagem são conceitos que estão interligados. Na medida em que qualquer conhecimento é considerado incompleto se não for comunicável, e só poderá ser comunicável por meio da linguagem verbal ou não - verbal, a mídia está inserida na linguagem. Entende-se por mídia o conjunto dos meios de informação e comunicação, bem como a informação distribuída por meio da tecnologia que são as mensagens mediadas ou os sistemas de símbolos. São exemplos de mídias os textos dos livros, o som das fitas de áudio, as imagens de fotografias e as fitas de vídeo.

O vasto mundo da comunicação vem-se ampliando cada vez mais, com o desenvolvimento de pesquisas sobre o assunto e as recentes invenções tecnológicas no âmbito dos veículos de comunicação social e individual. As novas tecnologias aparecem quer no universo da indústria, quer no universo da escola.

A tecnologia está ao nosso redor e os avanços tecnológicos influenciam diretamente nossa vida cotidiana. Quando se fala a respeito de tecnologia de informação e comunicação, não se está falando somente das máquinas que distribuem as mensagens, mas de todo o sistema, incluindo a organização onde elas estão inseridas e as pessoas que participam deste trabalho. A comunicação é facilitada por equipamentos que são aprimorados a cada dia, como rádio, telefone, televisão, rede de TV a cabo, computador, rede de computadores. Uma parafernália que redefine noções de tempo e espaço e que possibilita o acesso a informações que não eram tidas com facilidade. O que antes era privilégio de poucos que não podiam viajar e comprar livros em outros países, agora está à disposição na Internet. A leitura de jornais de diversas partes do mundo não encontra barreiras de distância e tempo, somente do idioma, quando não se tem o conhecimento da língua.

Segundo Thompson (apud BARZOTTO, 1999, p.215) “As atividades da mídia nos vários campos sofreram mudanças consideráveis, em decorrência do desenvolvimento das novas tecnologias, da telecomunicação e do processamento da informação”.

Vilches (1997) também citado pelo autor acima, menciona os progressos das tecnologias da informação, dos satélites, da microeletrônica e da digitação, que têm

provocado fortes impactos sociais e cujos possíveis efeitos não são suficientemente elucidados, sobretudo por serem recentes.

No que tange à educação, pode-se dizer que essas tecnologias ajudam no processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, os educadores, como qualquer profissional atualizado, precisam tomar conhecimento e saber utilizar a tecnologia.

Podem ser destacados como exemplos de mídias, além dos referidos anteriormente, primeiro, o jornal impresso, o qual tem uma gama infinita de opções de trabalho na sala de aula e que é de fácil acesso e de custo barato. O jornal, voltado para a prática educacional, tem como objetivo oferecer ao professor um recurso de fácil acesso e alto poder de motivação para o aluno. No caso da língua portuguesa, ele ajuda a desenvolver o gosto pela leitura e pela escrita, munindo o aluno de embasamento e segurança para melhor confecção de suas idéias; também pode ser citado o trabalho da expressão oral, em que é oferecido ao professor a possibilidade de trabalhar com temas interessantes e atuais e de interesse global para debates entre os alunos. Mas não é somente na parte da Comunicação e Expressão que ele pode ser utilizado; em todas as disciplinas há um grande aproveitamento; quando se fala de saúde, pode servir de apoio às disciplinas de biologia e ciências; em gráficos, na economia, na ilustração de estudos estatísticos em várias áreas, e matemática; obras de diferentes pintores, música, cinema, nas artes. Então, o uso do jornal como processo pedagógico pode ser um elemento de atualização, dinamização e complementação do aprendizado.

Outro exemplo é a Internet, que é um meio que poderá conduzir a uma crescente democratização e troca da cultura de forma geral e é, ainda, um canal de construção do conhecimento a partir da transformação das informações pelos alunos e professores; entretanto, nem todas as pessoas podem ter acesso a esse veículo, pois o custo é bem mais elevado.

O acesso às redes no mundo é bastante desigual como pode ser verificado na tabela abaixo:

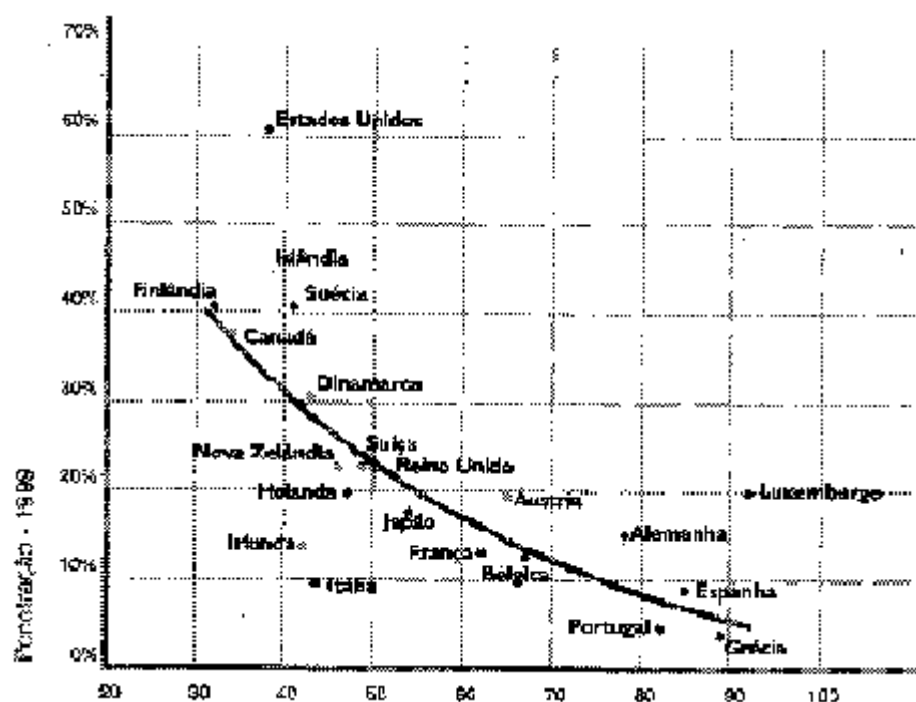
Tabela 1 : Desigualdade de acesso às redes no mundo

Região	Milhões
<i>Canadá e EUA</i>	<i>147,48</i>
<i>Europa</i>	<i>91,82</i>
<i>Ásia e Pacífico</i>	<i>75, 50</i>
<i>América Latina</i>	<i>13,19</i>
<i>África</i>	<i>2,77</i>
<i>Oriente Médio</i>	<i>1,90</i>
<i>Total</i>	<i>332,66</i>

Fonte : NUA Internet Surveys <http://www.nua.ie/surveys/how_many_online/index.html> - 1999

Essa heterogeneidade ocorre devido aos recursos requeridos para tal, que inclui a parte de infra-estrutura e a parte de computadores.

A figura 1, mostra que quase todos os países com alto custo de acesso apresentam baixa penetração da Internet.

Figura 1 : Penetração da Internet *versus* Custo de Acesso

Custo típico mensal de acesso (\$) - 1999

Fonte : Booz-Allen & Hamilton

É importante ressaltar que o fato dos custos de acesso serem relativamente baixos, como o caso do Brasil, não resulta por si só, em grande penetração da rede. Segundo a Sociedade da Informação no Brasil- Livro Verde, há outros condicionantes para a universalização de serviços da Internet, tais como: renda per capita, penetração do serviço telefônico, nível de escolaridade da população; esses podem ser agregados a aspectos culturais, à familiaridade das pessoas para a utilização da Internet e à utilidade das informações oferecidas.

A Internet se caracteriza por ser um espaço virtual onde surgem novas maneiras de interagir. Para ilustrar essa assertiva, serão conceituados os termos virtual e virtualização, segundo Lévy (1996, p. 15-22):

Virtual vem do latim medieval *virtualis*, derivado por sua vez de *virtus*, força, potência. Na filosofia escolástica, é virtual o que existe em potência e não em ato. O virtual tende a atualizar-se, sem ter passado no entanto à concretização efetiva ou formal. A árvore está virtualmente presente na semente. Em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes, é como o complexo problemático que pertence à entidade considerada e constitui inclusive uma de suas dimensões maiores; por um lado, a entidade carrega e produz suas virtualidades: um acontecimento, por exemplo, reorganiza uma problemática anterior e é suscetível de receber interpretações variadas. Por outro lado, o virtual constitui a entidade: as virtualidades inerentes a um ser, sua problemática, o nó de tensões, de coerções e de projetos que o animam, as questões que o movem são uma das partes essenciais de sua determinação.

A virtualização pode ser definida como o movimento inverso da atualização. Consiste em uma passagem do atual ao virtual, em uma “elevação à potência” da entidade considerada. Ela implica a mesma quantidade de inversibilidade em seus efeitos, de indeterminação em seu processo e de invenção em seu esforço quanto a atualização. A virtualização é um dos principais vetores da criação da realidade.

Lévy (1996) cita também o termo desterritorialização como desprendimento do aqui e agora. É importante destacar que quando uma pessoa, um ato ou uma informação se virtualizam, eles se tornam “não-presentes” ou seja, desterritorializam-se; uma espécie de desatrelamento do espaço temporal preciso físico ou geográfico.

Cabe ressaltar que uma das principais modalidades da virtualização é esse desprendimento do aqui e agora; no momento em que algo se virtualiza, desterritorializa-se. Um exemplo ilustrativo desse desprendimento do aqui e agora é quando uma pessoa está em Manaus e quer fazer um curso que está sendo dado no Rio Grande do Sul, entretanto, ela não tem condições de ir ao local em que está sendo ministrado o curso ou não tem disponibilidade de horário, pois trabalha o dia inteiro e o curso é dado durante o dia, ou trabalha a noite e o curso é realizado a noite. Então, é nesse momento que se utiliza o recurso da virtualização como auxílio para planificar suas atividades no espaço e no tempo evitando modificações e deslocamentos nos seus horários cotidianos. Um outro exemplo da desterritorialização é o hipertexto.

É pertinente inserir o virtual no Sistema Penitenciário. Quando um cidadão é preso por ter atentado contra os direitos de outro cidadão ou patrimônio, essa privação da liberdade tem o objetivo de punição. Por estar preso, não é permitido a ele ir à escola ou freqüentar um curso profissionalizante. Sendo uma das principais modalidades da virtualização o desprendimento do aqui e agora, esse preso tem condições, sem sair do espaço físico ou geográfico, de estudar e de se profissionalizar, e esse será um caminho para sua reintegração à sociedade, a fim de que não fique ocioso. Isso o ajudará a ser uma pessoa capacitada e tornar-se um cidadão comum sem se voltar para o mundo do crime novamente.

A extensão do ciberespaço representa um dos grandes surgimentos de objetos indutores de inteligência coletiva. O que torna a Internet tão interessante? Trata-se de um objeto comum, dinâmico, construído, ou pelo menos alimentado, por todos os que o utilizam. Ele certamente adquiriu esse caráter de não-separação por ter sido fabricado, ampliado, melhorado pelos informatas que a princípio eram os principais usuários. O ciberespaço faz uma ligação por ser ao mesmo tempo o objeto comum de seus produtores e de seus exploradores. A utilização dele é um desafio que os professores e as escolas estarão enfrentando neste começo de século, pois ele apresenta uma concepção socializadora da informação e da cultura.

O uso pedagógico das redes oferece a alunos e professores a chance de poder esclarecer suas dúvidas a distância, promovendo ainda, o estudo em grupo com estudantes separados geograficamente, permitindo-lhes a discussão de temas

do mesmo interesse. A Internet é considerada completa, abrangente e complexa ferramenta de aprendizado do mundo.

Gates (1995, p.231-254) relata a importância das redes no processo educacional. A “estrada”, segundo Gates, permitirá a exploração interativa de estudantes e professores aumentando e disseminando as oportunidades educacionais e pessoais, inclusive daqueles estudantes que não puderem estudar nas melhores universidades e escolas. Porém, o autor adverte que para que sejam extraídos os benefícios do uso das redes, é preciso encarar o uso dos computadores nas escolas e nas salas de aula de forma diferente, ou seja, de uma forma renovadora, interessante, socializadora.

Entretanto, não se pode esquecer de que a maioria da população brasileira não tem acesso à tecnologia de ponta, nem habilidade para fazer uso da mesma.

As escolas e instituições do sistema carcerário no Brasil estão caminhando de forma muito lenta quando comparadas aos outros setores sociais.

É preciso que se faça uma reflexão sobre todos os agentes envolvidos no processo educativo, que haja uma valorização e capacitação dos principais agentes deste processo: os governantes educacionais, os professores e os alunos. É importante que se desenvolvam pesquisas na área da utilização de novas tecnologias na educação, abordando estudos sobre o processo concreto de formação do professor e o trabalho docente, enquanto práticas sociais, tomadas como pontos de partida e de chegada para discussões sobre a temática proposta, nos âmbitos conceitual, explicativo e normativo.

Todo tipo de recurso que um professor possa dispor em seu trabalho numa sala de aula, pode ser considerado como uma forma de tecnologia. O uso da tecnologia educacional já data de uma época bem anterior a do uso do computador. Como exemplos, existe até hoje, o uso da lousa, dos *slides*, do retroprojeto, dos mapas geográficos, do livro didático etc.

Com o avanço da informática e das mídias, esses recursos puderam se transformar e outros puderam ser criados com o objetivo de facilitar tanto o trabalho do professor quanto a aprendizagem do aluno.

A tecnologia não é uma solução para todos os problemas, principalmente os educacionais, mas apresenta um grande leque de possibilidades a serem testadas

com o uso da Internet, por exemplo, vista como um espaço onde há relações, trocas e construções cognitivas entre pessoas. O que faz a diferença é a maneira como o educador irá utilizar cada inovação tecnológica (recursos tecnológicos, computadores, Internet, educação a distância).

Mídias e tecnologias tradicionais e modernas interagem de vários modos entre si e são fortes presenças na comunicação e educação intencionais de sentimentos, idéias e propostas entre educadores e educandos.

Segundo Barzotto (1999, p.216)

O estabelecimento e a expansão das indústrias da mídia nas décadas recentes, decorrentes das novas tecnologias, redundaram na configuração atual do império da mídia, controlado por grupos que dominam boa parte da produção mundial, destacando-se os setores de televisão, vídeo, multimídia, música, rádio, jornal, livros e revistas. Com essa megaestrutura dos meios de comunicação de massa, a visão de Marshall McLuhan de uma grande “aldeia global” tornou-se uma realidade inquestionável.

As intencionalidades, nas práticas escolares, mostram seus aspectos éticos e políticos. Segundo Delors, no relatório da UNESCO (2001,p. 89-101), essas intencionalidades são responsáveis pela organização das práticas em que as pessoas vivenciam os processos de aprender a conhecer a cultura geral; aprender a trabalhar em equipe, enfocando não somente a qualificação profissional, mas também aprender a fazer, no âmbito das experiências de trabalho ou sociais; aprender a ser cidadãos individuais e participantes; aprender a viver junto com outras pessoas, criando uma nova mentalidade de partilhar da realização da vida de melhor qualidade para todas as pessoas.

Diante das possibilidades tecnológicas de captação, armazenamento, interligação, transmissão e uso das informações, que se ampliam, novas aplicações vão sendo introduzidas na área educacional, buscando um melhor resultado no aproveitamento do ensino e aprendizagem, em relação às tecnologias utilizadas em salas de aula tradicionais.

Toda esta tecnologia, no entanto, só poderá oferecer os resultados esperados, quando a sua integração, em sistemas educacionais, for bem trabalhada, dosada e estruturada, prevendo diferentes tipos de usuários, no caso estudantes,

que possuem diversos estilos de aprendizagem, de compreensão, de motivação e vivência.

Essas inovações ou intenções não se podem realizar, evidentemente, apenas pelas forças próprias dos equipamentos, programas ou produtos oferecidos por seus produtores, mas, sobretudo, pelas forças de qualidade de uso comunicacional dos mesmos pelos professores.

Com o exposto nessa introdução, relata-se uma preocupação no que diz respeito à educação e à tecnologia. A palavra “educação” tem algumas definições tais como:

Dicionário Contemporâneo da Língua portuguesa – Caldas Aulete volume II p. 1608.

Ação e efeito de educar, de desenvolver faculdades físicas, intelectuais e morais da criança e em geral do ser humano; disciplinamento, instrução, ensino, conjunto de dotes intelectuais, das prendas ou artes manuais e das qualidades morais que em cada indivíduo se desenvolvem pelo estudo e aplicação; fim particular desse ensino e estudo [...]

Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa – Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira.

Ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações jovens para adaptá-las à vida social; trabalho sistematizado, seletivo e orientador, pelo qual ajustamos à vida de acordo com as necessidades, ideais e propósitos dominantes: ato ou efeito de educar: aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas; polidez; cortesia.

Severino (apud GADOTTI, 1999, p.11)

É a prática mais humana, considerando-se a profundidade e a amplitude de sua influência na existência dos homens. Desde o surgimento do homem, é a prática fundamental da espécie, distinguindo o modo do ser cultural dos homens do modo natural do existir dos demais seres vivos.

Grinspun , (1999 p.25)

Prática social, portanto uma prática que se realiza num tempo histórico determinado, com características ideológicas específicas e voltadas para a subjetividade. É uma área da sociedade na qual mantém estrita relação pelos objetivos e pela formação do indivíduo que vai participar da sociedade.

Durkheim (apud SILVA, 1981, p.28)

“Educação é uma coisa eminentemente social, tanto pelas suas origens como pelas suas funções, e que deve ser considerada mais com relação à comunidade do que ao indivíduo.”

Etimologicamente, educação provém de dois vocábulos latinos – *educare* e *educere*, tendo o primeiro o significado de orientar, nutrir, decidir num sentido externo, levando o indivíduo de um ponto onde ele se encontra para outro que se deseja alcançar; *educere* se refere a promover o surgimento de dentro para fora das potencialidades que o indivíduo possui.

É importante destacar que a educação não se efetua numa realidade isolada, mas é uma das principais molas do sistema social.

Schwartz, (apud SILVA, 1981, p.29), afirma que educação é:

uma das instituições que o sistema social se dá a si próprio, para preencher um certo número de funções, entre as quais, em particular, a de garantir a sua “reprodução”. Por conseguinte não tem sentido estudá-la independentemente de todo o contexto sócio-político, do qual é estreitamente dependente [...] qualquer transformação isolada, que se encontre em contradição com o sistema social em seu conjunto é rapidamente neutralizada, sob uma ou outra forma. Assim, a ação sobre o sistema educativo não pode ocorrer sem o aval de certas transformações do sistema social, as quais evidentemente decorrem de decisões de ordem política.

Com o exposto, é visível notar que educação é um valioso instrumento, é vital para o ser humano e pode ter inúmeros conceitos. Esse é um tema bastante discutido, porém, complexo porque envolve diversas frentes de opinião relacionadas às metodologias aplicadas e por aplicar e pelo fato de o interesse governamental não ser realmente eficaz. E quando se fala em educação dentro de um presídio, é percebido que a complexidade do processo educacional fica bem mais extensa, pois não há incentivo por parte do governo e também por parte da sociedade em geral

para a melhoria das condições inerentes à aplicação educacional voltadas para o aprendizado. Pior ainda, quando se discute a questão da educação, da tecnologia e da profissionalização dentro do presídio.

Essa pesquisa nasceu justamente da preocupação com um fato existente há muito tempo: a ressocialização de indivíduos presos na sociedade. Mas como? Por meio da educação, do trabalho profissionalizante (remunerado) e atividades lúdicas.

É mister que se frise que não se está aqui para apoiar ninguém que tenha cometido um crime, qualquer que seja ele, mas para ressaltar que um criminoso não chega a esses atos criminosos à toa. Ele está determinado por uma história, pela cultura, pelo meio em que viveu, por suas relações primitivas, por sua doença e a dos que o cercam. Seja qual for o crime, ele precisará ser punido, porém se for castigado de forma brutal e agressiva e se ficar ocioso, o criminoso, o infrator jamais poderá dar um passo em outra direção.

1.1 Estrutura

No segundo capítulo, será abordado o Ensino a Distância, com as definições a respeito desse assunto, o histórico da Educação a Distância, motivação, modelos pedagógicos e Televisão Corporativa.

Já no terceiro capítulo, serão feitas algumas considerações sobre cidadania, o homem e a cidadania, globalização, igualdade e desigualdade, globalização e exclusão social e exclusão digital.

No quarto capítulo, falar-se-á do direito à educação e do Sistema Penitenciário; far-se-á um breve histórico do Sistema Penitenciário, serão abordados os temas de instituição e instituição total, da tecnologia educacional aplicada no Sistema Penitenciário, teleducação e computador.

No quinto capítulo, serão citados alguns sistemas diferentes de penitenciárias no Brasil, tais como o Centro de Reintegração Social de Itaúna, a Penitenciária Industrial Regional e o Centro de Bragança Paulista .

No sexto capítulo , abordar-se-á o estudo de caso da penitenciária do Distrito Federal – Centro de Integração e Reabilitação – CIR, mais conhecida como PAPUDA, sendo apresentados os resultados de questionários feitos ao Diretor do presídio Dr. Márcio Márquez Freitas, à Coordenadora da Fundação de Amparo ao

Trabalhador Preso – FUNAP, professora Verlúcia Moreira Cavalcante e aos próprios internos.

No sétimo capítulo serão feitas algumas propostas para a melhoria do Sistema Penitenciário, no que diz respeito à educação, à profissionalização e ajuda ao preso e ex-detento.

E, finalmente, no oitavo capítulo, será apresentada a conclusão da pesquisa.

1.2 Problema

Situação atual do Sistema Penitenciário no Brasil

No sistema carcerário há uma grande dificuldade no que diz respeito à educação, pois existe carência de recursos materiais e não há, de forma precisa, o incentivo do governo e da sociedade para que o cidadão preso adquira conhecimentos úteis à vida dele, conhecimentos que, por sua vez, são muito importantes porque neste momento esses cidadãos não estarão ociosos e terão uma oportunidade, que muitas vezes, nunca tiveram : a de aprender.

Deve-se destacar também que o Estado não elabora efetivamente um plano para a recuperação desse preso e que a sociedade, juntamente com o Estado, exime-se em colaborar com meios materiais e financeiros. Isso acarreta a ociosidade permanente do interno, pois as atividades desenvolvidas no sistema são precárias pela falta de recursos; a maioria dos objetos destinados à recuperação do preso, como por exemplo, computadores, impressoras e televisões são materiais-sucata de outros órgãos do poder federal e estadual; pode-se confirmar essa assertiva tomando por base os equipamentos do Centro de Internamento e Reeducação – CIR, os quais são todos ultrapassados e foram doados pelo Superior Tribunal de Justiça.

1.3 Justificativa

O Estado investe mensalmente em um cidadão condenado ao regime prisional a importância de aproximadamente R\$ 750,00, para que o mesmo cumpra a sua pena em regime fechado; porém, a maioria dos presídios não oferece ao presidiário nenhum meio de recuperação, e isso faz com que o detento se torne um

verdadeiro pária da sociedade. Assim, os objetivos principais que são a reintegração e a socialização do indivíduo ficam postergados.

Por que o sistema prisional ao longo dos anos não incorporou a tecnologia moderna para a recuperação do preso? São poucos os casos de presidiários que conseguem suplantar a inércia das autoridades governamentais e mesmo dentro do sistema conseguem concluir um curso secundário e cursar uma Universidade.

1.4 Objetivo Geral

Apontar um modelo de Educação a Distância para a reintegração do preso na sociedade.

1.5 Objetivos específicos

- Relatar a importância da Educação a Distância no Sistema Penitenciário para a Educação a Distância dos presos;
- Demonstrar a utilidade da Televisão Corporativa no processo de reintegração do preso na sociedade;
- Identificar quais as tecnologias de melhor aplicabilidade no Sistema Penitenciário;
- Apontar a relação entre educação, cultura e trabalho;
- Demonstrar a percepção do cidadão preso em relação à tecnologia;
- Destacar aspectos do Sistema Penitenciário;
- Propor o funcionamento do Escritório Modelo;
- Descrever a utilização da TV Corporativa no Sistema Penitenciário.

1.6 Metodologia

Esta pesquisa tem como público-alvo o cidadão preso do Centro de Internamento e Reeducação – CIR. Os detentos foram questionados a respeito de sua expectativa de vida, seus interesses profissionais, sobre a importância da informática. As perguntas dos questionários foram abertas para que eles pudessem responder o que estavam pensando e sentindo, sem serem pressionados por uma resposta formulada anteriormente. As respostas foram tabuladas por meio de

estatísticas e figuras. Não deixaram de ser questionados , com perguntas abertas, além dos presos, o diretor do presídio e a coordenadora da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP a respeito da estrutura, opiniões de melhoria do sistema, cursos já existentes. A observação de todos foi sistemática e não-participante. Dos 100 (cem) questionários remetidos para os presos, apenas 36 (trinta e seis) foram respondidos, apesar da insistência e das várias idas ao presídio.

2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

É notada a dimensão que a Educação a Distância tem tomado, pois esse assunto tem sido bastante discutido em congressos, seminários e salas de aula.

Existem várias definições, segundo alguns autores, para Educação a Distância.

2.1 Definições de Educação a Distância

Ochoa< <http://www.cciencia.ufrj.br/educnet/educad.htm>>:

Educação a Distância é um sistema baseado no uso seletivo de meios institucionais, tanto tradicionais quanto inovadores, que promovem o processo de auto-aprendizagem, para obter objetivos educacionais específicos, com um potencial de maior cobertura geográfica que a dos sistemas educativos tradicionais-presenciais.

Peters (apud BELLONI 1999,p.27):

O Ensino a Distância é um método de transmitir conhecimentos, habilidades e atitudes, racionalizando, mediante a aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, assim como o uso extensivo de meios técnicos, especialmente, para o objetivo de reproduzir material de ensino de alta qualidade, o que torna possível instruir um grande número de alunos ao mesmo tempo e onde quer que eles vivam. É uma forma industrializada de ensino e aprendizagem.

Cirigliano < <http://www.cciencia.ufrj.br/educnet/educad.htm>>:

Ensino a Distância é um ponto intermediário de uma linha contínua em cujos extremos se situam, de um lado, a relação presencial professor-aluno, e, de outro, a educação autodidata, aberta, em que o aluno não precisa de ajuda do professor. Na Educação a Distância ao não haver contato direto entre educador e educando, requer-se que os conteúdos sejam tratados de um modo especial, ou seja, tenham uma organização que os torne passíveis de aprendizado à distância. Essa necessidade de tratamento especial exigida pela distância é o que valoriza o modelo de instrução de maneira que se torne um modo de tratar e estruturar os conteúdos para fazê-los

assimiláveis. Na Educação a Distância, ao se colocar o aluno em contato com o material estruturado, isto é, com os conteúdos organizados segundo seu planejamento, é como se, no texto, o material – e graças ao planejamento – o próprio professor estivesse presente.

Ochoa e Armengol definem a Educação a Distância de modo específico.

Esses conceitos de Educação a Distância podem auxiliar na reintegração e reinserção da pessoa presa porque eles citam a auto-aprendizagem, a separação dos alunos e professores e a maior cobertura geográfica, aspectos que são evidentes e importantes quando se fala em educação numa prisão.

Ibáñez <<http://www.cciencia.ufrj.br/educnet/educad.htm>>:

Definir o Ensino a Distância em função de que não é imprescindível que o professor esteja junto ao aluno não é de todo exato, embora seja um traço meramente negativo. No Ensino a Distância, a relação didática tem um caráter múltiplo. Há que se recorrer a uma pluralidade de vias. É um sistema multimídia.

O Ensino a Distância é um sistema multimídia de comunicação bidirecional com o aluno afastado do centro docente e ajudado por uma organização de apoio, para atender de modo flexível à aprendizagem de uma população massiva e disperso. Esse sistema se configura com recursos tecnológicos que permitam economia de escola.

Miguel C. Armengol <<http://www.cciencia.ufrj.br/educnet/educad.htm>>

A expressão Educação a Distância cobre um amplo espectro de diversas formas de estudo e estratégias educativas, que têm em comum o fato de que não se cumprem mediante a tradicional contigüidade física de professores e alunos em locais especiais para fins educativos; esta nova forma educativa inclui todos os métodos de ensino nos quais, devido à separação existente entre alunos e professores, as fases interativas e pré-ativas do ensino são conduzidas mediante a palavra impressa e/ou elementos mecânicos e eletrônicos.

Segundo Holberg citado no *site* <http://www.cciencia.ufrj.br/educnet/educad.htm>, a mais importante característica do estudo à distância é a não diretividade da comunicação e existem algumas conseqüências dessa comunicação não direta, que são:

- 1) A base do estudo a distância é normalmente um curso pré-produzido, que costuma ser impresso, mas também pode ser apresentado através de outros meios distintos da palavra escrita, por exemplo, as fitas de áudio e vídeo, os programas de rádio ou televisão ou os jogos experimentais. O curso deve ser auto- instrutivo, ou seja, ser acessível ao estudo individual, sem o apoio do professor. Por razões práticas, a palavra curso é empregada para significar os materiais de ensino-aprendizagem.
- 2) A comunicação organizada de ida e volta tem lugar entre os alunos uma organização de apoio. O meio mais comum utilizado para isso é a palavra escrita, mas o telefone já se converteu em um instrumento de importância na comunicação a distância.
- 3) A Educação a Distância leva em conta o estudo individual, servindo expressamente ao aluno isolado, no estudo que realiza por si mesmo.
- 4) Dado que o curso produzido é facilmente utilizado por um grande número de alunos e com um mínimo de gastos, a Educação a Distância pode ser, e o é freqüentemente, uma forma de comunicação massiva.
- 5) Quando se prepara um programa de comunicação massiva, é prático aplicar os métodos de trabalho industrial. Estes métodos incluem: planejamento, procedimentos de racionalização, tais como divisão de trabalho, mecanização, automatização e controle e verificação.
- 6) Os enfoques tecnológicos implicados não impedem que a comunicação pessoal, em forma de diálogo, seja central no estudo a distância. Isto se dá inclusive quando se apresenta a comunicação

computadorizada. O autor considera que o estudo a distância está organizado com uma forma mediatizada de conversação didática guiada.

Todos os conceitos citados anteriormente permitem dizer que o ensino a distância é muito importante e apresenta algumas vantagens que são a possibilidade de atendimento a uma população estudantil dispersa geograficamente e em particular, àquela que não dispõe das instituições convencionais; a capacidade de atingir um enorme corpo discente que esteja em busca de formação ou atualização profissional; a utilização de vários meios de comunicação que enriquecem a aprendizagem e eliminam a dependência face a face, a possibilidade do desenvolvimento do trabalho independente utilizando o esforço auto-responsável do aluno, incentivada pela utilização de recursos didáticos bem elaborados e adequados às circunstâncias ou contingências.

É importante frisar que a Educação a Distância vem sendo adotada em muitos países, sejam eles desenvolvidos ou não, de acordo com a realidade de cada um deles.

Segundo Niskier (1999, p.27)

[...] desde a concepção da teoria behaviorista de Skinner, acreditava-se no condicionamento para a formação de hábitos. Foi a partir desse pressuposto que a instrução programada, com suas máquinas de ensinar, tornou-se a primeira manifestação da tecnologia educacional. Os recursos audiovisuais passaram também a ser amplamente usados, apoiados em estudo do comportamento humano e do seu condicionamento, com suporte para a instrução programada.

Dib (1974, p.3) afirma que:

Tecnologia da Educação é a aplicação sistemática do conhecimento científico a solução de problemas práticos e, portanto, tecnologia da educação é a aplicação sistemática de conhecimentos científico à solução de problemas da educação.

A sala de aula pode ser considerada uma tecnologia da mesma forma que o quadro negro, o giz, o livro e outros materiais. São ferramentas pedagógicas que realizam a mediação entre o conhecimento e o aluno. Na Educação a Distância, a interação com o professor é indireta e tende ser mediatizada por uma combinação

dos mais adequados suportes técnicos de comunicação, o que torna essa modalidade de educação convencional, de onde decorre a grande importância dos meios tecnológicos

2.2 Geração de Ensino a Distância

Segundo Nipper, (apud BELLONI 1991, p. 56-57), existem três gerações de modelos de Educação a Distância, desde uma perspectiva do uso de inovações tecnológicas de comunicação .

A primeira, nos finais do século XIX, foi a do ensino por correspondência, pois houve o desenvolvimento da imprensa e dos caminhos do ferro. EVANS; NATION (1993, p.203) relatam que:

“Nesta fase, a intervenção do professor e aluno era lenta, esparsa e limitada aos períodos em que os estudantes se submetiam aos exames previstos. “

Na segunda geração, nos anos 60, desenvolveu-se o ensino multimeios a distância, integrando o uso dos impressos aos meios de comunicação audiovisuais (antena ou cassete) e, em certa medida, computadores. Esse modelo da segunda geração, multimeios, é muito importante pois é o que prevalece na grande maioria das experiências da Educação a Distância. Ele se desenvolve a partir das orientações behaviouristas e industrialistas típicas da época em que os pacotes institucionais, público de massa, economia de escala, integram, em maior ou menor medida, as inovações tecnológicas de comunicação e informação. O impresso, os programas de vídeo e áudio , difundidos via cassete, ou via antena (*broadcasting*) podem ser citados como os meios principais desse modelo. Na década de 70, houve a criação e expansão das universidades abertas, que baseavam seus cursos em materiais impressos, meios áudio-visuais de massa - rádio e televisão - ou gravadores cassetes de áudio ou vídeo – não obstante as inovações tecnológicas a disposição no mercado. É importante destacar que neste período, especialmente em países não desenvolvidos, foram feitas muitas experiências de Educação a Distância, baseadas principalmente em meios de comunicação de massa, as quais, muitas destas experiências resultaram em grandes fracassos, como é o caso de muitas televisões-escolas; outras, especialmente as de educação popular,

apresentaram resultados pontuais e importantes que tinham como propostas a alfabetização, a educação comunitária para saúde, ou formação profissional.

A terceira geração de Educação a Distância começa a surgir nos anos 90. Os meios principais dessa geração são, ou serão, todos os anteriores mais os novos, o que está implicando e implicará mudanças radicais nos modos de ensinar e aprender. Podem ser destacadas as unidades de cursos concebidos sob forma de programas interativos informatizados, redes telemáticas – bancos de dados, *e-mail*, listas de discussão, *sites*, CD-ROMs didáticos, de divulgação científica, cultura geral, de “infotainment”. Quanto à seleção dos meios técnicos mais adequados, há a diminuição do uso de materiais divulgados através dos meios de comunicação de massa (*broadcasting*) e a crescente utilização de materiais de uso pessoal (*self media*) tais como, fitas cassetes, CD-ROMs, disquetes.

É de suma importância destacar que a Educação a Distância é uma modalidade democrática de ensino a qual permite eliminar a separação geográfica entre educador e educando, e a palavra *geográfico* se refere, neste contexto, a todos os locais, escolas, residências e prisões.

Atualmente está havendo um crescimento do uso de tecnologia na educação, o que tem permitido a otimização dos recursos disponíveis, possibilitando multiplicar o acesso ao conhecimento. São exemplos e características de mídias disponíveis para uso em apoio à Educação a Distância.

- Material impresso;
- Telefone;
- Rádio;
- CD-ROM;
- Vídeo- aula;
- Teleconferência;
- Internet;
- Televisão;
- Audiocassete;
- TBC- Treinamento Baseado em Computador;
- VRML;

- Videoconferência.

Material impresso: continua exercendo um papel importantíssimo no processo de ensino-aprendizagem;

Rádio: é dirigido a audiências amplas e indeterminadas, escuta condicionada (horário específico), transmite conteúdos de menor complexidade, não supõe nenhum custo para o receptor, e geralmente a mensagem é unidirecional.

CD-ROM: é um sistema mais barato e versátil que pode armazenar imagens paradas e em movimento, texto e áudio de boa qualidade.

Vídeo-aula: permite maior interação com materiais impressos e áudio dentro de um pacote multimídia, possibilita o planejamento de tarefas nas quais se integram destrezas orais e escritas e, geralmente, todo tipo de atividades produtivas, pode ser usado em sessões ou em aulas presenciais.

Teleconferência: tem-se apresentado como uma alternativa moderna cada vez mais adotada por empresas, constituindo-se numa forma ideal de reunir pessoas, em diferentes localidades, participando de um mesmo evento. O programa é gerado a partir de um determinado ponto e transmitido via Satélite para localidades designadas, sendo captado através de antenas parabólicas. A transmissão pode ser com sinal aberto ou fechado (codificado).

Internet: é uma rede mundial de computadores, interligando todos os continentes. Nela existe uma verdadeira comunidade virtual, formada por todas as pessoas que usam essas redes de computadores com os mais variados objetivos. Esses objetivos podem ser exemplificados como a troca de mensagens no correio eletrônico (*e-mail*), debates ao vivo, grupos de discussão, entretenimento, comércio e pesquisa.

Televisão: a interação com outros materiais se limita a um processo seqüencial que são as atividades prévias ou posteriores à exibição; limita-se, basicamente, à apresentação de conteúdos. Durante a exibição somente é possível realizar tarefas orais curtas e simples.

Audiocassete: é dirigido a audiências específicas, o horário é flexível e a escuta se realiza à vontade do ouvinte, permite maior complexidade na linguagem, implica um custo para o receptor e possibilita a bidirecionalidade da mensagem.

. TBC: Treinamento Baseado em Computador: Surgiu do CBT: *Computer Based Training*; é um método de treinamento que utiliza a interação direta entre o aluno e o computador de forma clara, direta e modularizada, utilizando-se de exercícios corrigidos e comentados em tempo real, dispensando a presença física do professor. O programa pode ser escrito visando a um conteúdo específico, atendendo a um determinado nível de profundidade ao assunto e ajustado às necessidades do aluno. Porém, um TBC não se constitui em um método de treinamento perfeito; ele tem limitações e é usado, freqüentemente, como complemento a outras formas de treinamento.

VRML: Significa *Virtual Reality Modeling Language*, permite que um desenvolvedor distribua ambientes virtuais na *Web*, possibilita a manipulação de objetos tridimensionais. Essa tecnologia é ainda muito recente e apenas começou-se a explorar aquilo que efetivamente poderia ser feito com ela.

Videoconferência: é um serviço corporativo dinâmico e exige a utilização de salas adequadas, dotadas de características operacionais necessárias à sua utilização atendendo a critérios de dimensionamento, localização, iluminação, acústico, decoração, *lay-out*, mobiliário e infra-estrutura (energia, aterramento e cabeamento para conexão à rede). Por isso, tem um custo alto.

2.3 Modelos Pedagógicos em Ensino a Distância

Segundo Bolsan (1996), o modelo de aprendizagem na educação mais tradicional é o comportamentalista ou objetivista. Esta forma de ensino é destacada pela memorização e o aluno é entendido como um sujeito passivo, que recebe as informações prontas e trabalha muito pouco sobre elas; nesse caso, há apenas a transmissão de conhecimentos.

Um outro tipo de modelo de aprendizagem, totalmente diferente do acima citado, é o construtivista, o qual pode ser subdividido em algumas correntes: construtivista, cooperativo ou colaboracionista, o cognitivo e o sócio cultural (LEIDNER; JARVEMPAA, 1995, p.265 - 291).

No modelo construtivista, o conhecimento é criado ou construído por cada educador e por seus alunos. O professor é um mediador do processo de ensino aprendizagem. Nesse modelo, os alunos tendem a aprender melhor, pois são induzidos a descobrir as coisas por si só.

Já no modelo cooperativo ou colaboracionista, o aprendizado ocorre devido à interação do indivíduo com os objetos. O professor age como um facilitador do compartilhamento em vez de controlar a entrega do conhecimento ao grupo.

No modelo cognitivo, o aprendizado é um processo de transferência de novo conhecimento na memória de longo prazo; o aprendizado requer um certo período para desenvolver, testar e refinar modelos para serem levados à prática.

O modelo sócio-cultural de aprendizagem pressupõe que o conhecimento não pode estar dissociado do *background* histórico-cultural do aprendiz. Como consequência disso, a aprendizagem será tanto mais rápida quanto mais próxima da experiência do aluno. Por essa razão, o instrutor não deve realizar uma única representação baseada em termos culturais únicos.

Quadro 1 : Modelos Pedagógicos

Modelo	Definição	Objetivo	Premissas	Instrutor / Prof.
Objetivismo	Aprendizado é a absorção não crítica do conhecimento.	Transferência do conhecimento do professor para o aluno. Memorização do conhecimento.	Professor detém todo o conhecimento. Estudantes aprendem melhor estudando de forma intensiva e isolada.	Controla o material e a velocidade de aprendizado. Provê estímulo.
Construtivismo	Aprendizado é o processo de construção de conhecimento por indivíduo.	Formação de conceitos abstratos para representar a realidade. Dar significado a eventos e informações.	Indivíduos aprendem melhor quando descobrem sozinhos e quando controlam a velocidade do aprendizado.	Aprendizado centrado nas atividades dos alunos. Instrutor mais ajuda do que direciona.
Colaborativismo	Aprendizado emerge através de entendimento partilhado por mais de um aluno.	Promove habilidades grupais, comunicação, participação, capacidade de ouvir. Promove socialização.	Envolvimento é crítico no aprendizado. Alunos têm algum conhecimento anterior sobre o assunto.	Orientado para a comunicação. Instrutor atua como questionador e líder da discussão.
Cognitivo	Aprendizado é o processamento e transferência de	Melhora as habilidades cognitivas dos	Limitado pela atenção seletiva. Conhecimento	Estímulo pode afetar a atenção.

	novos conhecimentos para a memória de longo termo.	estudantes. Melhora memorização e retenção do conhecimento.	anterior afeta nível de apoio necessário.	Instrutor necessita retorno do aprendizado dos estudantes.
Socioculturalismo	Aprendizado é subjetivo e individualista.	Delegação. Emancipação do aprendizado. Orientado para a ação, consciência social com a visão mais de mudar do que de aceitar ou entender a sociedade.	Informações distorcidas e formatadas em seus próprios termos. Aprendizado ocorre melhor em ambientes familiares ao aluno.	Instrutor é sempre considerado representante de uma cultura. A instrução é sempre no contexto social e cultural do grupo.

Fonte: tradução de Leindner e Jarvenpaa - 1995

Leindner; Jarvenpaa (1995) mencionam várias escolas pedagógicas e suas principais características. A seleção dos conteúdos, o planejamento de atividades, a interação entre alunos com professores e colegas, a flexibilidade necessária para considerar o contexto do aluno e o ritmo do aprendizado interferem na adoção de uma teoria, em particular, ou na criação de um conjunto de atividades que considere várias correntes.

As teorias podem ser categorizadas em dois grupos: as que tomam por princípio o aprendizado individual (contextualizado ou não) e as que consideram a socialização e interação aluno-aluno como condição primordial para a construção do conhecimento do indivíduo.

A intenção desta distinção é o nível de adequação das teorias pedagógicas às mídias que são utilizadas em cursos a distância. As mídias disponíveis têm interferência direta nas possibilidades de interação dos alunos com professores, tutores e colegas.

É possível associar um instrumento mais adequado e ao qual corresponde uma infra-estrutura tecnológica específica para cada modelo de aprendizagem:

Quadro 2 : Demonstrativo da relação de instrumento/modelo de aprendizagem

<i>Instrumento</i>	<i>objetivismo</i>	<i>contrutivismo</i>	<i>Colaborativo</i>	<i>Cognitivo</i>	<i>Sócio cultural</i>
Uso de computador pelo Instrutor	**				
Computador partilhado entre instrutores E alunos	**	**			
Software Educativo	**			*	
Educação a distância	**				*
Comunicação Através de E-Mail				*	
Networks de Aprendizado		**		*	
Hipermídia/Internet		**			
Simulação Realidade Virtual		**			
Network individual na sala de aula			**		
Network em grupos com salas distantes			**	**	*
E-mail e presencial			**		
E-mail em grupo			**	**	*

Fonte: Leidner e Jarvenpaa - 1995

* Representa a principal teoria de aprendizado adequada ao meio

** Representa a segunda opção

2.3.1 O Modelo Progressista e a Educação a Distância

Tanto Jean Piaget quanto Vygotsky pertencem a um modelo educacional definido como modelo “progressista”, e do qual fazem também parte outros estudiosos da Educação como: Paulo Freire, Emília Ferreiro, Teberosky, Montessori. Neste modelo, considera-se que a aquisição do conhecimento do homem se manifesta em função dos aspectos de interação do seu “eu” com o mundo exterior. Desta forma, a educação pressupõe um processo de construção do saber de

maneira consciente, sendo o aluno levado à condição de questionador ou problematizador em todas as instâncias do seu aprendizado.

Este modelo “progressista” está intimamente ligado às propostas preconizadas pelo “Novo Paradigma Educacional”; a idéia principal é integrar conhecimentos provenientes de outra área do saber os quais sob a visão tradicional da educação possuíam a sua relevância apenas dentro de um saber isolado. Nesta concepção, incentivam-se atividades voltadas à consecução de projetos, resoluções de problemas, atividades de pesquisa, trabalhos em grupo, pesquisa de campo, possibilidade de relacionar conhecimentos com conteúdos relevantes, experimentar um fazer de formas diferentes e atividades interdisciplinares.

O Construtivismo preconiza justamente um aprendizado voltado para um saber cujos conteúdos sejam relevantes e relacionados ao cotidiano do aluno envolvido. Nesta vertente, considera-se o aluno como detentor de um conhecimento prévio, fruto da experiência adquirida, e desta forma tenta-se buscar uma motivação apoiada neste “saber bruto” para enriquecê-lo através de novos conhecimentos.

O Interacionismo parte de uma dimensão social para entender o processo de aprendizagem.

O social, na concepção “vygotskiana” constitui tanto a fonte para o desenvolvimento conceitual do aluno desde a sua mais tenra idade, quanto a organização da atividade comum e do seu aprendizado. Desta forma, todo o processo de desenvolvimento e aprendizagem veicula-se ao ambiente cultural vivenciado e a forma de apropriação ou apreensão deste ambiente. Assim, para Vygotsky, o social está sempre vinculado à idéia de atividade: o aluno enquanto ser ativo pensante em relação ao seu meio circundante, num processo de interações sociais determinantes na construção dos conhecimentos. Alguns também caracterizam o modelo de Vygotsky como um processo de cognição social.

A Educação a Distância procura desencadear o processo de construção ativa e significativa da aprendizagem, remete o indivíduo ao processo de construção com significado pessoal.

Não obstante os outros significativos, os agentes culturais, que contribuem como organizadores prévios, são peças imprescindíveis para essa construção, para esse desenvolvimento que se alude. Tais elementos são de extrema importância para o ser humano pois ele pode romper com o imediatismo e tomar sua vontade em

algo transformador, no qual nasça um projeto de vida de um homem, de uma classe, de um povo; agir sobre as circunstâncias, tendo por base os valores livremente constituídos e, por meta, a transformação; extrair da própria experiência concreta de vida, um valor dando significado às coisas, extraindo então, uma essência positiva desse momento.

A Educação a Distância é uma chance de o indivíduo mudar a visão do mundo, ter uma outra perspectiva de vida pois ela democratiza o saber, em virtude do acesso facilitado das fontes geradoras de conhecimento e proporciona independência espaço-temporal evitando o deslocamento da residência ao local de estudo. No Sistema Penitenciário, por exemplo, o detento tem a oportunidade de estudar e de profissionalizar-se dentro do prédio em que está preso, em horas pré-estabelecidas pelos monitores.

2.4 Motivação: aplicação no Ensino a Distância

A motivação é algo que tem muita importância no cotidiano de todos os seres humanos. Maitland (2001,p.7), diz que motivação é “a força ou impulso que leva os indivíduos a agirem de uma forma específica.”

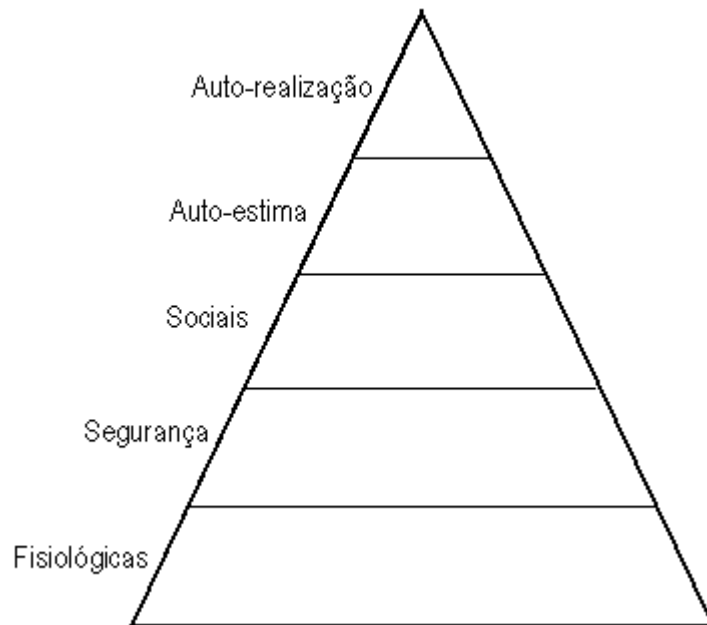
Existem algumas teorias e definições a respeito desse assunto. Na parte empresarial, há teorias que tentaram explicar o que é motivação e mantiveram credibilidade acerca desse assunto. São elas: “A pirâmide de necessidades”, de Maslow, “A teoria dos dois fatores” de Herzberg e “A teoria da expectativa” , de Vroom.

Maslow (apud MAITLAND, 2001, p.8), provavelmente o mais conhecido teórico motivacional, acreditava que todas as pessoas apresentavam uma hierarquia de necessidades quando precisavam ser satisfeitas. Essas necessidades são divididas em : fisiológicas, segurança, sociais, auto-estima e auto-realização.

As necessidades fisiológicas (primordiais) são as de sobrevivência tais como ar, alimentos, água. Quando essas necessidades são superadas, não há mais motivação para elas e o indivíduo volta-se para a necessidade da segurança. Assim que a pessoa percebe que está livre de qualquer ameaça de perigo, ou ataque, suas motivações transferem-se para as motivações sociais: amizade e tudo mais que estiver relacionado. Um indivíduo que superou as necessidades de auto-estima e alcançou o reconhecimento por parte dos outros indivíduos, busca satisfazer as

necessidades de auto-realização até que estas estejam saciadas tanto quanto possível. Entretanto, se as necessidades situadas em nível inferior deixam de ser atendidas, o indivíduo direcionará novamente sua motivação para elas.

Figura 2 : Pirâmide das necessidades de Maslow.



Fonte: Iain Maitland - 2001

Já Frederick Herzberg (apud MAITLAND, 2001, p.10), sugeriu que existem dois grupos igualmente importantes de fatores relevantes à motivação de equipe, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 3 : Fatores relevantes à motivação segundo Herzberg

Fatores de Higiene	O trabalho em si
Condições de trabalho	Responsabilidade
Pagamento	Senso de realização
Segurança no trabalho	Reconhecimento
Relação no trabalho	Perspectiva de evolução
Práticas de supervisão e administração	Política e administração na empresa

Fonte: Iain Maitland - 2001

Herzberg (apud MAITLAND, 2001, p.10) afirmava que, se os Fatores de Higiene estiverem em ordem e forem satisfatórios, cinco fatores-chaves podem motivar a equipe: trabalhos interessantes ou que apresentem desafio; responsabilidade pelas tarefas e deveres realizados, sensação de ter alcançado algo que valeu a pena, reconhecimento pelo trabalho realizado, pelo empenho e pelo desempenho, e a possibilidade de desenvolvimento pessoal, transferência de cargo e promoção. Herzberg acreditava que o trabalho, em si, é o principal motivador no ambiente de trabalho, e que todas as outras influências possíveis são de importância secundária.

Então, tomando por base a “Pirâmide de necessidades” e a “Teoria dos dois fatores”, Vroom formulou sua “Teoria da expectativa”. Para ele, existem duas partes que compõem a motivação: os desejos individuais e as expectativas de alcançá-los. Vroom (apud MAITLAND, p.11) utilizou a palavra “valência” para descrever o nível de um anseio em particular: um alto nível de valência indicava um desejo forte, enquanto que um nível baixo sugeriria que o desejo tinha menor importância para a pessoa, a ponto de este ser uma causa pouco provável de alguma motivação. Entretanto, se algo que o indivíduo deseja não for acessível, há, portanto, pouca probabilidade de essa pessoa trabalhar com mais afinco e/ou melhor. A pessoa não se sentirá motivada.

Com isso, nota-se que essas teorias foram feitas como tentativas de melhorias no ambiente de trabalho e na execução dele. Certamente, todas elas são válidas, embora cada uma delas tenha sua própria abordagem e dê mais ênfase a alguns fatores do que a outros.

Já na parte educacional, a motivação começou a ser vista de uma outra forma, pois a idéia de que aprendizagem era somente memorização e repetição foi desmitificada. É importante destacar que a aprendizagem é um processo que apresenta diferenças individuais, embora conserve seus caracteres essenciais. Essas diferenças resultam de várias causas tais como capacidade intelectual, temperamento, sociedade e outras.

De acordo com Vilarinho (1986, p.15) :

Seja numa aprendizagem motora, ou numa que envolve a compreensão de relações e conceitos ou a apreensão de valores, só

haverá aprendizado quando houver atividade do aprendiz, que por sua vez, necessita de motivos para despertá-lo a ação.

Vilarinho (1986, p. 20) mostra diferentes pontos-de-vista de vários autores a respeito de motivação.

Ausubel, (apud VILARINHO, 1986), por exemplo, diz que a aprendizagem ocorre por si mesma e não necessita, necessariamente, da motivação. Para ele, quando se aprende algo, há uma satisfação inicial, a qual estimula que o ato pedagógico continue se desenvolvendo. Motivação é então, a própria aprendizagem.

A motivação intrínseca e a motivação extrínseca são citadas por Bruner. Ele afirma que se deve fazer a distinção entre uma e outra e que os alunos devem ser sempre estimulados pelo professor para a descoberta, e estes devem sempre desafiar os alunos. Para ele, aprendizagem é também motivação, onde os motivos provocam o interesse para aquilo que vai se aprendido.

Em sua obra Vilarinho (1986, p.17) aborda técnicas incentivadoras apresentadas pela didática para despertar os motivos dos alunos e assim, favorecer a ocorrência do processo educativo. Ela diz que os autores atribuem maior importância às técnicas intrínsecas e elas são em maior número por isso; já as extrínsecas, são consideradas recursos complementares, caso as intrínsecas falhem.

Existem muitos exemplos de técnicas intrínsecas tais como: a apresentação de tarefas, logo no início da aula, mostrando quais as tarefas que irão ser solicitadas a partir de um determinado objetivo ou conteúdo; a exemplificação, que tem por finalidade a apresentação de modelos ou exemplos relacionados ao assunto; a tarefa interrompida, onde se interrompe a atividade num ponto crítico, dando continuidade a ela na aula seguinte, fazendo que a aula acabe em suspense e que os alunos possam refletir sobre o assunto.

Já as técnicas extrínsecas se apresentam sob forma de interesses pelos resultados. O estudo é feito pelo aluno para que ele tire nota ou seja aprovado na disciplina. Entretanto, o aluno pode vir a se interessar ou ficar motivado pelo conteúdo.

Outra técnica extrínseca é a dedicação do professor, que mostra afetividade pelo aluno e este quer corresponder ao afeto do professor. As punições são também

consideradas técnicas extrínsecas porém, devem ser usadas somente quando outras técnicas falharem.

Segundo Sá (apud MACIEL, 2001, p.107)

Ganhos na aprendizagem são conquistados a partir de ações exploratórias, ações que podem ser físicas, como a manipulação de objetos ou mentais (pensam sobre algo). De qualquer forma, toda ação tem duas fases: a primeira envolve a exploração de objetivos ou idéias. Se a exploração provocar desequilíbrio negando algo que anteriormente acreditávamos como verdade, a exploração continuará, agora mais atenta ainda, para atribuir sentido (assimilação). A segunda fase é o que produziu desequilíbrio, isto é, a construção do conhecimento.

Na perspectiva piagetiana, por exemplo, quando os professores criam atividades pedagógicas que provocam desequilíbrio, possibilitam que os alunos se organizem (internamente) para buscar restabelecer o equilíbrio criando, assim, novos esquemas de assimilação para perseguir a solução da atividade-problema.

O desequilíbrio é justamente o(s) conflito(s) cognitivo(s) que surge(m) quando as expectativas e hipóteses do indivíduo, baseadas no raciocínio, não são confirmadas. É importante e produtivo que se trabalhe criticamente um conteúdo pois, em algumas vezes, o que era tido como “certo”, posteriormente é visto como “errado” e o novo “certo” já nasce com vida curta.

A aprendizagem pode ser compreendida como um processo pelo qual o ser humano se prepara para fazer frente às novas situações; é o resultado de uma atividade do próprio homem, que desenvolve estratégias muito próprias para aprender. Ninguém aprende no lugar de outra pessoa. Então não há aprendizagem que não seja uma auto- aprendizagem.

Coll (1996, p.19) afirma que:

Aprender não é copiar ou reproduzir a realidade. Compreende a aquisição e práticas de novas metodologias, novas destrezas, novas atitudes e novos valores, necessários para viver em um mundo em constantes transformações.

Hoffman; Mackim (1996) apud (BOLSAN, 1996) dizem que existem quatro tipos de interação no Ensino a Distância.

- aluno/interface: os alunos não só recebem o treinamento, mas também participam dele.
- aluno/conteúdo: O entendimento, a percepção e as estruturas cognitivas do aluno são transformadas. A visualização do conteúdo é crítica para estimular satisfatoriamente não só a percepção e a cognição, mas também a atenção do aluno por longos períodos de tempo. Os autores Hoffman e Mackin propõem um treinamento conjuntamente com o entretenimento para capturar a atenção e a imaginação dos estudantes *entertrainment*.
- aluno instrutor: é a interação entre aluno e professor. O papel do instrutor, segundo Hoffman & Mackin, é o de dirigir o fluxo da informação para o estudante; primeiro, o que é baseado no toque humano, que consiste na capacidade de motivar, e estimular o aluno, manter seu interesse, dar apoio e encorajá-lo no processo de aprendizagem, desenvolvendo uma espécie de relacionamento com ele, e também o de diretor de aprendizagem, o que é o papel que o professor representa na hora de organizar as matérias e dar as aulas.
- aluno/aluno: quando bem projetadas, oferecem a oportunidade para os estudantes expandirem e aplicarem o conhecimento do conteúdo de outras maneiras.

São sugeridas algumas ações para melhor aproveitamento dessa interação que são: planejar para que não haja tempo suficiente, cobrar participação dos estudantes, fazer atividades relevantes ao trabalho e planejar espaços para apresentação de resultados.

É importante frisar que essa interação pode ser compreendida como ação recíproca entre dois ou mais atores e ela pode ser direta ou indireta (mediatizada por algum veículo técnico de comunicação, por exemplo, carta ou telefone) e em situação de aprendizagem a distância, ela é muito importante.

As técnicas de interação mediatizada criadas pelas redes telemáticas (*e-mail*, listas de grupos de discussão, *webs*, *sites*) apresentam grandes vantagens, pois permitem combinar a flexibilidade da interação humana (com relação à fixidez dos

programas informáticos, por mais interativos que sejam) com a independência no tempo e no espaço, sem por isso perder a velocidade.

A Educação a Distância não é uma panacéia para tudo que se refere à educação, mas, nela, pode-se encontrar uma resposta ou uma ajuda que permite dinamizar o processo educacional continuado e permanente.

As constantes mudanças de ordem econômica, social, tecnológica e científica implicam no desenvolvimento e na qualificação profissional continuada de todo cidadão e em todos os setores do conhecimento humano.

A EaD busca atender a um número ilimitado de alunos que queiram uma formação ou atualização profissional ou mesmo, pessoal, onde quer que estejam. Nela o aluno é o sujeito do auto-aprendizado. Como centro do processo, empreende, dentro de seu limite, um ritmo próprio de aprendizagem. O ritmo de cada aluno é determinado pela sua maturidade intelectual, experiência de vida e disponibilidade de tempo para estudar. Desta forma, a Educação a Distância pode atender individualmente cada aluno, com suas exigências, motivações e necessidades.

Existem algumas vantagens do Ensino a Distância que são a flexibilidade, tanto de horários quanto de locais, e isto proporciona às pessoas a usufruírem do direito de acesso ao conhecimento, principalmente quando estão distantes de grandes centros e das oportunidades convencionais de estudo (as escolas). A EaD é uma oportunidade para indivíduos que não têm acessibilidade ao estudo, como os cidadãos presos, de modificarem sua realidade, fazerem cursos profissionalizantes tendo a oportunidade de estudar, alfabetizarem-se e ter uma melhor perspectiva de vida.

2.5 Multimídia na Educação

A multimídia provém recursos de aprimoramento de aquisição de conhecimento em praticamente todas as áreas do saber e representa para a educação um elemento equacionador na mudança do antigo paradigma educacional, no qual o professor tradicionalmente personifica a imagem do dono e entregador do conhecimento. No novo paradigma, a educação concentra-se essencialmente no processo de aprendizagem e não mais no ensino.

Nesta concepção, outras formas de percepção e estímulos no aprendizado são valorizados, definindo a capacidade intelectual como uma estrutura de “inteligências múltiplas” inter-relacionadas e interdependentes.

Para Lévy (1996), filósofo francês e estudioso sobre “as técnicas e suas aplicações na vida humana”, o hipertexto nos seus moldes atuais determina novos princípios de uma interação amigável entre homem e máquina. A sua representação diagramática ou icônica das estruturas de informação e dos comandos, o uso do “mouse”, os “menus” e a tela gráfica de alta resolução são elementos reelaboradores e disseminadores do hipertexto enquanto ferramenta de busca e distribuição de conhecimento.

A multimídia também permitiu reelaborar certas concepções educacionais de forma a estas serem trabalhadas de maneira integrada. O Construtivismo de Jean Piaget e o Interacionismo de Vygotsky. O avanço progressivo da Teleinformática incorporada de recursos provenientes da multimídia tem intensificado a amigabilidade interfacial das redes eletrônicas e despertado o interesse cada vez mais premente do estudo de uma antiga prática educacional: a Educação a Distância.

2.6 A Televisão Corporativa como integrante da Educação a Distância

A televisão é um meio de comunicação que tem um grande poder de persuasão. Devido à popularização e barateamento dos aparelhos de televisão, houve um crescimento vertiginoso de telespectadores.

É importante que se relate que pelo crescimento da indústria da televisão, cresceu também a popularização da linguagem televisiva, da mídia televisiva, da “cultura televisiva” e de sua utilização por setores da sociedade que não tinham, e não têm na TV, sua principal atividade.

E especificando essa assertiva, o relatório da UNIEMP diz que ocorreu o fenômeno da apropriação do instrumento TV pelas grandes empresas, pelas grandes corporações. Como consequência disso, surgiram, nos anos 80, as TVs corporativas.

Pode-se dizer que a tecnologia usada por uma emissora de TV para seus telespectadores é bastante variada; há TVs de sinal aberto, transmitidas em VHF,

UHF ou Superbanda. Há TVs de sinal fechado, por assinatura, transmitidas por cabo, por microondas ou por satélites. E numa definição livre, há até TVs que não transmitem mas que constroem sua programação à parte do envio, ao seu público, de programas gravados em fitas. E, atualmente, está sendo vista a consolidação da *Web TV*, a televisão via Internet, com programação sem horário e recepção sem antenas.

O público que uma televisão ambiciona atingir também é variado: o emissor *broadcast*, públicas ou privadas, por definição, dirigem-se a um público geral. Normalmente operam em sinal aberto e, embora possam trabalhar mais uma faixa de público do que outra, tem sua programação à disposição de quem queira assisti-la.

Variados são também os objetivos de quem produz televisão e o financiamento de uma TV. Quanto aos objetivos, pode-se dizer que há aqueles que querem mobilizá-la para uma idéia, uma causa ou uma religião; há os que querem educar, treinar, transmitir cultura; há os que querem apenas ganhar dinheiro, conquistando audiência e vendendo a atenção desses consumidores aos fabricantes de outros produtos, via publicidade.

É mister que se faça uma distinção entre TV Corporativa e TV de outras emissoras de televisão; uma TV Corporativa, ao contrário de suas congêneres, públicas ou privadas, não existe sozinha, existe sempre, e apenas, como apêndice da Corporação que a possui.

2.6.1 Definição e objetivos da TV Corporativa

A TV Corporativa é uma TV de circuito fechado (por maior que seja esse circuito) cujo objetivo é ajudar a Corporação que a detém a realizar sua atividade principal. Nesse caso, a TV Corporativa é um instrumento, não é um fim ou um negócio em si mesma. Toda a programação da TV Corporativa se subordina à atividade principal da Corporação e às suas estratégias.

A TV Corporativa serve para encurtar distâncias, economizar tempo, padronizar discursos, estimular, integrar e otimizar esforços.

Como em quase todas as atividades econômicas, televisão exige trabalho permanente. Uma vez inaugurada, precisa ser periodicamente alimentada. Periodicamente pode ser diária, semanal ou mensalmente. Seja qual for o intervalo

em que a programação será mostrada, é imprescindível mantê-la com regularidade anunciada.

Segundo relatório da UNIEMP, alguns autores americanos defendem que, mesmo na TV Corporativa, os programas devem ter alta dose de entretenimento, para manter a atenção e o interesse do telespectador. Outros consideram que, embora possa ter uma dose de entretenimento, os programas da TV Corporativa devem, mesmo com o risco de ser menos interessantes, ser mais pesados, com mais informações. Um terceiro grupo acha que os programas da TV Corporativa devem ser, estritamente, programas de tele-educação.

A atitude correta parece ser mais estruturada de acordo com sua destinação, seu público-alvo. E deve-se acrescentar mais: cada programa da TV Corporativa tem por trás de si um problema ou necessidade de comunicação; e é esse problema ou essa necessidade que devem ser atendidos.

O relatório da UNIEMP ainda afirma que, ao contrário da TV *broadcast*, que coloca no ar programas pela audiência que possam gerar, os programas da TV Corporativa têm sempre, um objetivo atrás de si.

Deve-se frisar que dificilmente a TV Corporativa conseguirá fazer, no ar, uma videoconferência. O que é chamado de “videoconferência”, nos dias de hoje, é uma reunião realizada por computador, via Internet, linha discada ou privada, onde se usa uma pequena câmara junto ao micro para transmitir, via *modem*, as imagens e o áudio dos participantes. Em cada local, os participantes dividem a tela do computador e podem ver seus companheiros de outras unidades.

Essa não é uma operação de televisão. As transmissões de TV que exibem imagens de dois ou mais lugares diferentes, exigem sistemas de microondas ou *uplinks* em cada um dos lugares que emitem sinal. Além das microondas e dos horários de canalização na Embratel é preciso providenciar linhas telefônicas de coordenação, produção para os locais, iluminação. Quanto mais locais, mais complicado e mais caro.

2.6.2 A TV Corporativa no Sistema Penitenciário

Tratando-se especificamente do Sistema Penitenciário, a TV Corporativa pode ser bastante eficaz no que se refere à educação, à informação e à

profissionalização. Na educação, podem ser feitos cursos a distância que auxiliem nos ensinos fundamental e médio; e cursos de auto-ajuda; quanto à parte profissionalizante, podem ser efetuados cursos audiovisuais e que terão como complemento, módulos, os quais serão explicados posteriormente; uma observação importante a ser dada é que em ambos poder-se-á ter os próprios detentos como participantes, da execução do programa (curso) feito, para que haja uma forma de interação, facilidade de linguagem e motivação para os telespectadores. Todos os cursos monitorados por profissionais qualificados na sua área específica. E no que tange à informação, esse canal pode ter uma comunicação direta do Ministério da Justiça e Penitenciárias a fim de fornecer algum aviso, notícia, informação, tendo a TV Corporativa como um instrumento rápido, simultâneo e massivo.

Como suporte tecnológico utilizado para chegar a esses objetivos utilizou-se a TV Corporativa, que pode ser mais eficaz, neste contexto de penitenciárias, por ter um custo menor e por poder chegar a todos os pontos e para todos os graus de instrução dos telespectadores.

A modalidade não convencional de educação, preconizada pela Educação a Distância, tem pressupostos cada vez mais defensáveis, do ponto de vista da emergência de políticas educacionais mais voltadas ao anseio de uma universalização do ensino de uma intensa massificação ou socialização do conhecimento. Esse conhecimento estende-se para locais remotos em que a educação presencial não atenda às necessidades prementes de uma constante atualização de conhecimentos, em um momento em que a tecnologia estimula maciçamente o desenvolvimento da ciência e da cultura.

Este capítulo demonstrou algumas definições de Ensino a Distância; algumas podem ser pertinentes “a Educação a Distância no Sistema Penitenciário, as quais falam de auto-aprendizagem, maior cobertura geográfica e separação existente entre alunos e professores; foi abordada também a geração de Ensino a Distância, nos anos 60 com o desenvolvimento do ensino multimeios a distância (impresso, programas de vídeo e áudio, difundidos no cassete ou via antena-*broadcasting*); nos anos 70 com as experiências de Ensino a Distância, baseadas em meios de comunicação de massa; já nos anos 90, implicando mudanças radicais nos modos de ensinar e aprender utilizando, como exemplos, programas interativos informatizados e redes telemáticas. Além disso, foram citados modelos pedagógicos

em Educação a Distância tais como o Objetivismo, o Construtivismo, o Colaborativismo, o Cognitivo e o Socioculturalismo e também foi falado a respeito da motivação e como aplicá-la no Ensino a Distância. E, para finalizar, foi feita uma explicação do que é Televisão Corporativa. Foi dito que é uma TV de circuito fechado, que serve para encurtar distâncias, economizar tempo e integrar e otimizar esforços e que pode ser de grande ajuda ao Sistema Penitenciário pois com esse recurso, podem ser feitos cursos a distância de todos os tipos: ensinos fundamental e médio, auto-ajuda e profissionalizante.

Já no terceiro capítulo, serão feitas algumas considerações a respeito de cidadania, globalização e exclusão, temas bastante atuais e interessantes.

3 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DE CIDADANIA, GLOBALIZAÇÃO E EXCLUSÃO

A idéia de cidadania encontra-se no cerne de alguns discursos como o educacional, o político e o social. Entretanto, essa idéia não sai dos discursos para se transformar em ação, em algo que se visualize.

Fazendo-se um breve histórico do direito primitivo ao moderno, pode-se chegar a uma definição de que a cidadania, como e por que ela, para algumas pessoas, não tem importância.

3.1 Do Direito Primitivo e do Moderno

Nas sociedades primitivas, é encontrado um direito carismático revelado pelos profetas que interpretavam a vontade de Deus, ou dos Deuses, e dos heróis míticos. No direito revelado das sociedades primitivas, não existia o conceito de normas objetivas, isto é, não havia uma lei objetiva independente das ações, as quais não estavam orientadas para deveres legais reconhecidos como coercitivos, as ações e normas eram interligadas e o que predominava eram os usos e os costumes.

Já no direito tradicional, a lei, era imposta por poderes seculares ou teocráticos. As normas eram como convenções transmitidas pela tradição e as ações transmitidas pela tradição e as ações eram julgadas a partir de normas legais tradicionais. Esse direito permanece particularista, ou seja, não está ainda baseado em princípios legais universalistas.

O direito natural inaugurou o Direito Moderno baseado em princípios, na lei e na administração especializada da justiça. Não se trata mais de interpretar ou reconhecer tradições, mas de expressar a vontade de um poder legisferante soberano que regula as relações sociais com meios jurídicos.

A passagem do consenso tradicional para o consenso racional da Modernidade é operada pelo Direito Natural com base no Contrato Social, mediante o qual indivíduos, em princípio livres e iguais, estabelecem por contrato um determinado modelo de elaboração e justificação das normas legais.

O paradigma do Direito Natural que acompanhou a Modernidade foi a base doutrinária das revoluções burguesas baseadas no individualismo moderno.

Na doutrina jurídica Jusnaturalismo, o ser humano passava a ser visto como portador de direitos universais que antecederiam a instituição do Estado.

Mas muito além de sua dimensão histórica, a doutrina do Direito Natural seria um paradigma constituído pelos elementos da universalidade, imutabilidade, intemporalidade e acessibilidade pela razão, intuição ou revelação, com a função de qualificar como justa ou injusta uma conduta, vinculando, assim, norma e valor, direito e moral (LAFER, 1991)

No século XIX, o positivismo considera o Estado como fonte central de todo o Direito, e a lei como sua única expressão, formando um sistema fechado e formalmente coerente – a Dogmática Jurídica – que afasta do jurídico as indagações de natureza social, econômica ou política.

3.2 Cidadania

A idéia de cidadania está ligada ao Estado de Direito (Kant), cujo aparecimento veio trazer a igualdade formal, sendo responsável pelo desenvolvimento e progresso do homem. Originalmente, está associada à idéia da existência do homem na cidade, envolvendo os direitos que, por sua vez, estão entre si vinculados e interligados: civis (direitos sobre o corpo, locomoção, segurança pessoal), sociais (alimentação, habitação, saúde, educação) e políticos (liberdade de expressão, liberdade religiosa).

Historicamente, cidadania é o resultado dos chamados movimentos liberatórios e revolucionários, capazes de definir os espaços de grupos emergentes e de classes na sociedade.

Segundo Schimdt (1993, p.74) “Falar, portanto, em cidadania é reafirmar o direito pela plena realização do indivíduo, do cidadão, e de sua emancipação nos espaços definidos no interior da sociedade”.

A cidadania tem assumido historicamente várias formas em função dos diferentes contextos culturais. O conceito de cidadania, enquanto direito a ter direitos, tem se prestado a diversas interpretações. Dentre elas, tornou-se clássica a teoria de T.H. Marshall. Marshall (apud SCHIDT, 1993) diz que:

a cidadania é constituída de diferentes tipos de direitos e instituições, e, portanto, não é anomalítica. É produto de histórias sociais diferenciadas, protagonizadas por diferentes grupos. A cidadania

seria composta dos direitos civis e políticos (direitos de primeira geração), e dos direitos sociais- direitos de segunda geração.

Na linha de Marshall é permitido, pois, afirmar que a cidadania designa um processo social de reconhecimento e incorporação efetiva ao patrimônio de cada cidadão dos direitos reconhecidos na comunidade nacional.

Os direitos civis, conquistados no século XVIII, correspondem aos direitos individuais de liberdade, liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos, à segurança e o direito à justiça. São os direitos que embaçam a concepção liberal clássica. Já os direitos políticos, alcançados no século XIX, abrangem o direito de participar do exercício do poder político, como membro de um organismo investido de autoridade política ou como eleitor dos membros de tal organismo; referem-se à liberdade de associação e reunião, de organização política e sindical, ao sufrágio universal. São também chamados direitos individuais exercidos coletivamente e acabaram se incorporando à tradição liberal.

Os direitos de segunda geração, os direitos sociais, econômicos ou de crédito, foram conquistados, no século XX a partir das lutas do movimento operário e sindical. Esses direitos referem-se ao direito a um mínimo de bem estar e segurança, ao direito de participar da herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade

Segundo Macedo (1990), “São os direitos do trabalho , saúde, educação, aposentadoria, seguro-desemprego, enfim, a garantia de acesso aos meios da vida e bem-estar social. Tais direitos tornam reais os direitos formais”.

Embora a concepção de cidadania de Marshall tenha recebido muitos críticos e tenha sido considerado bastante vaga, Marshall afirmou que a educação e os serviços sociais vinham em igualdade de condições com algumas instituições, tais como a imprensa livre, o sistema de justiça, os parlamentos de representação universal. E, o maior contributo de Marshall, no entanto, foi em relação ao conceito de igualdade, para ele, inseparável da idéia de cidadania.

Na segunda metade do século XX, surgiram os chamados “direitos da terceira geração”. Trata-se dos direitos que têm como titular, não o indivíduo, mas grupos humanos como o povo, a nação, as coletividades étnicas ou a própria humanidade.

É o caso do direito à autodeterminação dos povos, direito ao desenvolvimento, direito à paz e direito ao meio ambiente.

Na perspectiva dos “novos movimentos sociais”, os direitos de terceira geração seriam relativos aos interesses difusos, como direito ao meio ambiente e direito do consumidor, além dos direitos das mulheres, das crianças, das minorias étnicas, dos jovens, dos idosos. Já se fala hoje de “direitos de quarta geração”, relativos à bioética, para impedir a destruição da vida e regular a criação de novas formas de vida em laboratórios pela engenharia genética.

Há, além dessas, outras visões de Cidadania

Para Manzini-Covre, (1996, p. 09,11,40,73)

A todos cabem o domínio sobre seu corpo e sua vida, o acesso a um salário condizente para promover a própria vida, o direito à educação, à saúde, à habitação, ao lazer.

Cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno, direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente : o papel do (s) homem (ns)no Universo.

É importante frisar que visto por esse prisma , devem existir condições democráticas para que os indivíduos possam reivindicar o seu direito de serem cidadãos e para que eles saibam reivindicar, devem ter acesso à educação; é preciso que os cidadãos possam ser educados sobre a existência desses direitos.

Entretanto, cidadania, hoje em dia, reflete também atividades desenvolvidas no cotidiano das organizações formais e informais, nos bairros, nos movimentos sociais, nas organizações não governamentais (ONGs), nos processos de orçamento participativo de determinados municípios, como uma forma ampliada e em processo, que poderia nomear, segundo Manzini- Cuvre, de uma cidadania em construção.

Porém, o homem sem uma consciência livre e desconhecedor do significado das coisas no mundo não pode compreender a si mesmo nem compreendê-los, não pode se comunicar, comunicar-se com o outro, encontrar-se e encontrar a sua práxis.

É interessante a reflexão que Chauí (1994, p. 66) faz a respeito de uma relação entre cidadania e educação, baseando-se nas idéias construídas por Max e Engels, para quem a força da produção, relações sociais e consciência podem efetivamente “entrar em contradição como resultado da divisão social do trabalho material e intelectual [...], cabendo a indivíduos diferentes”.

Instalou-se para a própria consciência imediata dos homens a percepção da desigualdade social: uns pensam, outros trabalham; uns consomem, outros produzem e não podem consumir os produtos de seu trabalho.

Faz parte da ideologia burguesa afirmar que a educação é um direito de todos os homens.

Ora, na realidade, sabemos que isto não ocorre. Nossa tendência, então, será a de dizer que há uma contradição entre a idéia de educação e a realidade.

Na verdade, porém, essa contradição existe porque simplesmente exprime, sem saber, uma outra: a contradição entre os que produzem a riqueza material e cultural com seu trabalho e aqueles que usufruem dessas riquezas, excluindo delas os produtores.

Porque estes se encontram excluídos do direito de usufruir dos bens que produzem, estão excluídos da educação, que é um desses bens. Em geral, o pedreiro que faz a escola, o marceneiro que faz as carteiras, mesas e lousas, são analfabetos e não têm condições de enviar seus filhos para a escola que foi por ele produzida.

Essa é a contradição real, da qual a contradição entre a idéia de “direito de todos a educação” e uma sociedade de maioria analfabeta é apenas o efeito ou a consequência.

A noção de cidadania ainda permanece associada à idéia de ter direitos, uma característica que não parece suficiente para exprimi-la, uma vez que em termos legais, os direitos não são mais privilégios, de determinadas classes ou grupos sociais. Um documento fundamental no balizamento de tal generalização é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada e promulgada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

Machado (2001,p.95) diz que:

Restringir a idéia de cidadania à de ter direitos pode significar uma limitação da formação do cidadão à vigilância sobre o cumprimento das deliberações da DUDH, ou de outros documentos similares, internacionais ou nacionais. Isso não significaria uma tarefa pequena no ponto de vista prático, mas restringiria demasiadamente o significado político / filosófico de tal nação. A própria expressão “educar para a cidadania” resultaria relativamente empobrecida por uma restrição como essa.

É importante ressaltar que mesmo em países onde os direitos humanos não costumam ser violados, a necessidade da formação do cidadão permanece viva, relacionando-se com a sementeira de valores e a articulação entre os projetos individuais e coletivos.

A integração entre a formação pessoal e a social, entre o desenvolvimento das personalidades individuais e o pleno exercício da cidadania encontra-se fortemente associada à idéia de rede como representação da relação indivíduo/sociedade.

Elias (1994 a, p. 30-36) afirma que:

O que aqui chamamos de “rede” para denotar a totalidade da relação entre o indivíduo e sociedade, nunca poderá ser entendido enquanto a “sociedade” for imaginada, como tantas vezes acontece, essencialmente como uma sociedade de indivíduos.

No mesmo trabalho, após essa afirmação, Elias (1994 b, p. 30-36) explicita um pouco mais a idéia de rede:

Esse “eu”, essa “essência” pessoal forma-se num entrelaçamento contínuo de necessidades, num desejo e realização constantes, numa alternância de dar e receber. É a ordem desse entrelaçamento incessante e sem começo que determina a natureza e a forma do ser humano individual. Até mesmo a natureza e a forma de sua solidão, até o que ele sente com sua “vida íntima” traz a marca da história de seus relacionamentos – da estrutura da rede humana em que, como um de seus pontos nodais, ele se desenvolve e vive como indivíduo”.

Quando há a confluência dos projetos individuais e sociais, situam-se, naturalmente, as questões relacionados, com o mundo do trabalho, e com a construção da noção de projetos vocacionais.

Fonseca (1994, p. 61) faz uma análise de como os projetos de vida são construídos na interface individual/social e sempre supõe uma intervenção conjunta de elementos afetivos, cognitivos e sociais. Cada projeto de vida, segundo ele, tende a caracterizar-se como a realização de uma vocação, de um apelo, de um chamamento vindo, a um tempo, de dentro e de fora, representando um encontro agradável, harmonioso e possível entre as aspirações individuais e interesses coletivos. A idéia de vocação não tem muito a ver com perspectivas religiosas ou inatistas; aproximam-se muito mais da perspectiva profissional.

Machado (2001, p. 107) afirma que múltiplos são os instrumentos para a realização plena da cidadania e destaca:

- a alfabetização relativamente aos dois sistemas básicos de representação da realidade a língua materna e a matemática, condição de possibilidade do conhecimento em todas as áreas;
- a participação do processo político, incluindo-se o direito de votar e ser votado;
- a participação da vida econômica, incluindo-se o desempenho de uma atividade produtiva e o pagamento de impostos;
- o conhecimento de todos os direitos a que o ser humano faz jus pelo simples fato de estar vivo.

Cidadania, então, é a síntese das conquistas dos direitos obtidos pelos seres humanos; é a igualdade, perante a lei, de todos os homens, independentemente de raça, cor, sexo, religião e nacionalidade. O ser humano tem conhecido uma evolução dos direitos neste século: trabalhadores conseguiram proteção legal, leis racistas foram extirpadas, mulheres ganharam o direito de voto. O conceito de cidadania hoje está também ligado à promoção de ações que garantam igualdade de oportunidades, assegurando a todos educação, saúde e nutrição.

3.2.1 O homem e a cidadania

As ciências sociais deste século deparam-se com um grande dilema que existia anteriormente no século anterior XX.

Entre as sociedades nacional do século XVIII e XIX e global nos séculos XX e XXI, há diferenças não só quantitativas como qualitativas envolvendo os aspectos que desafiaram os fundadores das ciências sociais, porém, com outros significados. Aparecem, então, modificações nas sociedades nacionais, não só em termos sociais como econômicos, políticos e culturais apresentando ligações, processos e estruturas internacionais mundiais e globais.

A visão aberta da sociedade global cria problemas fundamentais e primordiais. O contrato social é um deles; e atingem todas as nuances e são realizados entre Estados Nacionais e organizações multilaterais e empresas transnacionais, podendo ser também entre associações internas das nações como por exemplo grupos, etnias, classes, correntes de opinião pública, ou até mesmo o próprio indivíduo tido como um ser social representante de uma coletividade ou população.

Quando se fala em emergência social, tem-se em mente outros tipos novos que surgem como atores, pessoas físicas e jurídicas inseridos em contexto de outros, resultando em laços de dependência, que podem envolver tensão, antagonismo ou integração entre eles.

Na sociedade global, os parâmetros de liberdade, igualdade e propriedade, pertencentes ao contrato, giram em torno de termos econômicos reaparecendo de modo contínuo, tanto em âmbito local, regional, nacional e transnacionais nos moldes encontrados em troca mercantis, mostrando princípios mais políticos do que culturais.

Até em sociedades mais desenvolvidas democraticamente, estes princípios não envolvem homogeneidade nas vigências dos diferente locais devido às peculiaridades diversificadas dos mesmos e a maneira como se apresentam em situações de vida.

Ianni (1999, p. 109-124) exemplifica essa assertiva dizendo:

Em Londres convivem várias formas de cidadania, se levamos em conta as diversidades étnicas, culturais, lingüísticas, religiosas e outras, transformadas na prática em desigualdades estigmatizadas. Algo semelhante ocorre em Paris, Berlim, Viena, Moscou, Roma, Nova York, México, Rio de Janeiro, Nova Delhi e outras cidades, quanto a situações sociais de vida e trabalho.

Então, é aí que se vê que só há soberania do cidadão quando se pensa na sociedade mundial, embasada única e exclusivamente nas trocas de mercadorias e a moeda nacional tende para o imaginário, abstrato, passando a valer só se tiver um cunho global. Vê-se assim, que o indivíduo ainda não alcançou a cidadania mundial como já ocorreu com a mercadoria.

Passam a ter valor de moeda o FMI, o BIRD, o banco mundial, o GATT e empresas transnacionais e as agências multilaterais são os criadores da mercadoria em âmbito mundial.

Ianni (1999 b, p. 109-124) diz ainda que “Uma cidadania cuja essência está expressa na moeda global, o dólar, e cujo idioma é o inglês, o vulgata de todo mundo”

Cidadania do indivíduo? Esta somente ainda se encontra em esboço. Ficam tolhidas organizações governamentais, como a ONU, UNESCO e até as não governamentais que pouco podem fazer para tornar verdadeiros os princípios de liberdade e igualdade em escala mundial.

Torna-se apenas conjunto de idéias e intenções a Declaração Universal dos Direitos do Homem, apesar de sua importância social, política, econômica e cultural.

Alguns artigos importantes da Declaração Universal dos Direitos do Homem serão citados a seguir:

Artigo 1- Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir uns para com os outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2 - Cada qual pode prevalecer-se de todos os direitos e de todas as liberdades proclamadas na presente Declaração, sem distinção alguma, sobretudo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou qualquer outra opinião, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou qualquer outra situação. Ademais, não será feita nenhuma distinção fundada sobre o estatuto político, administrativo ou internacional do país ou do território de que alguém seja proveniente, seja esse território independente, sob tutela ou autônomo, ou sofra qualquer outra limitação de soberania. (...)

Artigo 6 – Cada Qual tem o direito ao conhecimento, em todo lugar, de sua personalidade jurídica.

Vêm à tona os dilemas do Contrato Social mas, de forma nova, porém, é claro que medidas tomadas que deram certo e instituições jurídico-políticas já provadas e sedimentadas podem ser ativadas a trazerem soluções para problemas emergentes com a sociedade global.

Ianni (1999 c, p.109-124) afirma que:

Os dilemas da cidadania, do cidadão do mundo, não se limitam aos aspectos políticos, ou jurídico-políticos, envolvem também os sociais, econômicos e culturais. A medida que caminha, o processo democrático necessariamente compreende todos os níveis da vida social, da esfera pública. Codificam-se democraticamente as relações, os processos e as estruturas que constituem e movimentam a sociedade em níveis nacional e mundial.

Uma democratização que obviamente põe e repõe o problema da progressiva redução das desigualdades, pela redistribuição crescente da produção material e cultural, enquanto produtos de trabalho coletivo.

Fazendo uma comparação da sociedade global, as condições sociais, econômicos, políticas e culturais, em que se desenvolve o indivíduo são outras. A socialização abrange relações, processos e estruturas que colocam o cidadão em âmbito mundial, sendo envolvido em perspectivas novas, além de sua individualização regional e nacional.

No referencial do indivíduo entram elementos e símbolos de circulação mundial. Sabe-se que a emergência da sociedade global abre perspectivas novas e criativas para os indivíduos, grupos, etnias, minorias, classes, movimentos sociais, partidos políticos, correntes de opiniões públicas, sociedades nacionais, entretanto, as mudanças que ocorrem não trazem tranquilidade e nem imediatismo; realiza-se de modo contraditório, criativo e destrutivo.

A cidadania, a qual se entende também por soberania, envolve autoconsciência, o que acaba por se constituir um problema pelas condições em que se forma a sociedade global, pois, neste ponto, são ainda muito precárias e limitadas as possibilidades dessa autoconsciência.

3.3 Globalização

O mundo vem passando por muitas transformações em que os desafios se multiplicam. Algumas palavras e expressões estão em alta, tais como: mundo virtual, globalização, direitos humanos, desenvolvimento, tecnologia, neoliberalismo. Elas expressam necessidades, realidades, aspirações e desejos.

Boff e Arruda (2000, p.61) afirmam que

é importante reconhecer a globalização como um processo complexo; ela existe como um potencial ou uma vocação inerente ao próprio capitalismo, como demonstrou Marx e ganhou diferentes nomes, à medida que progrediu como “imperialismo” (denominada por Hilferding e Lenin, no começo do século XX), transnacionalização (nomeada por Richard Barnett e Ronald Muller, desde o fim da 2ª guerra mundial) e outros. O fato é que se intensificou sobretudo nos anos 1980-90, como resultado de diversos fatores, entre eles as inovações tecnológicas em campos como a informática.

Candau e Sacavino (2000, p.10-11) dizem que

o aperfeiçoamento de uma sofisticada tecnologia de informação, comunicação e meios de transporte mais rápidos e mais baratos no mundo todo são fatores de globalização que vivemos atualmente e que renovam os estímulos à criatividade, imaginação e ampliam contextos entre raças, culturas e lugares do planeta. Atualmente, grande número de pessoas participa desse mercado global e nele está incluído.

Contudo, não menos importante nesse processo é a maciça redução do número de pessoas que têm acesso à educação, saúde, habitação e emprego de qualidade. Também é observado que nesse momento há um quadro de dureza da realidade mundial, com o aumento significativo do número de desempregados, subempregados, sem-teto, empobrecidos e excluídos na maioria das cidades e países do planeta e também o forte aumento de migrações internas e emigrações das populações, especialmente nas áreas mais pobres ou menos desenvolvidas em

direção às mais desenvolvidas e enriquecidas, em busca de melhores condições de vida. Isso também agrava um problema muito grande: o da educação.

A chamada economia globalizada vem reduzindo os postos de trabalho e as formas de sobrevivência das pessoas que estavam acostumadas ao emprego. A cada manhã, milhares de pessoas saem à procura de emprego buscando encontrar uma nova forma de ocupação e renda e disputam as pequenas lacunas surgidas no mercado de trabalho. Muitas vezes o fazem em condições precárias, sem alimentação adequada, com baixa escolaridade e, principalmente, com baixa auto-estima, o que reduz ainda mais as suas chances de voltar ao mercado de trabalho.

Então, o desejo dessa busca torna-se intensamente lenta pela enorme diferença de culturas e, portanto, alcance da compreensão e tomada de decisões para conseguir a equiparação de resultados adequados e positivos. A propósito, em um parêntese, é bom lembrar a questão da saúde mental que provém da alimentação obtida pelos seres humanos, a qual vai interferir sobremodo, no contexto cooperativo e penetração do novo grupo de melhoria, talvez mais atualizado e com possibilidade de utilizar o que lhe é apresentado de novo. Além disso, o momento de ajuste social, requer nível determinante e receptividade desse grupo que irá corresponder ao sucesso esperado nesta relação ainda desconhecida e em andamento. Este fenômeno ocorre em nosso país, no estado de desenvolvimento, sendo visível para os que já conseguiram, de certo modo, aquela interação, mas, por serem estatisticamente, em menor porcentagem, ainda é grande motivo de preocupação a continuidade do fato no dia a dia.

Essa rotina infinita, traz, além de outras barreiras, a edificação do destino educacional do país e do aspecto profissionalizante tornando maior ainda a distância do recurso fundamental ao que se quer propor aqui.

3.3.1 Globalização, igualdade e desigualdade

Therborn (1999,p.63-95) argumenta que:

Existem tendências de globalização, de interconexão de todas as partes de nosso planeta, e em particular de todas as partes das criaturas que habitam o mesmo. De modo mais formal podemos dizer que a globalização se refere à tendência para um alcance ou impacto

de fenômenos sociais universal, abstendo-se deliberadamente do tipo comum de formulações mais barrocas.

Nesse sentido geral a globalização pode ser de dois tipos diferentes. Um deles se fundamenta nos atores subglobais, gerados e enraizados fora da globalidade – por exemplo nos processos de nacionalização, e sua interação, incluindo-se casos de superatores impondo sua vontade sobre certo número de atores menos poderosos. Podemos classificar esse tipo como de interação global. Um outro tipo de globalização deriva da existência dum sistema global, pelo qual os atores obtêm seu roteiro e sua localização no palco. Neste último caso existem processos sociais comuns universais, em que os atores humanos tomam parte, sejam eles estados, corporações, outras organizações ou indivíduos

Feita essa argumentação por Therbom, é pertinente dizer que tanto como sistema e como interação, a globalização não deveria ter qualquer reducionismo econômico tendo em perfeita conta a multidimensionalidade dos fenômenos sociais. Então, devem ser feitas observações a respeito da igualdade e da desigualdade referindo-se à globalização.

É notado que a igualdade entre os homens, em todos os sentidos, é uma luta constante.

Nos tempos passados houve alguns círculos funcionais de igualdade entre intelectuais dos confucionistas literatos da China Clássica e no início da moderna *Republique des lettres* – e entre pequenas comunidades fechadas.

As campanhas escravistas de fins do Século XVIII e adiante foram, provavelmente, a primeira manifestação de igualitarismo universalista humano.

O atual movimento ativista dos direitos humanos é um herdeiro contemporâneo desse igualitarismo.

Sen (apud GENTILI, 1992, p.4) diz que “O que importa, acima de tudo, é a igualdade de capacidade definida como a capacidade de cumprir funções, isto é, seres e feitos, que uma pessoa tem razão em valorizar.”

Nessa perspectiva, a teoria de Sen pode ser aplicada e exemplificada no Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP, 1996, p.109 –112); esse programa baseou-se na teoria de Sen e colocou em prática uma “mediação da capacidade de pobreza”.

A capacidade de realizar, nessa concepção, relaciona-se com os motivos para agir. O conceito de capacidade de Sen pode então ser especificado como abarcando quase todas as variáveis elementares estruturais e culturais da sociologia relacionadas com a ação social: tarefas, direitos, meios, riscos e oportunidades (subsérie de tarefas) e cognição, valores, normas (subconjunto cultural de identidade).

É de suma importância frisar que, ao encarar a desigualdade em termos de capacidades, não só as posições fixas e polêmicas de igualdade *versus* liberdade são superadas. Então, com isso, pode-se ter uma visão objetiva e nova dos problemas de igualdade e desigualdade no mundo.

Assim, vê-se que se pode combinar os dois tipos de processos de globalização com uma leitura sociológica básica do conceito de capacidades de Sen, a fim de se obter um feixe de dimensões da globalização.

Quadro 4 : Processo da Globalização

Capacidades	Interação	Processo	Sistema
Estruturação	Divisão de Trabalho	Intercâmbio do local de trabalho Interdependência	Produção mundial
	Direitos Renda	Influência mundial	Direitos universais Mercado mundial
	Riscos/oportunidades	Impacto mundial	Ambiente mundial Mercado
Culturação	Identities	Cruzamento continental Identificações	Identities humana ou global Identities categóricas
	Cognição Valores	Difusão mundial Influência mundial	Conhecimento universal Ideologias globais, religiões
	Formas Simbólica Ação	Hibridização cultural Alcance ou interação global	Linguagem universal Expressões Acordo mundial

Fonte : Goren Therborn - 1999

Muitos itens acima são até certo ponto auto-evidentes, uma vez que se mostram muito pronunciados. Entretanto, algumas observações ilustrativas podem ser pertinentes, para que haja uma maior compreensão do quadro.

Com a modernidade, deve-se distinguir a interdependência que existe entre os trabalhadores autônomos, atores exogenamente colocados num determinado território, em busca de seu local próprio de trabalho e intercambiando com outros, das unidades de trabalho gerados e definidas globalmente. Pode-se observar essa situação na produção de componentes de automóveis e aparelhos eletrônicos de algumas empresas.

Já o mercado global é visto, neste caso, como um mecanismo global comum para a locação de renda e riqueza, de oportunidades, o tempo todo. Therberson (apud VIEIRA, 1999, p. 69) diz que esses mercados mundiais para mercadorias e sementes no século XIX tornou-se emergente e desde então se desenvolveram, incluindo marcas mundiais de bens de consumo, como a Coca-Cola.

É importante que se observe quanto a interdependência estrutural que o comércio mundial não está se desenvolvendo mais que as economias nacionais.

Um exemplo disso segundo Eurostat (apud VIEIRA, 1995, p. 260) são as transações de bens, tanto os Estados Unidos quanto o Japão exibiram uma ligeira tendência para o mercado mundial desde 1980, conquanto os EUA estejam oscilando em torno da mesma linha tendencial.

A globalização foi colocada em foco nas conferências sobre o meio ambiente da ONU, realizadas em Estocolmo (1974) e no Rio de Janeiro (1992). Foram discutidos os riscos ambientais, tanto em relação ao clima do planeta como à poluição transnacional.

Quanto a globalização cognitiva, tem-se uma gama de exemplos, pode-se citar alguns deles tais como: o Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU, de 1996, o qual fornece uma grande riqueza de informações sobre 174 países, o noticiário mundial, divulgado pela tevê via satélite, a produção de estatísticas globais.

No que se refere às formas simbólicas, existem certas “formas elitistas” no mundo da arte. Exemplos disso são os filmes, a música *pop* e o *rock*, os quais são variantes de massificação mais recentes de forma simbólicas universais.

Há também uma igualização cultural de formas simbólicas através da comunicação do inglês como língua comum, de estilos e gostos, seja no tocante a bebidas, refeições rápidas, vestuário.

É mister que se destaque que os desenvolvimentos tecnológicos afetam de modo crucial a questão da igualdade e desigualdade. Existem alguns mecanismos importantes no que se refere à igualização e desigualização; são eles: esforço produtivo e/ ou produtividade, estruturas de oportunidades, poder e comunicação. Estes quatro mecanismos têm relações muito diferentes com a globalização. Esta envolve estruturas de oportunidades mais amplas e de comunicações extensas. Ambas são intrínsecas à definição de globalização. Em contraste, a globalização pode ter efeitos sobre a produtividade e o esforço e sobre o poder.

Mudanças tecnológicas têm tornado a produtividade muito menos dependente de fatores ambientais exogenamente apresentados, da energia e de matérias-primas. As estruturas de oportunidades têm-se ampliado devido ao barateamento dos custos de transporte. A comunicação tornou-se mais extensiva graças às novas tecnologias de comunicação de abrangência mundial.

Não se pode negar que, nos últimos cem anos, a capacidade dos estados tem aumentado também devido aos avanços tecnológicos sustentando o gerenciamento organizacional e incidindo sobre o acesso do Estado aos mesmos, sua monitoração e a realimentação de sua população.

Globalização não são somente mercados anônimos e cultura de massa pré-empacotada e transmitida via satélite, inclui também a ação social no mundo todo e o interesse mundial e a comunicação direta.

É importante frisar que a globalização se faz, primeiramente, por meio da economia. Todas as economias são interdependentes, os mercados regionais se integram no mercado mundial.

O primeiro é o surgimento de mega conglomerados e corporações estratégicas que atuam num nível global. Não são apenas transnacionais, mas empresas mundiais.

As grandes empresas trabalham em parceria mundial, assim a Ford (USA) com a Mazda (Japão), a Fiat (Itália) com a Nissan. Estes conglomerados agem em nível planetário, muitas vezes, sem o controle dos Estados, consoante os mercados e as vantagens lucrativas.

Segundo, a continentalização das economias dentro do processo maior da globalização: O Mercado Comum Europeu, o NAFTA (USA, Canadá, México), Tigres Asiáticos, o Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai).

Entre esses blocos vigoram guerras econômicas.

A concorrência provoca grandes avanços tecnológicos e ao mesmo tempo agrava a crise ecológica e aumenta o fosso entre países tecnicamente desenvolvidos e os atrasados.

O terceiro, o surgimento de elites orgânicas transnacionais que objetivam o gerenciamento econômico e político da terra, relativizando o papel do Estado e dos projetos nacionais.

Obriga a repensar o papel dos Estados-Nações e formula a exigência de um governo central planetário que articule os interesses mínimos coletivos da Terra como um todo e da humanidade com espécie.

Junto ao processo econômico caminha o processo político. Por causa do Ocidente praticamente todos os povos se organizaram em Estados-Nações. A idéia de democracia penetrou nos hábitos políticos de todos os países, seja a democracia como valor universal e ser vivido nos relacionamentos humanos na escola, nas comunidades e no processo produtivo, seja como forma de organização do poder do Estado.

Boff e Arruda (2000 c: p. 27) afirmam que :

A democracia somente funciona quando se cria uma atmosfera de respeito e de promoção dos direitos humanos pessoais e coletivos. Os direitos humanos supõem, por sua vez, certa compreensão do ser humano como um fim em si mesmo e nunca como meio, (...) o que não é até de fácil assimilação pelos povos orientais. Por causa desta compreensão antropológica e da validade universal dos direitos humanos, todo poder para ser legítimo de ser delimitado por uma constituição e controlado pelo povo ou por seus representantes.

Além dos fatores mencionados acima, tem-se também um outro fator da globalização que é o da espiritualidade. Espiritualidade, neste caso, pode ser entendida não pelo aspecto religioso, mas por uma atividade humana de respeito e veneração pela grandeza do universo e da admiração pela complexidade e vida

sobre a terra. Mais e mais se percebe em todo o mundo uma grande sede de espiritualidade.

Então, a globalização não é algo tão simples como parece e como é falado por alguns autores de livros ou palestrantes. A globalização abarca muitos fatores, fatores esses que podem ter resultados negativos e positivos. Dentre os negativos, está inserida a exclusão.

Existem vários tipos de exclusão. A palavra exclusão vem do latim *exclusio* que quer dizer ato ou efeito de excluir, ou seja, afastar, eliminar, não admitir, rejeitar, expulsar, pôr fora.

Logo a seguir, serão tratadas algumas formas de exclusão que são a exclusão social, a global e a digital.

3.4 Exclusão

Nesse mercado global, não são todas as pessoas, povos e países que estão inseridos e são admitidos dentro dele e da nova ordem mundial; essas pessoas, povos e países são, então, denominados excluídos.

Logo, é bom que se faça uma reflexão:

Como pensar em democracia e cidadania nessa nova ordem mundial globalizada, caracterizada, por um lado, pela liberação, abertura, liberdade e, por outro, pela exclusão-fechamento?

Visto por esse ângulo, não se pode esquecer que as especulações macroeconômicas e as políticas de mercado atropelam sistematicamente a dignidade humana e condenam milhões de mulheres, homens e crianças ao desemprego, à fome, à violência, levando-os ao desespero e à marginalização. E o pior: vê-se que Estados e governos ficam omissos, inativos e cúmplices com essa situação alarmante e preocupante. Como pensar em democracia e cidadania quando há direitos de importância inegável, declarados e violados, como os direitos à saúde, à educação, e à moradia, à terra?

O processo da globalização caracteriza-se, pois, por ambigüidade: ele promete desenvolvimento e bem-estar, mas, ao mesmo tempo, é letal para grande parte da humanidade; enriquece alguns, enquanto empobrece outros; desenvolve o sistema produtivo, porém destrói o meio ambiente.

Nesse sentido, a ONU tem organizado desde 1990 conferências globais sobre problemas que preocupam, articulam e unem a cidadania planetária. As seis conferências já realizadas foram:

- . a do Rio de Janeiro, voltada para a crise do meio ambiente;
- . a do Cairo, sobre as temáticas populacionais;
- . a de Copenhague, cujo tema foi o escândalo da pobreza;
- . a de Viena, a respeito dos direitos humanos;
- . a de Beijing, tratando das desigualdades de poder entre gêneros;
- . a de Istambul, que abordou a problemática da habitação e do espaço urbano.

Entretanto, apesar de haver conferências, simpósios, discussões, a respeito de temas preocupantes, os governos pouco fazem para que a situação altamente catastrófica se resolva.

Não há uma preocupação de se fazer projetos e existe a ausência de políticos eficazes de combate ao desemprego, à violência e à pobreza.

Sacavino (2000, p. 16) adverte que:

A radicalização da democracia deve apontar para a construção de um novo Contrato Social que seja inclusivo e gerador dessa nova cidadania “glocal” nas diferentes dimensões.[...]

A cidadania global, que colhe o que a Universalidade acumula, não é totalitária, elabora-se em diálogo com o que há de local, original, particular, próprio, e se transforma em cidadania “glocal”.

Estévez (1998, p. 47) acrescenta a essa idéia a seguinte afirmação:

A cidadania política é uma condição para a democracia e o exercício da soberania pelo povo; a cidadania econômico-social vincula-se a políticas de desenvolvimento humano auto-sustentável com igualdade de oportunidades; a cidadania ecológica orienta-se por um projeto de sociedade baseado na preservação da natureza; e a cidadania cultural situa-se em uma aposta da interculturalidade, pluralidade e não – discriminação.

Outras características do mundo atual, centrado no mercado global, são as desigualdades e a injustiça que aumentam incessantemente a polarização entre os

grupos humanos, entre os poucos cidadãos do mundo que concentram tudo e os muitos que são cada vez mais excluídos de todo tipo de recursos.

Segundo Subcomandante Marcos (1998), atualmente, dos 5,5 bilhões de habitantes do planeta, só 500 milhões vivem com comodidades, ao passo que a maioria dos demais – 5 bilhões – padece na pobreza e procura apenas sobreviver.

Na revista RETS (apud ALVARENGA, 1998) informa que:

Nesse cenário, a América Latina é uma das regiões mais injustas do planeta, com 39% (210 milhões de pessoas) de sua população situados abaixo da linha da pobreza.

Concentração da riqueza em poucas mãos e distribuição da pobreza entre muitas é um dos sinais da sociedade do mercado atual, cada vez mais baseada no frágil equilíbrio das absurdas desigualdades.

A persistência da pobreza é acentuada pela fragilidade dos empobrecidos como atores. Por isso é fundamental que se desenvolvam processos de fortalecimento dos diferentes setores excluídos no intuito de reforçar essa construção democrática de baixo para cima, do local para o global.

Segundo Mendonça (2002), em artigo publicado na revista veja, o Brasil, por exemplo, é um caso gravíssimo; 53 milhões de pessoas estão abaixo da linha de pobreza. Destas, 30 milhões vivem entre a linha da pobreza (pessoas cuja renda não é suficiente para cobrir os custos mínimos de manutenção da vida humana: alimentação, moradia, transporte e vestuário; isso num cenário em que educação e saúde são fornecidas de graça pelo governo) e acima da linha da miséria. Cerca de 23 milhões estariam na situação que se define como indigência ou miséria (pessoas que não conseguem ganhar o bastante para garantir aquela que é a mais básica das necessidades: a alimentação).

Ou seja: a pobreza no Brasil é formada por dois grandes grupos. Há 30 milhões de pessoas vivendo com extrema dificuldade, donos de uma renda mensal per capita inferior a 80 reais. E há mais 23 milhões que vivem ainda em pior situação, sobrevivendo de maneira primitiva. Não ganham dinheiro bastante para comprar todos os dias alimentos em quantidade mínima necessária à manutenção saudável de uma vida produtiva.

Quadro 5 : Desigualdade de Renda

A distância entre a renda dos 20% mais pobres e a dos 20% mais ricos em alguns países	
Polônia	3 vezes
Japão	4 vezes
Espanha	4 vezes
Índia	5 vezes
Alemanha	6 vezes
Itália	6 vezes
Canadá	7 vezes
China	7 vezes
França	8 vezes
Estados Unidos	8 vezes
Inglaterra	9 vezes
México	13 vezes
Chile	18 vezes
Gunié-Bissau	28 vezes
Guatemala	30 vezes
Brasil	33 vezes

Fonte Ipea - 2002

Segundo o último estudo disponível sobre o assunto, realizado pelos técnicos da ONU (apud MENDONÇA, 2002), existem 830 milhões de miseráveis no planeta. Na Europa, na Oceania e na América do Norte o problema tem escala reduzida, pois a miséria ataca esporádica e temporariamente alguns grupos de imigrantes clandestinos ou algumas minorias, como as tribos aborígenes na Austrália. A situação muda de patamar na Ásia, que concentra 63% dos miseráveis do mundo. O caso mais extraordinário é o da Índia, onde mais de 300 milhões de pessoas vivem em estado de privação absoluta. Em termos proporcionais, o epicentro da miséria mundial é a África. No continente africano, um em cada quatro habitantes passa fome.

Com 23 milhões de miseráveis, o Brasil representa 3% do problema mundial. Pode parecer pouco, mas é uma inserção global três vezes maior do que a

participação dele, por exemplo, no comércio mundial, em que o Brasil aparece com menos de 1% do movimento de compra e venda de mercadorias.

Do ponto de vista econômico, a pobreza extrema reduz a competitividade do país e restringe suas possibilidades de mover a economia pela força do mercado interno. É importante que se observe que os miseráveis não produzem e pouco consomem. Ou seja, os miseráveis nem entram na equação econômica de um país moderno. A economia brasileira se situa entre as dez maiores do mundo e chegou a atrair no ano 2000 investimentos estrangeiros de 30 bilhões de dólares. Quase metade dos usuários da Internet da América Latina concentra-se no Brasil.

Em nosso continente, o impacto da globalização é forte mas não é homogêneo. Alguns países parecem ter embarcado nela com total adesão, tomando-o como único caminho possível para seu progresso e desenvolvimento. Em outros, o impacto ainda é menos forte, mas todos estão sendo seduzidos e atraídos, por suas promessas de uma vida melhor, por mais contraditórios que seja o impacto de sua introdução em cada um dos países e no continente como um todo.

Cabe ressaltar que a globalização é um progresso na história humana; entretanto, o problema é a globalização competitiva, a qual é modelada pelos interesses corporativos das empresas e pelos interesses geopolíticos dos países ricos e fortes no Hemisfério Norte. E, a principal marca dessa globalização competitiva, tem sido o crescimento do desemprego, políticas recessivas ligadas à estabilização e ao ajuste macroeconômico neoconservador, somadas à inovação tecnológica intensiva e à reestruturação da produção, e da distribuição dos bens e serviços estão na raiz do crescimento com desemprego.

Segundo dados da OIT (apud MACHADO, 2002), 30% da população economicamente ativa do planeta encontra-se desempregada ou subempregada.

Machado (2001, pág. 17) afirma que:

Há algum tempo, a expectativa de um caráter transitório ou cíclico de tal crise esvai-se completamente, consolidando-se o reconhecimento de sua natureza estrutural. Isto significa que as transformações estruturais na economia, com a utilização crescente de novas tecnologias nos setores produtivos, com o crescimento do setor de serviços e a diminuição relativa dos setores agrícola e industrial,

tendem a diminuir a oferta global de empregos, compreendida enquanto “pacotes” de atividades remuneradas no cenário das sociedades industriais.

De modo geral, as análises e os diagnósticos referentes ao crescimento do desemprego estrutural costumam ser fragmentárias, contemplando separadamente aspectos econômicos, políticos, sociológicos, psicológicos, entre outros, o que contribui para a elaboração teórica do tema, mas pode dificultar a instrumentação das ações práticas correspondentes. Muitas vezes, as análises chegam a parecer contraditórias, na medida em que, por exemplo, focalizam leis surgidas para garantir o funcionamento do mercado de trabalho e que termina por manietá-lo. Existem também análises que associam o desemprego à falta de uma formação escolar mais intensa enquanto outras registram a ocorrência de um fenômeno como o excesso de educação ou a ‘supereducação’, expressão usada por Carnoy e Levin, (apud MACHADO, 2001, p. 18) na lista de fatores que poderiam favorecer a perda do emprego.

É importante destacar que podem existir várias análises a respeito de desemprego. Entretanto, ele é um grande atenuante para o aumento da marginalidade e para o aumento da violência, pois o indivíduo que não tem o que comer, onde morar e como sustentar a família, sem as mínimas condições de sobrevivência, parte para o único caminho que vê pela frente: o da criminalidade.

É mister que se frise que há muitos projetos, decretos e leis que tratam de temas referentes à miséria, exclusão social, entretanto alguns poucos são postos em prática por falta de vontade política e de interesse social.

Em nossos dias, os dilemas da sociedade que envolvem esse problema abrem perspectivas criativas porém, na maioria das vezes, utópicas, as quais por falta de recursos humanos, financeiros e estruturais acabam por desintegrar-se, pois ficam subordinados a ações, não só das comunidades como também governamentais. Porém, de um ponto ou de outro, já se pode perceber, com clareza, o resultado positivo após mudanças, diagnósticos, que geram um modelo determinante, para a realização desses projetos.

Certamente a ruptura daquelas idéias que tinham como característica básica a utopia, que foram acima referidas, sejam responsáveis pela morosidade do avanço dos novos projetos, pois incluíam os recursos fundamentais para seus avanços.

Nesse caso, os mesmos passam a ser contraditórios e alteram-se, e acabam não sendo implementados ou postos em prática; vindo daí a dificuldade em fortalecer os componentes reabilitórios.

Além das formas de exclusão citadas anteriormente, atualmente tem-se a mais nova: a exclusão digital.

A Sociedade da informação representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia, havendo quem a considere um novo paradigma técnico-econômico.

É um fenômeno global, com elevado potencial transformador das atividades sociais e econômicas, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessas atividades serão, em alguma medida, afetadas pela infra-estrutura de informações disponíveis. É também acentuada sua dimensão político-econômica, decorrente da contribuição da infra-estrutura de informações para que as regiões sejam de interesse em relação aos negócios e empreendimentos.

Sua importância assemelha-se a de uma boa estrada de rodagem para o sucesso econômico das localidades. Tem ainda dimensão social, em virtude do seu elevado potencial de promover a integração, ao reduzir as distâncias entre pessoas e aumentar o seu nível de informação.

Em cada país, a sociedade da informação está sendo um meio para diferentes condições e projetos de desenvolvimento social.

As tecnologias envolvidas vêm transformado as estruturas e as práticas de produção, comercialização e consumo e de cooperação e competição entre os agentes, alterando, enfim, a própria cadeia de geração de valor. Do mesmo modo, regiões, segmentos sociais, setores econômicos, organizações e indivíduos são afetados diferentemente pelo novo paradigma, em função das condições de acesso à informação, da base de conhecimento e, sobretudo, da capacidade de aprender e inovar.

Os países economicamente desenvolvidos, bem como boa parte daqueles em via de desenvolvimento, já adotaram políticas e iniciativas voltadas para a sociedade de informação.

A globalização e a difusão das tecnologias de informação e comunicação são uma via de mão dupla; por um lado, viabilizam a expansão das atividades das empresas em mercados distantes; por outro, a demanda por produtos e serviços de rede tecnologicamente mais avançados.

No novo paradigma gerado pela sociedade gerado pela sociedade de informação, a universalização dos serviços de informação e comunicação é condição fundamental, ainda que não exclusiva, para a inserção dos indivíduos como cidadãos, para se construir uma sociedade de informação para todos. Entretanto, existe na sociedade hodierna uma classe, a dos “info – excluídos” , ou seja, pessoas dos diferentes segmentos sociais e regiões que não têm amplo acesso à Internet.

Para que se tenha a universalização de fato, as populações com baixo poder aquisitivo devem fazer parte da inclusão nas redes digitais.

Mas o conceito de universalização deve abranger também o de democratização, pois não se trata somente de tornar disponíveis os meios de acesso e de capacitar indivíduos para tornarem-se usuários dos serviços da Internet. Nesse sentido, torna-se necessária uma alfabetização digital, que proporcione a aquisição de habilidades básicas para o uso do computador e da Internet e também que capacite as pessoas para a utilização dessas mídias em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitárias, com responsabilidade e senso de cidadania.

Segundo a Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde, em números absolutos, o Brasil ocupa lugar significativo em termos de usuários da Internet-variando entre o 12º e o 14º lugar no “*ranking* mundial”ao passo que, em números relativos, a quantidade de usuários em relação ao total da população coloca o País em 4º lugar na América Latina.

Como pode ser verificado nas tabelas abaixo:

Tabela 2 : Usuários e Hosts Internet em Países latino-americanos

PAÍSES	Usuários (milhares)	Hosts (p/10 mil hab.)	Pop. (milhões)	Pop.Urbana (%)	Telefones Fixos (linhas/100 hab)	PC (p/ mil hab.)	Usuários/Pop.(%)
Uruguai	100	49,7	3	91	23,2	21,9	3,33
Chile	450	15,4	15	84	18,0	54,1	3,00
Costa Rica	65	8,1	3	50	16,9		2,17

Brasil	3300	9,9	164	80	10,7	26,3	2,01
Colômbia	400	2,9	40	74	14,8	33,4	1,00
Argentina	350	15,9	36	89	19,1	39,2	0,97
México	900	8,8	94	74	9,6	37,3	0,96
Panamá	25	2,8	3	56	13,4		0,83
Venezuela	170	2,9	23	86	11,6	36,6	0,74
R.Dominicana	50	6,0	8	63	8,8		0,63
Peru	75	1,5	24	72	6,8	12,3	0,31
Paraguai	12	1,6	5	54	4,3		0,24
Nicarágua	12	1,4	5	63	2,9		0,24
Equador	25	1,0	12	60	7,5	13,0	0,21
Bolívia	15	0,6	8	62	6,9		0,19
Guatemala	18	1,0	11	40	4,1	3,0	0,16
El Salvador	9	1,1	6	46	5,6		0,15
Cuba	12	0,1	11	77	3,4		0,11
Honduras	5	1,2	6	45	3,7		0,08
Haiti	3	0,0	7	33	0,8		0,04
Totais e médias	5996	6,5	484	65	9,6	27,7	0,90

Fonte: compilação de dados do Banco Mundial, 1999 e da NUA Internet, 1999, conforme Afonso, Carlos Alberto et al.

Essa tabela, evidencia que tanto o número de *hosts* como o de usuários da Internet no Brasil é maior que a totalidade de *hosts* e usuários do restante da América Latina, incluindo o México. Esse indicador, porém, não é muito significativo, pois o número de habitantes com acesso à Internet em todos esses países ainda é muito baixo.

Tabela 3 : Usuários e Hosts Internet nas 10 Maiores Economias (por PIB)

Dez maiores economias (por PIB)	Usuários (milhares)	Hosts (p/10 mil hab)	Pop. (milhões)	Pop. Urbana (%)	Telefones Fixos (linhas p/ 100 hab)	PC (p/ mil hab)	Usuários/Pop. (%)
EUA	110000	975,9	268	77	64,4	406,7	41,04
Canadá	12000	336,0	30	77	61,0	271,0	40,00
Inglaterra	14000	201,8	59	89	54,0	242,4	23,73
Japão	1600	140,0	126	78	47,9	202,4	12,70
Alemanha	10000	140,6	82	87	55,0	255,5	12,20
França	4700	73,3	59	75	57,5	174,4	7,97
Itália	4200	55,7	58	67	44,7	113,0	7,24
Espanha	2800	61,9	39	77	40,3	122,1	7,18
Brasil	3300	9,9	164	80	10,7	26,3	2,01
China (sem Hong-Kong)	1700	0,2	1227	32	5,6	6,0	0,14
Totais e médias	178700	199,5	2112	73,9	44,1	182,0	15,40
Totais e médias excluindo China	177000	221,7	885	78,6	48,4	201,5	17,10

Fonte: Compilação de dados do Banco Mundial, 1999 e da NUA Internet, 1999, conforme Afonso, Carlos Alberto et al.

Já a tabela número 3, é mais significativa, pois mostra que o Brasil, apesar de estar entre as dez maiores economias pelo critério do Banco Mundial que considera

o PIB, ocupa posição inferior, sendo bem distante da do grupo de países economicamente mais avançados, com relação aos percentuais de *hosts* por usuários e de usuários pela população.

Foi criado, no Brasil, o Comitê Executivo do Governo Eletrônico, ligado ao Ministério do Planejamento, o qual elaborou propostas para dar continuidade aos projetos que foram adiados em 2001, por vários motivos dentre eles, o da crise de energia e das decisões judiciais. Esse trabalho partiu das premissas de que é preciso aprimorar a relação governamental com parceiros, investidores e fornecedores, e de que o governo deve ser o articulador e fomentador das políticas públicas de inclusão digital, não o executor.

Segundo o jornal O Globo de 31/12/01, o CDI, Comitê para Democratização da Informática, criou cento e dezessete Escolas de Informática e Cidadania.

Um aumento de 82% totalizando trezentos e setenta e nove escolas em funcionamento e 82 mil alunos distribuídos por dezenove estados brasileiros, com maior concentração no Sudeste e nas capitais do Nordeste e Sul do país. Também foram abertos seis novos CDIs, um deles internacional, no Chile. Agora são trinta CDIs nacionais e cinco internacionais. Buscou a interiorização, atuando em zonas rurais de Santa Catarina e junto à população ribeirinha do Pará. E poderia ter acrescentado mil telecentros em parceria com a pastoral da criança, caso não tivesse havido mudanças na liberação de recurso do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) para a implantação e custeio dos Espaços jovens do Projeto Rede Jovem, do Comunidade Solidária.

Falando-se especificamente do Comitê para Democratização da Informática, pode-se dizer que ele é uma organização não-governamental sem fins lucrativos que, desde 1995, desenvolve o trabalho pioneiro de promover a inclusão social utilizando a tecnologia da informação como um instrumento para a construção e o exercício da cidadania. Por meio de Escolas de Informática e Cidadania, o CDI implementa programas educacionais no Brasil e no exterior, com o objetivo de mobilizar os segmentos excluídos da sociedade para transformação de sua realidade.

Essa ONG trabalha em parceria com comunidades de baixa renda e públicos com necessidades especiais, tais como deficientes físicos e visuais, usuários psiquiátricos, jovens em situação de rua, presidiários, população indígena, entre outros. O domínio das novas tecnologias não só abre oportunidades de trabalho e

de geração de renda, como também possibilita o acesso a fontes de informação e espaços de sociabilidade.

A atividade principal do CDI é a criação de Escolas de Informática e Cidadania (EICs), que provêem às pessoas que fazem parte de comunidades de baixo poder aquisitivo e/ou com necessidades especiais, o acesso às técnicas e ao uso da informática. Os cursos oferecidos pelas EICs ajudam os alunos a se conscientizarem sobre a realidade em que vivem. Isto significa que os alunos são estimulados a refletirem criticamente sobre as suas necessidades e suas lutas pelos direitos à cidadania.

Há CDIs Regionais e Internacionais. Atualmente, existem 38 CDI's Regionais e 9 Internacionais.

Cada CDI é formado, inicialmente, por uma equipe de voluntários. Este grupo requer um perfil que o qualifique para cumprir estas funções. Essa equipe se divide em:

- recursos humanos: contatos com organizações e comunidades, gerenciamento de voluntários secretariado;
- recursos técnicos: manutenção de computadores, instalação de *software*, conectividade à internet, gerenciamento de correios eletrônicos;
- recursos financeiros: campanhas de arrecadação de equipamentos e arrecadação de verbas para projetos (incluindo divulgação na mídia local), contatos com grupos empresariais.

Eventualmente, um CDI pode até tornar-se juridicamente uma organização não-governamental. Foi isso que aconteceu com o CDI-RJ (hoje, CDI Matriz), o que possibilitou a arrecadação de verbas e formação de parcerias com diversas fundações para formar uma equipe de profissionais que se dedicam unicamente à democratização da informática. Os CDIs contam com o apoio do CDI Matriz para viabilizar seus projetos.

O público-alvo do CDI são jovens moradores de comunidades de baixa renda. Porém, o modelo CDI foi desenvolvido de modo a ser replicável para beneficiários e ambientes diversos, adaptando-se facilmente à realidade e necessidade locais, sem prejuízo para a qualidade do projeto. Existem Escolas de Informática e Cidadania

implementadas em penitenciárias e institutos psiquiátricos, para deficientes auditivos, jovens infratores, aldeias indígenas, entre outros.

As Escolas de Informática e Cidadania (EICs) do CDI em unidades penitenciárias investem na capacidade de reintegração dos presos por meio da capacitação em informática e manutenção de computadores.

Qualificados a trabalhar na área de novas tecnologias quando obtiverem a liberdade, os internos podem repensar a vida e redirecionar seus caminhos com perspectivas mais concretas de inserção no mercado de trabalho.

Na penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro, onde funciona uma EIC desde janeiro de 1999, os dados indicam como a atuação do CDI repercute positivamente na qualidade de vida dos internos: até 1998, entre os 610 detentos existiam 150 analfabetos. Hoje, segundo o *site* <http://www.cdi.gov.br> não há analfabetismo na penitenciária e são poucos os semi-analfabetos, já que para ingressar na EIC é preciso estar alfabetizado. Isto serve como um incentivo a mais para os detentos concluírem o ensino médio. Além disso, as aulas contribuem para a redução da pena dos detentos, na medida em que o tempo despendido nos cursos vale para abatimento.

Esse programa gera uma melhora quantitativa e qualitativa das condições em que os internos cumprem suas penas, contribuindo para que o Sistema Penitenciário promova a reintegração social, evitando a violência nas prisões e a reincidência no crime.

O projeto vem se expandindo para o presídio Hélio Gomes, dentro do complexo Frei Caneca, no Rio de Janeiro, para Penitenciária José Maria Alkmim em Ribeirão das Neves, Minas Gerais e também para a Colônia Penal Lafayette Coutinho, em Salvador, Bahia.

Já o CDI e o Instituto Arte Viva - iniciativa criada para organizar mostras de arte na América Latina e incentivar a educação por meio das artes plásticas - formaram uma parceria para entrelaçar a arte e a informática através da criação do Projeto Viva.com Arte e Cidadania.

Neste projeto, a atividade artística e o uso do computador coexistem enriquecendo-se mutuamente. A utilização destes recursos visa ao desenvolvimento da capacidade criativa dos indivíduos, à construção e exercício da cidadania, e à

capacitação para a produção de trabalhos geradores de renda que utilizem ferramentas da informática e da arte computacional.

O projeto está dividido em três módulos. O público-alvo são os educadores ou coordenadores das EICs que após terem sido capacitados, atuam como multiplicadores do projeto capacitando outros jovens em suas comunidades. A apropriação do conhecimento tecnológico se dá pelo aprendizado das ferramentas, funções e recursos dos seguintes *softwares*:

- Primeiro módulo - *Paintbrush e PhotoDraw*;
- Segundo módulo - *CorelDraw*;
- Terceiro módulo - *PageMaker*.

O projeto é enriquecido com leitura e discussão de textos sobre *design* e comunicação visual, que também são utilizados em exercícios práticos, o que facilita sua assimilação.

A metodologia adotada tem como foco o desenvolvimento cognitivo e o estímulo da percepção visual por meio da interação com a obra de arte. A apropriação do conteúdo da obra propicia o ensino e o conhecimento dos elementos visuais, promove a comunicação e a expressão, estimulando a experiência de observar e pensar.

A contextualização da obra traz dados históricos que possibilitam sua compreensão, ao mesmo tempo que permite estabelecer uma relação com questões atuais de cidadania. As discussões sobre arte e problemas sociais, levam também à participação ativa dos alunos.

Nas Instituições Psiquiátricas, essas novas formas de tratamento para portadores de transtornos psíquicos lidam com os pacientes de uma forma mais humana e inclusiva, reaproximando-os da sociedade ao invés de isolá-los em manicômios ou asilos psiquiátricos. Esta opção pela reabilitação psicossocial é defendida pela Organização Mundial de Saúde e aplicada pelo Núcleo Estadual do Movimento da Luta Antimanicomial, no Rio de Janeiro, que há anos luta pela não internação dos pacientes.

Em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), foi criada a primeira Escola de Informática e Cidadania destinada a este público, localizada no Instituto Philippe Pinel, no Rio de Janeiro.

Segundo o site <http://www.cdi.gov.br>, nestes dois anos de trabalho, a associação da informática com as questões referentes à cidadania têm se mostrado

eficiente na reintegração destes pacientes à sociedade. Além de resgatar a sua auto-estima, na medida em que eles se tornaram conscientes da sua capacidade produtiva e condição social, o convívio com as novas tecnologias já capacitou alguns dos alunos para exercer atividades remuneradas na área de informática e internet.

É importante ressaltar que o êxito deste projeto se dá pelo fato de os próprios usuários das instituições psiquiátricas serem os educadores das mesmas. Eles recebem uma formação no CDI, como qualquer outro educador de EIC, e a partir daí estão aptos a serem educadores. Uma vez nas instituições, eles recebem uma capacitação continuada com as supervisoras em conjunto com as psicólogas do setor. Além disso, eles recebem uma bolsa mensal para o trabalho de 20 horas semanais.

Atualmente, além da Escola de Informática e Cidadania do Instituto Phillipe Pinel, o CDI está presente em mais quatro instituições psiquiátricas do Rio de Janeiro: Centro de Atenção Psico-social (CAPS) Dr. Simão Bacamarte (Santa Cruz), CAPS Rubens Corrêa (Irajá), Instituto Nise da Silveira (Engenho de Dentro) e Instituto Juliano Moreira (Jacarepaguá).

Segundo Rodrigo Baggio, idealizador e administrador do CDI, em entrevista ao O Globo 31/12/2001, estavam previstos cinco mil telecentros, entretanto, com a redistribuição de verbas, viraram apenas cem, um por entidade. Então, a Rede Jovem tem apenas sete espaços jovens em funcionamento, três em São Paulo, dois no Rio de Janeiro e dois na Bahia.

Entre as instituições de terceiro setor e os governos estaduais e municipais, destacam-se “Povo na Internet” do governo de São Paulo, inspirado nas discussões do computador popular e os trabalhos do Viva Rio, do Sampa.Org e da Telemar. O “Povo na Internet” muda o conceito de computador pessoal e viabiliza o *software* livre como ferramenta de política pública. Põe na mão dos cidadãos paulistas de baixa renda um *flashcard* de trinta e dois Mb, capaz de armazenar cerca de trinta e duas mil páginas de documentos que podem ser usados nos terminais públicos de acesso ao serviço de banda larga Acessa São Paulo, instalados em pontos públicos, escolas bibliotecas e associações de moradores.

A Viva Rio, que tem atuado nas comunidades carentes no Rio de Janeiro e vem utilizando a Internet desde 1997/98, quando lançou e coordenou o Serviço Civil Voluntário no seu Estado. Em 2002, o Viva Rio está esperando adquirir uma

biblioteca comunitário-virtual financiado pelo Fust e mais quinhentos telecentros do Projeto Estação do Futuro.

Existem, além das supracitadas, outras iniciativas de inclusão digital tais como: a Rede Mineira (que reúne diretamente vinte e duas organizações e, indiretamente, outras trezentos e oitenta), a Rede da Mulheres no Rádio (animada pelo Cemina Comunicação, Educação e Informação em gênero, que congrega mais de trezentas comunicadoras em todo o País); a Rede Voluntária (animada pelo Programa Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária, reunindo 27 Centros de Voluntariado para a disseminação da cultura do trabalho voluntário no Brasil).

É preciso promover a igualdade de oportunidades de acesso às novas tecnologias para que se possa oferecer uma oportunidade de acesso à informação e possibilidade de produção de conteúdos, principalmente para os cidadãos de menor poder aquisitivo, para analfabetos, pessoas com necessidades especiais, indivíduos presos e outros setores hoje marginalizados.

Nesse capítulo foram abordados alguns assuntos atuais e de extrema importância tais como cidadania, globalização e exclusão. Todos são cidadãos, independentemente de cor ou classe social; todos têm direito à educação, à saúde, à habitação e ao lazer; todos têm direitos e obrigações. Entretanto, o conceito de cidadania tem sido esquecido por muitas pessoas. As condições em que o indivíduo se desenvolve numa sociedade global (condições sociais, econômicas, políticas e culturais) abrangem relações, processos e estruturas que colocam o cidadão no âmbito mundial, além de sua individualização regional e nacional.

Já a globalização se intensificou nos anos 80 – 90, como resultado de diversos fatores, entre eles inovações tecnológicas.

Foram feitas, nesse tema de globalização, observações a respeito da igualdade e desigualdade no mundo. Por fim, falou-se sobre a exclusão de pessoas, povos e países que não estão inseridos dentro dessa nova ordem mundial e da exclusão digital.

No próximo capítulo falar-se-á do direito à educação, cultura trabalho e Sistema Penitenciário.

4 O DIREITO À EDUCAÇÃO E O SISTEMA PENITENCIÁRIO

Serão feitas algumas considerações sobre o direito à educação e a respeito do Sistema Penitenciário.

4.1 O direito à educação

O Brasil é um país que deixa a desejar no que se refere à educação. Existem muitas crianças fora da escola e milhões de jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de entrar na escola ou tiveram que sair dela para sobreviverem.

Segundo Cury (apud LOPES, 2000, p. 569-583), o Brasil tem um itinerário típico nascido Colônia, pois sua função era servir a metrópole, fornecer produtos primários (agrícolas e mineração) dentro do sistema de monopólio comercial e assim não pôde usufruir da soberania nacional de 1500 até 1822. Após a independência, os determinantes internos e externos limitavam seu desenvolvimento como nação soberana; além disso, o regime escravocrata associado ao estatuto da “civilização” dos índios incide profundamente sobre a nação e prática de direitos civis e políticos. Mesmo após a abolição, negros e índios, além de caboclos e migrantes, não foram considerados cidadãos de primeira grandeza. Em vez da relação, por vezes conflituosa, entre a pares que se baseiam na igualdade jurídica, a relação foi muito mais a da hierarquia entre ‘superiores’ e ‘inferiores’.

Essas afrontas à dignidade da pessoa humana limitavam o desenvolvimento do Brasil como nação soberana e democrática. Somente no início do século XX é que se pôde falar expressamente da busca de um direito social no Brasil.

A legislação educacional no Brasil como nação independente tem seu início na Constituição Imperial de 1824, que continha um artigo sobre educação escolar gratuita reservada exclusivamente aos considerados cidadãos.

A gratuidade do ensino merece outras considerações, já que ele é um modo de desprivilegiar e tornar comum o acesso à escola. O império a incluía, mas excluía dela boa parte da população. A Constituição Republicana de 1891 cala-se sobre o assunto pois, radicalizando a autonomia dos estados, deixava este assunto às constituições dos mesmos. A leitura dos anais da Constituinte de 1890/1891 indica que tal silêncio foi justificado pela concepção liberal adotada no texto constitucional.

Cury (apud LOPES, 2000) afirma também que a gratuidade começou em 1824 e acabou em 1891, em termos nacionais. A sua ressurreição em 1934 já vem associada com a obrigatoriedade, ambas em âmbito nacional, valendo para o ensino primário, isto é, para os quatro primeiros anos.

Assim, gratuidade e obrigatoriedade seguem juntas e continuam como tais quando, em 1967, a Constituição Federal as estende para oito anos.

Em 1988, há um avanço no ensino; a Constituição determina gratuidade em todo ensino público, em qualquer dos seus níveis e em qualquer parte do território federativo.

Quadro 6 : Progresso pela Educação

Quanto maior o nível educacional do pai, maior será também a escolaridade média do filho. Isso mostra a importância de investir nessa área como forma de reduzir as taxas de pobreza.	
Nível educacional do pai	Quantos anos os filhos estudam, em média.
Nunca frequentou escola	3
Elementar incompleto	6
Elementar completo	8
1º grau incompleto	9
1º grau completo	11
2º grau incompleto	11
2º grau completo	12

Fonte sociólogo José Pastor - 2002

É importante que se faça uma análise a respeito da educação. Numa pesquisa feita atualmente pelo sociólogo José Pastore (apud MENDONÇA, 2002) foi descoberto que, se o pai não estudou, o filho só fica três anos na escola. Mas, se o pai tiver cursado o ciclo elementar, ainda que sem completá-lo, o tempo de permanência do filho na escola dobra. No limite, filhos de quem fez o doutorado estudam durante quatorze anos. A consequência econômica da educação é fabulosa. Um trabalho do Ipea (apud MENDONÇA, 2002) mostra que a garantia de

escolaridade de cinco anos para toda a população brasileira faria a miséria cair 6%. A mesma garantia por dez anos reduziria a pobreza em 13%.

Marcado por perdas, heranças advindas de uma formação social profundamente desigual e discriminatória até hoje presente, e urgido pelas invenções mundializantes dos processos econômicos, o Brasil tem de responder a um desejo: democratizar-se sem abrir mão da modernidade. Desafio mais pesado na medida em que aqueles que até hoje usufruíram dos bens da modernidade só aceitavam sua democratização se não houver perda de seus privilégios. Cumprir a educação dar sua parcela de resposta a esse desafio a uma sociedade que aspira a uma participação dos bens socialmente produzidos, confiando na responsabilidade de seus profissionais, no dever constitucional dos poderes públicos e na participação da sociedade.

Demo (2000, p. 19-22) faz um paralelo entre moderno, modernista e modernoso. Diz que modernista é a postura de submissão a tudo que se diz moderno, de caráter acrítico e apressado; “modernoso” é o comportamento que aparenta modernidade; modernista é fanático e modernoso, farsante.

Relacionando com educação, ele afirma que :

Modernidade significa o desafio que o futuro acessa para as novas gerações, em particular seus traços científicos e tecnológicos. Diz também, que em países mais desenvolvidos, a educação é componente substancial de qualquer política de desenvolvimento, não só como bem em si e como mais eficaz instrumentação da cidadania, mas igualmente como primeiro investimento tecnológico. Tal aproximação entre educação e modernidade tecnológica viabilizou o desafio da modernidade que é o seguinte: ser moderno é ser capaz de definir e comandar a modernidade.

Para Demo (2000, p.22-24), um dos fatores mais decisivos para as oportunidades de desenvolvimento é a produção de conhecimento próprio e sua disseminação popular (ciência e tecnologia), o que torna educação relevante não somente em termos políticos (cidadania) mas também em termos econômicos (produtividade). Assim, educação é componente crucial não só para que o desenvolvimento seja próprio, mas ainda para que seja moderno.

A ONU (apud DEMO, 2000) definiu desenvolvimento como oportunidade. Desenvolvimento é um fenômeno muito complexo não podendo se reduzir a um único fator. Ressaltam-se inúmeras facetas, tais como: econômica, social, tecnológica, ambiental, política, institucional e outras; todas detêm importância similar, formando um processo de condicionante e condicionada, processos sempre articulados e convergentes.

O conceito de oportunidade tem algumas vantagens a começar pela noção interdisciplinar e estratégica. Em termos estratégicos a oportunidade significa a capacidade de cultivá-la, recuperá-la, construí-la dependendo de condições objetivas e subjetivas. Cada sociedade revela problemas, limitações, constrangimentos e, além disso, chances.

As chances, segundo Demo (2000, p.23)

(...) não podem ser incrementadas de modo voluntarista, mas podem ser estrategicamente planejadas, aproveitando-se condições objetivas favoráveis e condições subjetivas potencializadoras. Entre estas, emerge a qualidade educativa da população a par do domínio científico e tecnológico.

O horizonte de oportunidades de desenvolvimento de uma sociedade está fortemente condicionado ao processo educativo, em todos os níveis (educação básica e superior).

4.2 A cultura e o trabalho como integrantes da educação

Rios (2001, p.30) diz que para falar de educação enquanto fenômeno histórico e social, é preciso falar também sobre a cultura, na medida em que se pode afirmar que “educação é transmissão de cultura”.

Cultura é um conceito chave a ser considerado ao se estabelecer a relação entre educação e sociedade; não há sociedade sem cultura e não se fala em cultura sem a referência a uma relação social. Pode ser conceituado por muitos como erudição, acúmulo de conhecimentos, atividade intelectual; diz-se que alguém “é muito culto” quando domina um certo tipo de saber privilegiado. Entretanto, o

trabalho de alguns cientistas sociais e antropólogos contribuiu para dar ao conceito uma conotação mais precisa; “cultura, é na verdade, tudo o que resulta da interferência dos homens no mundo que os cerca e do qual fazem parte. Ela é a resposta humana à provocação da natureza e é ditada não por esta, mas pelo próprio homem. Cultura, para Di Giorgi, (1990, p.130) constitui-se no “ato pelo qual ele vai de *homo sapiens* a ser humano”.

Assim, todos os homens são cultos, na medida em que participam de algum modo da criação cultural, estabelecem certas normas para a sua ação, partilham valores e crenças.

Tudo isso é resultado do trabalho. Por isso não se fala em cultura sem falar em trabalho, intervenção intencional e consciente dos homens na realidade, elemento distintivo do homem dos outros animais.

É fundamental chamar a atenção para isso caso se procure associar o conceito de cultura ao conceito de saber e esse procura eliminar deste a significação inadequada de conhecimento refinado.

É o trabalho que faz os homens saberem; é ele que faz os homens serem. O trabalho é, na verdade, a essência do homem. E a idéia de trabalho não se separa da idéia de sociedade na medida em que é com os outros que o homem trabalha e que cria a cultura.

Quando o indivíduo produz algo, tanto intelectualmente quanto manualmente, aumenta a sua auto-estima, pois ele ocupa a mente dele e executa algum tipo de atividade que o faz pensar e produzir algo para si e também para as outras pessoas.

Falando-se especificamente de presidiários, é preferível que essas pessoas produzam e estudem a ficarem ociosos e aglutinados, sem perspectiva de melhoria em suas vidas.

Uma pessoa com a mente ocupada em aprender algo como por exemplo escrever o seu nome, conhecer a história do Brasil e do mundo, raciocinar para resolver um problema de matemática, ler um bom livro e “viajar” para outros lugares do mundo, utilizando o computador como o instrumento dessa viagem, e podendo trabalhar na produção de objetos, roupas, móveis e outros utensílios, na plantação de alimentos e com esse trabalho ser remunerada, com certeza, não pensará, naquele momento, em crimes, e sim conhecerá assuntos novos, raciocinará e

adquirirá novos conhecimentos os quais, muitas vezes, nunca pensou que existissem.

4.3 Breve histórico do Sistema Penitenciário.

O estudo da origem das prisões nos remete primeiro à Roma antiga tendo em vista que a prisão não tinha caráter de castigo, pois não constituía um espaço de cumprimento de uma pena, restringe-se quase unicamente às corporais e à Capital. Este era um meio empregado para reter o acusado enquanto se aguardava o julgamento ou a execução da sentença. Por outro lado, na Grécia, costumava-se encarcerar os devedores até que saldasse suas dívidas, a custódia servindo para não lhes proporcionar a fuga e garantir a presença nos tribunais.

Tirante algumas experiências isoladas de prisões, foi a Igreja que, na Idade Média, inovou ao castigar os monges rebeldes ou infratores com o recolhimento em “penitenciários”, ou seja, em celas (daí o nome prisão celular), numa ala dos mosteiros, dos conventos, onde mediante penitência e oração, pretendia-se que se reconcilhassem com Deus.

No século XVI, começaram a aparecer na Europa prisões leigas, destinadas a recolher mendigos, vagabundos, prostitutas e jovens delinquentes, os quais se multiplicaram principalmente nas cidades, mercê de uma série de problemas emergentes na agricultura e de uma acentuada crise na vida feudal. Com o propósito reformador, surgiram por igual no final do século XVI, em Amsterdã, prisões que se tornaram famosas, como a *Rasphuis*, para homens, que dava ênfase ao castigo corporal, ao ensino religioso e ao trabalho contínuo.

É mister destacar que não se podia falar em Sistema Penitenciário, algo que começou a tomar forma nos Estados Unidos e na Europa a partir da contribuição de estudiosos, de idealistas, como o monge Juan Mabillon, autor de “reflexões sobre as prisões monásticas”, publicada em 1695, em que criticava o excesso de rigor e recomendava a oferta de trabalho e a regulamentação de passeios e visitas.

As idéias de pensadores tais como o Monge Juan Mabillon, Cesare Beccaria, Jeremias Bentham e outros foram seguramente a fonte maior de inspiração dos primeiros ensaios do que se pode chamar de sistemas penitenciários modernos.

Esta retrospectiva é importante para compreensão da pena privada de liberdade tal como hoje se apresenta. No início, a finalidade era apenas de retenção, de custódia; passou a ser visto como pena propriamente dita, como retribuição, com teor intimidativo e sentido correccional. A proposta de penitência perdeu o significado e dela não mais se cogita.

Segundo Leal (1995, p.18-20), hoje se faz referência a quatro funções da pena de prisão: retribuição, intimidação, ressocialização e incapacitação.

Retribuição - Ao acusado culpado e condenado, é a forma que a sociedade achou para que ele salde suas dívidas com ela. É o castigo, é a privação da liberdade, ficando o mesmo recluso a um ambiente de tensões e promiscuidade moral, perdendo a segurança, a privacidade, a intimidade, a capacidade de autopromoção, a auto-estima, subordinando-se ao comando do diretor, e dos agentes penitenciários, bem como pelas lideranças de outros presos. O sistema atual das prisões em sua maioria não atinge o objetivo de ressocialização, e recuperação do infrator, tendo em vista as péssimas condições, de higiene, o uso de droga sem embaraços, o abuso sexual e, principalmente, por inexistir oferta de trabalho, assistência material, médica e jurídica,

Intimidação - Pelas pesquisas científicas e pelas estatísticas apresentadas, a pena de prisão não intimida, visto que as celas estão lotadas de pessoas que não temem a punição e, muitas vezes, são reincidentes. Embora as celas estejam superlotadas, pelas ruas circulam milhares de criminosos, praticando toda a sorte de delitos, indiferentes à possibilidade de serem presos e condenados. Face o falho sistema de investigação criminal, pelo despreparo atual da polícia investigativa, pela falta de apoio governamental, quantos cometem crimes e não são denunciados? Quantos crimes são cometidos por pessoas que não têm condições, no exato momento do ato deletivo, de considerar-lhe as conseqüências? As pesquisas dão conta de que os crimes de homicídios são perpetrados por amigos ou parentes da vítima, poucos são os homicidas, que intencionalmente planejam seus crimes, sendo a premeditação uma pré-condição da intimidação.

Se a função intimidativa fosse eficaz, nos países onde a pena capital é aplicada, o índice de criminalidade obviamente seria baixo, o que não ocorre de modo algum.

Ressocialização - O cidadão preso não encontra na prisão uma estrutura para sua ressocialização de educação para a liberdade, tendo em vista a incapacidade apresentada pelos governos nos programas penitenciários, pois a prisão, ao contrário, torna-se uma verdadeira escola do crime, onde os primários, ou de menor periculosidade, são obrigados a conviver com os criminosos de maior periculosidade, não havendo diferenciação entre eles. Vale citar o mestre César Barros Lima, no seu trabalho "A prisão em uma Perspectiva Histórica", quando diz: "É de fundamental importância desmitificar o raciocínio de que a prisão deve ter como fim precípua a ressocialização dos condenados, até porque é cediça a compreensão de que não se pode ensinar no cativeiro a viver em liberdade".

Incapacitação - A pena de reclusão fechada tira do condenado a oportunidade de cometer novos crimes no convívio da sociedade. A aplicação de penas máximas (longas) e às vezes sem progressão de regime, tem por finalidade manter o criminoso preso, para a garantia da própria sociedade. Não há um estudo sobre a personalidade do criminoso, para que seja feito um tratamento psicológico, para a melhora de seu comportamento. Em alguns países, que têm na sua legislação penal a pena de prisão perpétua, os seus Juízes, para que o criminoso não seja beneficiado com livramento condicional ou indulto, aplicam a condenação à prisão perpétua mais um número de anos, obstaculando assim, definitivamente, o retorno do sentenciado à sociedade.

Leal (1996, p. 39) faz uma reflexão quando diz que:

Saudada no princípio como uma conquista humanizante, a prisão não pode mais sobreviver qual sanção penal prioritária. Seu declínio é irreversível, apesar das resistências de parcela significativa da sociedade, defensora do endurecimento das penas, sobretudo privativa da sociedade.

Até quando assistiremos ao uso excessivo, indiscriminado e oneroso do cárcere?

E outras reflexões podem ser feitas, além dessa: Como reintegrar o preso à sociedade? Quando a prisão terá sua função de recuperar o indivíduo, de ajudá-lo a ser um cidadão livre sem ser estigmatizado?

4.4 Instituição e Instituição Total

Goffman (1999, p. 15-22) define, com maestria, o conceito Instituição e Instituição total.

Instituição, no sentido diário do termo, são locais em que ocorrem atividades específicas tais como salas, conjuntos de salas, edifícios ou fábricas. Outros, como lojas e correios, têm alguns membros fixos que apresentam um serviço e uma corrente contínua de pessoas que o recebem. Outros ainda, como moradias e fábricas, incluem um conjunto menos mutável de participantes. Algumas Instituições fornecem o local para atividades e outras proporcionam um local para agremiações consideradas como opcionais e de distração.

Pode-se observar que há Instituições mais “fechadas” do que outras. Seu “fechamento” ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com um mundo externo e por proibições com a saída que, muitas vezes, estão incluídas no esquema físico – por exemplo: portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos.

Os estabelecimentos são denominados instituições totais e podem ser divididos em cinco agrupamentos:

Primeiro, instituições criadas para cuidar de pessoas que, segundo se pensa, são para incapazes e inofensivas: casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes.

Segundo, locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional: sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários.

O terceiro tipo é organizado para proteger a comunidade contra os perigos intencionais, e o bem estar das pessoas. Assim, isoladas, não constituem o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra e campos e concentração.

Em quarto lugar há instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e outros. Por fim, aos locais de instrução para religiosos: abadias, mosteiros, conventos e outros claustros.

Em todas essas instituições totais existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado, grupo dos internados e uma equipe de supervisão. Geralmente, os internados vivem na instituição e têm contato restrito com o mundo existente fora de suas paredes.

Falando-se diretamente do terceiro tipo, citado por Goffman, as cadeias e penitenciárias, não se deve esquecer de que esse tipo de instituição tem por “finalidade” a recuperação de pessoas que cometeram algum tipo de crime, as quais muitas vezes, têm sérios problemas sócio-econômicos, culturais e psicológicos. Entretanto, estes estabelecimentos prisionais estão superlotados, com más condições físicas ou materiais, com ambientes promíscuos, com a deficiência do pessoal prisional e com a ociosidade dos presos que lá estão. Então, na maioria dos casos, ao invés de servirem de instrumentos de tratamento e ressocialização das pessoas criminosas, contribuem, no fundo, para aumentar a criminalidade.

4.5 A tecnologia educacional aplicada no Sistema Penitenciário

A (re)qualificação profissional e a ocupação são aspectos de extrema urgência num núcleo de custódia, pois, no geral, o que se tem visto é a ociosidade, a baixa auto-estima, a falta de perspectiva de vida e o aumento da criminalidade dentro do presídio.

Apesar de comprovado que o confinamento em penitenciárias, onde a grande maioria dos detentos passa os dias em um pátio, sem qualquer atividade produtiva, a política do Governo Federal não prioriza a ressocialização.

Segundo Elizabeth Susseking, Secretária Nacional de Justiça, em entrevista dada ao jornal Hoje em Dia de 14 de janeiro de 2001,

a política nacional para o setor é voltada para a construção de novas penitenciárias. Quanto mais tradicional o Estado e quanto menos projetos de reabilitação ele tiver, mais ele vai pedir recursos na área de penitenciárias.

E, além disso, a Secretária afirma:

o Ministério da Justiça separa recursos orçamentários para educação, treinamento profissional, assistência jurídica e penas alternativas, mas esse recurso representa, no máximo 5% do orçamento para essa área.

Para a Secretária, o Sistema Penitenciário brasileiro não está falido, entretanto, precisa de investimentos sérios, pois é uma área de difícil manejo, que lida com pessoas completamente carentes, que precisam de todas as coisas que o sistema dá e mais todas aquelas que o sistema não dá.

Segundo Lorena (2001), o Ministério da Justiça distribuiu cem equipamentos para salas de vídeo em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, e quer que isso se transforme em política pública de educação para detentos.

Tomando Brasília como exemplo, no Centro de Internamento e Reeducação – CIR, existem cinco telesalas e um “laboratório” de informática com dez computadores (material sucata doado pelo Superior Tribunal de Justiça).

As tecnologias de informação mais utilizadas no Sistema Penitenciário são a teleducação e o computador.

Teleducação, por sua formação etimológica, remete ao termo grego *tele*, que quer dizer longe. Niskier (1999, pág.155-156) afirma que para que a teleducação resulte em eficiência e eficácia, alguns fatores têm que ser considerados tais como: a análise dos meios mais adequados para atingir o objetivo; a análise das variáveis sociais, políticas, econômicas e culturais que interferem nesses meios; a seleção dos conteúdos programáticos; a criação de metodologia adequada. Pode-se dizer também que a teleducação demanda uma didática e uma pedagogia diferentes, de modo que o acesso ao saber possa ser alcançado por vários recursos tecnológicos e não apenas por recursos restritos, como giz e a explanação do professor.

Segundo Niskier (1999) a Educação a Distância tem suas peculiaridades a começar por uma estrutura modular, dotada de seqüência lógica que satisfaz às seguintes condições:

- interação do educando com o processo, o que equivale dizer que o interesse é o elemento catalisador;
- individualização do processo, ou seja, o processo se desenvolve de acordo com o ritmo de cada um;
- conhecimento prévio das metas a alcançar;
- informação dosada de modo que possa ser assimilada e reelaborada;
- motivação continuada, porque estimulada à medida que se avança no domínio do saber e da auto-realização progressiva.

A teleducação não se restringe a uma única ferramenta. Ela dispõe de um estoque de instrumentos, suscetíveis de utilização alternada, combinada e até única. Concebida como uma das tecnologias educacionais que integra o contexto da Tecnologia Educacional, proporciona o processo de ensino aprendizagem, tornando a instrução mais efetiva.

No CIR, por exemplo, num universo de 1296 (hum mil duzentos e noventa e seis) internos, 75% cursaram ou estão cursando o Ensino Fundamental e 25% o Ensino Médio neste sistema de teleducação segundo dados fornecidos pela FUNAP – Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso.

É visível e comprovado, na sociedade hodierna, a importância do uso do computador; além de ser algo inovador, pois a cada dia há um *Software* novo, o qual, dentre muitas funções tem a de motivar, informar e explorar novos conteúdos.

Segundo Sousa (2000, p.1), o conceito de Tecnologias de Informação

(...) surge enquanto conjunto de conhecimentos, refletidos quer em equipamentos e programas, quer na sua criação e utilização pessoal e empresarial. Das várias ferramentas, métodos e técnicas que coexistem, o computador destaca-se na medida em que é o elemento em relação ao qual existe uma maior interação com componente humano das organizações. Então, as Tecnologias de

Informação surgem como elemento de concepção e suporte de comunicação.

Tenório (2001, p.19-21) afirma que:

A automação da vida social, econômica, política e mesmo cultural cresce rapidamente no mundo todo. O computador, elemento tecnológico central desse processo, também faz a sua entrada educacional, não só na sua administração, mas também no processo de ensino-aprendizagem.

A informática e os computadores têm contribuído para abrir novos caminhos do saber. É relevante o valor da difusão e do alargamento desses novos caminhos pois, a educação é fundamental e não pode ser esquecida.

O computador pode ser entendido como:

- Instrumento técnico que pode servir como ferramenta de trabalho prático na produção ou no ensino;
- Veículo didático para a transmissão de conteúdos;
- Conteúdo de ensino enquanto corpo teórico elaborado no processo de produção moderna.

Então, a informática pode proporcionar uma nova dinâmica no processo de construção do conhecimento. Se até há pouco tempo livros, apostilas, jornais e revistas eram a principal fonte de pesquisa, hoje também se integram a esses recursos os *CD-ROMs* e as páginas de Internet, bem como as áudio e videoconferências. Se a biblioteca era a referência para pesquisas nas diversas áreas do conhecimento, o próprio conceito de biblioteca hoje muda com os sistemas de pesquisa *on-line* nas bibliotecas digitais e virtuais.

Cabe destacar que em pouquíssimas penitenciárias o preso pode ter acesso à Internet por inúmeros motivos e entre eles estão: a falta de equipamentos e a falta de pessoal especializado, que trabalhe dentro da penitenciária, para monitorar e auxiliar os presos.

No Centro de Integração e Reeducação – CIR, por exemplo, só existe o curso básico o qual tem como conteúdos *Word*, *Windows* e *Excel*. Não há acesso à

Internet e também não existe um curso mais aprofundado, no que se refere à informática.

De hum mil duzentos e noventa e seis internos, quarenta e cinco fizeram ou estão fazendo o curso de informática oferecido pela penitenciária e, nos questionários distribuídos, 99% responderam que o curso de informática é muito importante e interessante e profissionalizante.

Apesar de poucos equipamentos e tele-salas há uma oportunidade de profissionalizar, educar e reintegrar o preso à sociedade.

É importante que se promova a ressocialização do preso. Ressocializar significa fornecer ao preso um canal pelo qual ele possa reentrar na sociedade.

A Educação a Distância pode ajudar nessa ressocialização auxiliando no aumento da escolaridade e no desenvolvimento de uma habilidade profissional.

Hoje em dia, segundo reportagem da revista Super Interessante, Especial Segurança, página 51- abril de 2002, a única atividade existente para os presidiários é o trabalho, pelo qual os presos diminuem suas penas. Trata-se de um serviço mal-remunerado (os presos recebem três quartos de um salário mínimo). Ainda nessa reportagem, fala-se que o Ministério da Justiça está estudando a regulamentação da remissão da pena para quem estudar dentro da cadeia, como acontece hoje com o trabalho. A medida certamente ajudaria a diminuir o índice de reincidência.

Em São Paulo, por exemplo, 82% dos presos não terminaram o Ensino Fundamental e, sendo assim, quando são soltos, eles não conseguem emprego. Essa é uma informação da revista supracitada.

Nesse capítulo foram feitas algumas considerações a respeito do direito à educação, cultura e trabalho, elementos primordiais para a vida do ser humano.

Foi exposto, além desses temas, um histórico do Sistema Penitenciário, falando-se da origem das prisões, do Sistema Penitenciário e das funções da pena de prisão que são a retribuição, a intimidação, a ressocialização e a incapacitação.

Por fim, foi abordada a importância da inserção da tecnologia educacional no Sistema Penitenciário, importância muito grande, pois, com ela, o indivíduo preso poderá estudar, profissionalizar-se e obter conhecimentos para o objetivo almejado neste trabalho: a reintegração do preso na sociedade.

No capítulo 5, serão mostrados alguns sistemas diferentes de penitenciária no Brasil.

5 SISTEMAS DIFERENTES DE PENITENCIÁRIAS NO BRASIL

Elisabeth Susseking, Secretária Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, diz em entrevista ao jornal O Globo 30/01/02

O que chamamos de sistema penal é um conjunto muito complexo, que inclui 337 penitenciárias, 479 casas públicas, 25 hospitais de tratamento psiquiátrico, 28 casas de albergado, e apenas 22 colônias agrícolas, num total de 895 instituições, espalhadas pelo país inteiro.

São todas de responsabilidade dos governos estaduais, exceto a penitenciária da Papuda, em Brasília, que é federal.

Nesse universo há todos os tipos de instituições: instituições exemplares, médias e horrorosas e as quase medievais. As piores condições de detenção são as carceragens superpovoadas das delegacias de polícia das grandes cidades. Há um esforço dos governos estaduais, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, para esvaziar essas carceragens, redistribuindo os presos para o centros de detenção provisória. Em São Paulo, constroem-se cadeiões para 500 (quinhentos) presos, financiados grande parte pelo governo federal.

Uma medida importante que se está sendo negociada com a justiça, é a possibilidade de os detentos prestarem depoimento via eletrônica. Isso evitaria o grande número de viagens diárias que se fazem entre as penitenciárias, as cadeias e o Fórum para levar presos a depor. É importante frisar que essas viagens não só abrem possibilidade de interceptação das viaturas para a liberação de presos como mobilizam um grande número de Policiais Militares nas escoltas.

É importante destacar que, segundo Relatório da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa (apud O GLOBO, 2002), 18.763 (dezoito mil, setecentos e sessenta e três) detentos estão espalhados em carceragens das Secretarias de Segurança e da Justiça. O número de condenados é 12.919 (doze mil, novecentos e dezenove), mas apenas 3951(três mil, novecentos e cinquenta e um) estão em presídios que oferecem condições adequadas.

Muito se é falado a respeito da melhoria do funcionamento do Sistema Penitenciário; entretanto, pouco se é feito para que isso aconteça.

Porém, existem alguns sistemas interessantes que podem ser destacados como de ajuda ao preso; são sistemas alternativos em que a própria sociedade, voluntários participam, auxiliando, apoiando e dando assistência no que for preciso para que haja a ressocialização do preso para que ele seja tratado com dignidade, ou seja, como ser humano. São exemplos disso, dentre outros, o Centro de Reintegração de Itaúna, a Penitenciária Industrial Regional e o Centro de Ressocialização de Bragança Paulista.

5.1 Centro de Reintegração Social de Itaúna

O Centro de Reintegração Social de Itaúna é uma prisão constituída e mantida pela sociedade civil, sem participação do governo, co-administrada pelos próprios detentos e fiscalizada por um conselho e pelo Ministério Público.

Esse modelo de prisão foi defendido pelo presidente da Fraternidade Internacional das Prisões (FIP), Mike Timmis, o qual presta consultoria à Organização das Nações Unidas (ONU). Em entrevista ao Jornal Estado de Minas 18/02/02, ele definiu o Centro como um “sonho” e sugeriu que todas as prisões do mundo sigam esse modelo. Fica a cerca de 100 quilômetros de Belo Horizonte. Lá não existem policiais, armas e os próprios presos são responsáveis pelas chaves. O modelo implantado no município mineiro já se tornou referência nacional de cadeia alternativa em que o índice de fugas e rebeliões é praticamente zero.

O Centro de Reintegração é coordenado pela Associação de Proteção e Assistência aos condenados (APAC). Em Itaúna, a associação foi formada em 1986 por membros da pastoral carcerária da Igreja Católica os quais estavam preocupados com o alto índice de reincidência dos condenados, que chegava a 84% na cidade.

É importante destacar que segundo dados fornecidos pela APAC, o índice de reincidência no Brasil é de 85%, enquanto na média mundial é de 70%; em contrapartida, 7,7% de quem cumpriu pena no Centro de Reintegração voltou a cometer algum crime.

Nesse Centro de Reintegração todos os detentos usam crachás e são chamados de recuperandos.

Atualmente, há oitenta e cinco recuperandos no Centro. Eles cumprem pena em regime aberto, semi-aberto e fechado. As vagas são controladas pelo juiz da Corregedoria e o condenado é encaminhado ao Centro por meio de autorização judicial; mas a decisão pela permanência ou não cabe ao próprio condenado.

Assim que chega ao local, o recuperando recebe um estatuto com normas, obrigações e deveres a serem cumpridos. Caso não esteja de acordo com o regulamento, ele pode optar por cumprir pena na cadeia comum.

Todos os presos passam por um regime de adaptação de três meses, quando são avaliados se de fato querem se recuperar.

Apenas internos com situação jurídica definida, que residam ou tenham praticado crimes na cidade são aceitos.

A APAC de Itaúna é a segunda no mundo a administrar um presídio sem a presença das polícias Civil e Militar. A iniciativa foi pioneira em São José dos Campos (São Paulo), onde foi fundada a primeira associação em 1974, hoje ela não existe mais.

Segundo a APAC, o método está sendo difundido na Noruega, Escócia, Nova Zelândia e África do Sul. Já foi implantado no Equador, Argentina, Peru e Estados Unidos.

O custo mensal de manutenção do Centro está em torno de R\$ 10.800,00 (Dez mil e oitocentos reais). São gastos com cada recuperando R\$ 200,00 (duzentos reais) por mês, R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) com comida e o restante com uso pessoal. A Secretaria de Justiça, a quem a Pastoral é vinculada, e não à Secretaria de Segurança Pública, como nas cadeias comuns, fornece verba para a comida. As demais despesas são mantidas pela comunidade. Com um carnê, o sócio contribui com a quantia que puder.

As alas destinadas aos regimes fechado e semi-aberto são separadas por três portões; isso para impedir o contato entre os dois tipos de recuperandos. Em ambos, há divisão de tarefas e cada três dias de trabalho, é abatido um dia na pena.

O controle é feito pelo diretor de disciplina, que é ex-detento, com a ajuda do secretário do conselho de sinceridade e solidariedade (CSS) – recuperando.

No centro de reintegração não há superlotação, todos recebem alimentação adequada (a produção de verduras e legumes é vendida para a empresa que cuida

da alimentação no centro) aulas, ambulatório, limpeza e, o mais importante, há o cumprimento de horário; o preso que tenta fugir não é mais aceito pela diretoria da APAC, sendo transferido para cadeia comum.

Grande parte dos recuperandos se dedica ao artesanato. Há uma pequena serralheria improvisada para os trabalhos em madeira e a renda é revertida para os próprios presos. Todos acordam às seis horas com uma série de atividades para desenvolver. Até as 22 horas os detentos podem circular no pátio e áreas internas da carceragem.

É mister que se destaque que nesse sistema o preso não fica ocioso e eles próprios são responsáveis pela permanência deles mesmos no local.

5.2 Penitenciária Industrial Regional

Existe também, em Juazeiro do Norte, município da Região do Cariri, a 560 quilômetros de Fortaleza (CE), a Penitenciária Industrial Regional de Cariri, a qual é administrada pela empresa paulista Humanistas Administração Prisional Privada, que também é responsável pela penitenciária de Guarapuava (PR).

A Penitenciária Industrial Regional de Cariri foi construída para comportar 550 (quinhentos e cinquenta) internos, porém só trabalha 161 (com cento e sessenta e um), entre eles, 91 (noventa e um) transferidos do Instituto Penal Paulo Sarasate (o maior do estado), na região metropolitana da capital.

Para que o preso permaneça no presídio, ele deve se adaptar às regras da Instituição e uma delas é a proibição de drogas, que, em muitas vezes, o processo de abstinência por parte do preso é difícil de suportar e, nesse caso, ele pede para voltar para as outras penitenciárias de origem.

Entre os 160 (cento e sessenta) internos do Cariri, 65 (sessenta e cinco) estão ocupados em atividades dentro do estabelecimento. Eles trabalham na cozinha industrial, na padaria, na horta e na fábrica de jóias, além da limpeza do prédio.

Em Cariri, os internos dispõem de um setor de saúde onde trabalham um médico, um dentista e três psicólogos. Além disso, há um professor de educação física e uma assistente social.

Quando o detento chega à penitenciária, recebe um “kit” com dezessete peças, incluindo blusas, bermudas, uniforme padronizado, tênis, sandálias, lençóis, creme dental, escova de dentes, aparelho de barbear, meias e sabonetes.

Ao todo, existem cinquenta e quatro celas, o que dá para comportar cinco internos em cada uma. É importante destacar que a alimentação é a mesma dos funcionários da penitenciária e que existe um sistema de câmeras de observação em todo o prédio.

Nessa penitenciária, superlotação, fugas ou rebeliões são palavras que não existem. Os internos têm direito à assistência jurídica integral de advogados contratados; assim, nenhum deles permanece preso além do tempo fixado na sentença.

5.3 Centro de Ressocialização de Bragança Paulista;

Banheiro coletivo com ar de vestiário, alojamentos munidos de beliches, cada qual com sua televisão e armários individuais, além disso, biblioteca, salas de aula e barbearia. Olhando de fora ou percorrendo os corredores, é difícil acreditar que se trata de uma prisão brasileira.

Seu criador foi Nagashi Furukawa, e esse modelo foi copiado em outras dez cidades do interior paulista.

O centro é administrado em parceria entre Estado e comunidade. Ali a comunidade responde, basicamente, pelo nome de Apac.

Mas a parceria prosperou mesmo a partir de 1996, quando, por um convênio firmado com o governo do Estado, a Apac ficou responsável por toda a assistência aos presos, com verba repassada pelo governo. Hoje a maioria das atividades é remunerada; essa participação é o motivo do sucesso do centro. Além de ajudar a gerir, essas pessoas participam de projetos voluntários, como aulas de arte, acompanhamento religioso e programa antidrogas.

Cada unidade abriga menos de 300(trezentos) presos.

São 240 (duzentos e quarenta) no caso de Bragança e 210 (duzentos e dez) nas outras cidades. Isso facilita a administração.

Além disso, só vão para os centros os presos de baixa periculosidade. Para medir o perigo que oferece, cada pessoa presa na cidade é avaliada

psicologicamente. Se aprovada, fica no centro, havendo vaga. Se não, vai para outra prisão. Por esses critérios, seqüestradores e integrantes de quadrilhas não são aceitos. Outra exigência é morar na comarca, o que mantém o preso perto da família, fator importante para a ressocialização.

Nascido como uma ampliação da cadeia pública que já existia no lugar, o centro de Bragança ainda possui instalações como as das cadeias comuns, com grades, para onde vai o preso novato ao chegar. Durante trinta dias ele fica na cela de triagem. Depois é encaminhado para as celas comuns, que não ficam trancadas. Dependendo do seu comportamento, da participação nos trabalhos e da disponibilidade de vagas, o detento vai sendo transferido até chegar ao anexo 2, onde estão os novos alojamentos, com capacidade para 120 (cento e vinte) presos. O prédio, que conta com Salas de convivência e múltiplas atividades (artísticas e culturais), foi construído com a participação da comunidade e o incentivo de Nagashi Furukawa.

Cada cela tem sua comissão de trabalho internos, formada pelos próprios presos, que são tratados por reeducandos. Quatro empresas têm linhas de montagem instaladas no centro e outras três oferecem vagas fora. Além de atuar nas oficinas, os presos também fazem trabalhos internos: limpam, cozinham e fazem pequenos reparos, cada um atuando em sua profissão de origem.

81 (oitenta e um) detentos estão estudando em turmas do ensino fundamental e médio, com professores do Estado e um voluntário.

Uma das experiências de administração em conjunto com a comunidade mais citadas é essa de Bragança Paulista, pois é considerado ideal. Por ser misto, contempla as três esferas da sociedade. O Estado, que cuida da ordem e da segurança; a comunidade, que provê a assistência aos presos, e a iniciativa privada, que explora a mão de obra.

Há também parcerias só com empresas privadas funcionando no Paraná e no Ceará.

As unidades em que funcionam essas experiências são menores, os presos são selecionados e gozam de infra-estrutura física melhor que a média.

No próximo capítulo, serão relatados aspectos do Sistema Penitenciário brasileiro e será mostrado o estudo de caso feito no Centro de Internamento e Reeducação – CIR, penitenciária de Brasília.

6 O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

6.1 A Situação Atual do Mundo

É fato que as mudanças na economia e as profundas alterações nas relações de trabalho, provocadas pelo aporte de tecnologia nos processos produtivos e também pelo modelo de competição entre as empresas, têm modificado não só o comportamento do ser humano no trabalho, mas também provocado sérias alterações no comportamento social.

Se para as classes sociais menos favorecidas a dificuldade de acesso a programas de educação e condição favorável de saúde, alimentação, lazer e cultura são fatores que vêm levando crianças, jovens e adultos à violência e às drogas, para as classes sociais mais abastadas, a violência é consequência não de condições básicas de sobrevivência, mas, principalmente, das alterações ocorridas no modelo familiar e no modo de vida da sociedade.

Essa situação é preocupante em todo mundo. As pessoas encontram-se perplexas pelo alto índice de violência nas escolas, nas ruas, nas famílias; entretanto, devia haver uma maior mobilização de busca de alternativas para eliminar esses problemas.

6.2 Aspectos do Sistema Penitenciário Brasileiro

A sociedade brasileira se caracteriza pelas disparidades sociais, culturais e pela pobreza de massa que, ao se juntarem, tornam-se vulneráveis ao crescimento inexorável da violência criminal, “transformada em principal flagelo das grandes cidades” Berkeley e Paris (apud WACQUANT, 2001, p.8).

Berkeley e Paris (apud WACQUANT, 2001, pág.8-9) afirmam que:

A morte violenta, é a principal causa de mortalidade no país, com o índice de homicídios no Rio de Janeiro, em São Paulo e Recife atingindo 40 para cada 100.000 habitantes, ao passo que o índice nacional supera 20 para cada 100.000, (ou seja, duas vezes o índice norte-americano do início dos anos 90 e 20 vezes o nível dos países

da Europa Ocidental). A difusão das armas de fogo e o desenvolvimento fulminante de uma economia estruturada na droga ligada ao tráfico internacional, que mistura o crime organizado e a polícia, acabaram por prorrogar o crime por toda a parte no espaço público. Na ausência de qualquer rede de proteção social, é certo que a juventude dos bairros populares esmagados pelo peso do desemprego e do subemprego crônicos continuará a buscar no “capitalismo de pilhagem” da rua (como diria Max Weber) os meios de sobreviver e realizar os valores do código de honra masculino, já que não consegue escapar da miséria no cotidiano.

É importante ressaltar que a população carcerária aumentou consideravelmente nos últimos anos.

O Estado de São Paulo é o que tem o maior contingente de presos, seguido por Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Há uma superpopulação de presos nas delegacias e cadeias. Esse é um dos fatores que aumenta a criminalidade, a promiscuidade e a falta de segurança dentro da prisão. É mister que se destaque que existem regras mínimas para o tratamento dos presidiários, as quais em sua maioria são desobedecidas no Sistema Penitenciário.

O Departamento Penitenciário Nacional – Depen, que é um órgão superior do Ministério da Justiça, com a função de executar a Política Penitenciária Nacional e apoiar administrativa e financeiramente o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, tem em sua estrutura a divisão penitenciária – DIPEN – que faz a formulação do Censo Penitenciário Nacional, inspeção às unidades penitenciárias e o levantamento do Sistema Penitenciário Nacional. Segundo a DIPEN, a população carcerária brasileira tem um total de 223.220 (duzentos e vinte e três mil, duzentos e vinte) pessoas sendo que 143.027 (cento e quarenta e três mil e vinte e sete) homens são condenados, 70.540 (setenta mil quinhentos e quarenta), provisórios e 6.328 (seis mil trezentos e vinte e oito) mulheres condenadas e 3.325 (três mil trezentos e vinte e cinco), provisórias.

Pode-se verificar as tabelas e os seus respectivos gráficos seguintes com os números por Estado.

Tabela 4 : Presos por população

Estados	Número de Presos			População**	Presos/100 Mil Habitantes***
	Sist. Pris.*	Polícia	Total		
Acre	1.135	61	1.196	483.593	234,7
Alagoas	840		840	2.633.251	31,9
Amapá	836	14	850	379.459	224,0
Amazonas	1.059	544	1.603	2.389.279	6,1
Bahia	4.927		4.927	12.541.675	39,3
Ceará	5.702	158	5.860	6.809.794	86,1
Distrito Federal	4.342	528	4.870	1.821.946	267,3
Espírito Santo	2.316	1.421	3.737	2.802.707	133,3
Goiás	5.059	196	5.255	4.514.967	116,4
Maranhão	1.061	1.844	2.905	5.222.183	55,6
Mato-Grosso	799	1.334	2.133	2.235.832	95,4
Mato-Grosso do Sul	3.135	1.300	4.435	1.927.834	230,1
Minas Gerais	3.923	13.548	17.471	16.672.613	104,8
Pará	2.580	432	3.012	5.510.849	54,7
Paraíba	3.007	956	3.963	3.305.616	119,9
Paraná	4.453	5.141	9.594	9.003.804	106,6
Pernambuco	8.840		8.840	7.399.071	119,5
Piauí	812		812	2.673.085	30,4
Rio de Janeiro	20.726		20.726	13.406.308	154,6
Rio Grande do Norte	1.175		1.175	2.558.660	45,9
Rio Grande do Sul	14.045		14.045	9.634.688	145,8
Rondônia	2.454	231	2.685	1.229.306	218,4
Roraima	410		410	247.131	165,9
Santa Catarina	4.566		4.566	4.875.244	93,7
São Paulo	60.984	33.753	94.737	34.119.110	277,7
Sergipe	1.581	20	1.601	1.624.020	98,6
Tocantins	601	371	972	1.048.642	92,7
Total Brasil	161.368	61.852	223.220	157.070.667	142,1

Fonte: Órgãos estaduais responsáveis pelo Sistema Penitenciário

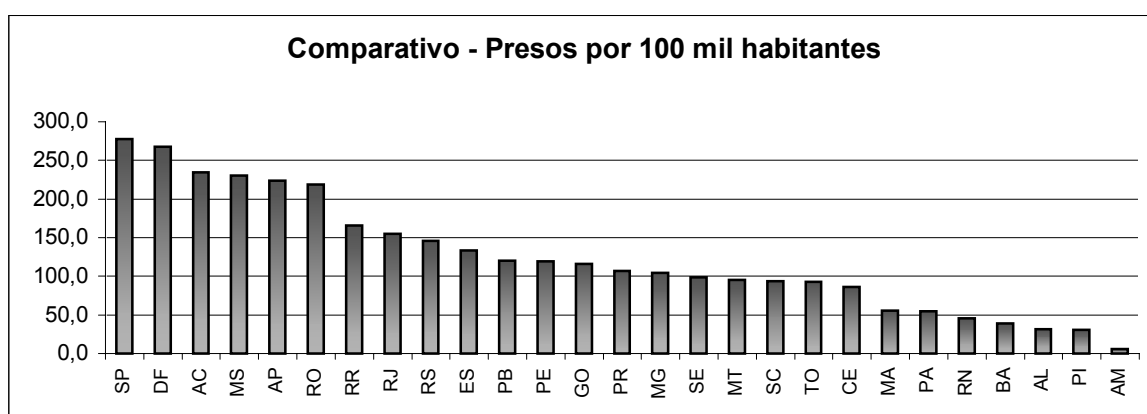
Observações:

* Presos no sistema prisional

** Fonte dos dados populacionais: IBGE/ 01-01-1997

*** Calculado com base no total de presos (SISTEMA + POLÍCIA)

Figura 3 : Gráfico comparativo de presos por 100 mil habitantes.



É impressionante o comparativo feito de presos por habitantes. Os presídios sofrem diariamente o déficit de vagas, redundando no alojamento sub-humano da população carcerária. Este é, certamente, o mais grave problema do Sistema Penitenciário brasileiro: a escassez de vagas que obriga milhares de presos a conviverem em condições reconhecidamente aviltantes.

Uma das explicações para o aumento desordenado do crime (violento e não violento) é a urbanização acelerada a partir de 1950, a qual atraiu uma migração de baixa renda e com sérios problemas de inserção social. Essas metrópoles caracterizadas por uma desigualdade profunda constituem, em toda a América Latina, o melhor caldo de cultura para a violência criminal.

Tabela 5 : Número de presos por condição de recolhimento e condenados provisórios – incluindo a polícia.

Estados	REGIME						MEDIDA DE SEGURANÇA		Total
	ABERTO		SEMI ABERTO		FECHADO				
	Conde- nados	Provisó- rios	Conde- nados	Provisó- rios	Conde- nados	Provisó- rios	Conde- nados	Provisó- rios	
Acre	171	56	113		354	500	2		1.196
Alagoas			14		291	435	44	56	840
Amapá			140		248	462			850
Amazonas	201		74		485	834		9	1.603
Bahia	105		564		1.209	2.595	288	166	4.927
Ceará	984		1.047		1.894	1.815	58	62	5.860
Distrito Federal			1.128		2.476	1.211	55		4.870
Espírito Santo			92		1.388	2.193	30	34	3.737
Goiás	400	29	1.286	65	1.587	1.871	11	6	5.255
Maranhão	39		309	25	774	1.594		164	2.905
Mato Grosso	8		75		910	1.140			2.133
Mato Grosso do Sul	125		383		1.646	2.277	4		4.435
Minas Gerais	82	2	803		10.243	6.153	186	2	17.471
Pará	61	138	178		863	1.755	17		3.012
Paraíba	112		395		2.318	1.053	85		3.963
Paraná			788		4.990	3.571		245	9.594
Pernambuco	77		782		3.894	3.666	187	234	8.840
Piauí	34		146	27	195	395	15		812
Rio de Janeiro	1.931		1.700		10.679	1.039	1.317	4.060	20.726
Rio Grande do Norte	45	21	214	2	606	258	13	16	1.175
Rio Grande do Sul	1.057		3.064		5.920	3.396	608		14.045
Rondônia	163	5	269		1.605	632	9	2	2.685
Roraima	11	236	38		125				410
Santa Catarina	117		542	26	2.297	1.584			4.566

São Paulo	1	1.000	8.648	3	58.580	25.597	908		94.737
Sergipe	90		176	2	563	770			1.601
Tocantins	136		70		390	376			972
Total Brasil	5.950	1.487	23.038	150	116.530	67.172	3.837	5.056	223.220

Fonte: Órgãos estaduais responsáveis pelo Sistema Penitenciário

Observações: Presos na polícia incluídos na coluna "Regime Fechado"

Figura 4 : Gráfico comparativo - total de presos por Estado - incluindo polícia

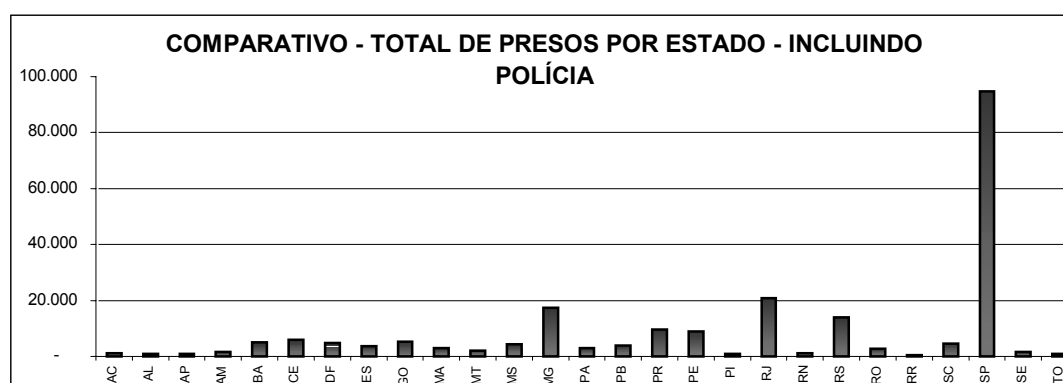


Tabela 6 : Número total de presos por sexo – Sistema prisional e polícia

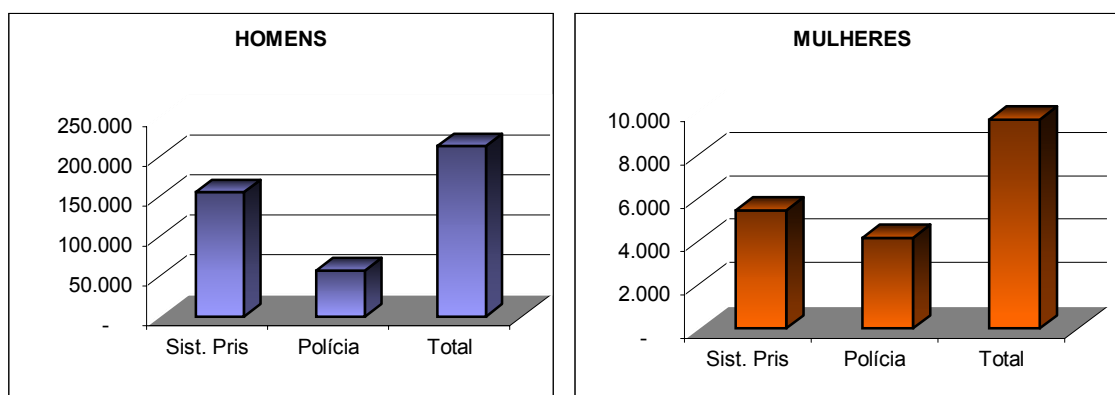
Estados	HOMENS			MULHERES			Total de Presos
	Sist. Pris	Polícia	Total	Sist. Pris	Polícia	Total	
Acre	1.107	58	1.165	28	3	31	1.196
Alagoas	793		793	47		47	840
Amapá	795	13	808	41	1	42	850
Amazonas	988	516	1.504	71	28	99	1.603
Bahia	4.689		4.689	238		238	4.927
Ceará	5.425	158	5.583	277		277	5.860
Distrito Federal	4.140	528	4.668	202		202	4.870
Espírito Santo	2.138	1.421	3.559	178		178	3.737
Goiás	4.880	142	5.022	179	54	233	5.255
Maranhão	991	1.784	2.775	70	60	130	2.905
Mato Grosso	759	1.300	2.059	40	34	74	2.133
Mato Grosso do Sul	3.021	1.300	4.321	114		114	4.435
Minas Gerais	3.793	13.391	17.184	130	157	287	17.471

Pará	2.509	432	2.941	71		71	3.012
Paraíba	2.915	948	3.863	92	8	100	3.963
Paraná	4.255	4.855	9.110	198	286	484	9.594
Pernambuco	8.603		8.603	237		237	8.840
Piauí	780		780	32		32	812
Rio de Janeiro	20.064		20.064	662		662	20.726
Rio Grande do Norte	1.126		1.126	49		49	1.175
Rio Grande do Sul	13.611		13.611	434		434	14.045
Rondônia	2.327	227	2.554	127	4	131	2.685
Roraima	369		369	41		41	410
Santa Catarina	4.334		4.334	232		232	4.566
São Paulo	59.387	30.212	89.599	1.597	3.541	5.138	94.737
Sergipe	1.521	20	1.541	60		60	1.601
Tocantins	583	359	942	18	12	30	972
Total Brasil	155.903	57.664	213.567	5.465	4.188	9.653	223.220

Fonte: Órgãos estaduais responsáveis pelo Sistema Penitenciário - 1997

Observação: Presos condenados e provisórios

Figura 5 : Gráfico comparativo – total de presos por sexo



É evidente a superlotação nos presídios e o alto número de condenados. A prisão, como já foi dito anteriormente, tem a função principal de recuperar o cidadão

que cometeu algum tipo de crime. Entretanto, o que vem acontecendo é justamente o contrário. Cada vez mais, por ser o sistema prisional um sistema falido, a maioria das pessoas que lá estão presas, tornam-se mais agressivas, e não possuem uma boa perspectiva de vida. Saem de lá e continuam na criminalidade.

É importante que se observe, além da superlotação das prisões, o grande número de policiais presos, os quais também fazem parte desse sistema. Muitas vezes, nas penitenciárias são encontrados profissionais desqualificados, com sérios problemas psicológicos e financeiros e que não têm as mínimas condições de ajudar alguém a se recuperar. Fazendo-se um parêntese, deviam-se ser ministrados cursos e reciclagem para esses profissionais, para que eles obtivessem um melhor aproveitamento; isso iria ajudar, e muito, para a melhoria do Sistema Penitenciário.

Pode-se verificar também que há três tipos de regime prisional: o aberto, o sistema semi-aberto e o fechado.

O Código Penal considera fechado o regime de execução de pena privativa de liberdade em estabelecimento penal de segurança máxima ou média (artigo 33, § 1º, a, CP) onde o condenado fica sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno (artigo 34 § 1º, CP).

A Lei de Execução Penal (LEP) estabelece que o condenado à pena de reclusão em regime fechado cumprirá à pena em uma penitenciária, devendo ser alojado em cela individual, com dormitório, lavatório e aparelho sanitário, que deverá ter ambiente salubre pela presença de fatores de aeração, insolação, condicionamento térmico adequado à existência humana e área mínima de seis metros quadrados (artigos 87 e 88, Lei n ° 7210/84).

Porém, o que se é visto em noticiários é justamente o contrário de tudo que a lei estabelece. As celas são superlotadas, um preso dorme em cima do outro e o ambiente é totalmente insalubre e, isso, contribui para o aumento da promiscuidade, da revolta e da criminalidade.

O regime fechado prevê o isolamento do condenado durante o período noturno em compartimento individual salubre e trabalho comum durante o dia, conforme suas aptidões e as ocupações anteriores, desde, é claro, que compatíveis com a privação de liberdade.

Quanto ao trabalho do interno, esse é obrigatório e está regulado na Lei de Execução Penal, nos artigos 31 a 35, cabendo ressaltar que a jornada de trabalho

não será inferior a seis, nem superior a oito horas, assegurado o descanso aos domingos e feriados. O objetivo é a formação profissional do condenado. Como incentivo ao trabalho do condenado, a lei dispensa de licitação a aquisição, por órgãos da administração direta ou indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de bens ou produtos do trabalho realizados nos estabelecimentos prisionais.

O parágrafo 3º do artigo 34 do Código Penal prevê a possibilidade de o condenado em regime fechado, trabalhar fora da penitenciária, em serviços ou obras públicas. Os artigos 36 e 37 da Lei de Execução Penal regulam o trabalho externo, que, é óbvio, será remunerado, e tem como requisito o cumprimento de, no mínimo, um sexto da pena.

Já o regime semi-aberto, caracteriza-se pelo cumprimento de pena privativa de liberdade em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar (artigo 33, § 1º, b, CP) .

O artigo 35 do Código Penal determina que o condenado que iniciar o cumprimento da pena no regime semi-aberto será submetido ao exame criminológico, mas o parágrafo único do artigo 8º da Lei de Execução Penal afirma que: “ ao exame que trata esse artigo poderá ser submetido o condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade em regime semi-aberto”.

Entretanto, há uma contradição entre uma e outra norma. O que tem prevalecido e o que os tribunais têm decidido é que o exame é facultativo. O Juiz da Execução decide, sendo de todo aconselhável, fazer o exame quando se tratar de crime doloso cometido com violência contra a pessoa.

É importante que se destaque que, o trabalho no regime semi-aberto também é obrigatório e, se desenvolvido no próprio estabelecimento, será em comum e durante o período diurno, observadas as mesmas regras para o trabalho interno de regime fechado.

O trabalho externo poderá ser autorizado, ainda em obras ou serviços particulares, diferentemente do regime fechado, mas, igualmente, mediante remuneração e fiscalização, é certo, mas sem vigilância.

O condenado cumprindo pena nesse regime terá direito a freqüentar cursos supletivos profissionalizantes e de instrução de segundo grau ou superior (artigo 35 §2º, do CP).

No regime semi-aberto, o condenado poderá obter autorização para sair do estabelecimento temporariamente, sem qualquer vigilância direta para visitar a família e também para participar de atividades que proporcionem condições para seu retorno ao convívio social.

No regime aberto, o cumprimento da pena privativa de liberdade é em casa de albergado ou estabelecimento adequado (artigo 33 §1º, c, do CP) onde também será cumprida a pena de limitação de fim de semana (art.93, da LEP).

A casa de albergado, segundo manda a lei de execução penal, deve localizar-se no centro urbano das cidades, devendo ser separado dos demais estabelecimentos prisionais – penitenciárias, colônias, cadeias públicas – e sua arquitetura deverá contemplar instalações destinadas ao serviço de fiscalização e orientação dos condenados, local para cursos e palestras, e aposentos para os presos, sem qualquer espécie de obstáculo físico contra a fuga: grades etc.

Na maior parte das cidades brasileiras, não há estabelecimentos adequados ao regime aberto, o que leva a duas medidas judiciais indesejadas: colocar em regime semi-aberto ou fechado o condenado que faz jus ao regime aberto, ou conceder-lhe a plena liberdade ou a prisão domiciliar, a que não faz jus.

Albergaria (1987, p.235) afirma que:

Nesse regime deposita-se plena confiança no condenado, pois há prova de que não regredirá no processo de sua ressocialização. Há ausência de preocupação sobre segurança e vigilância, em razão da aceitação voluntária da disciplina e do senso de responsabilidade do condenado. No regime aberto, propõe-se a realização intensiva de formação escolar e profissional e a reinserção social progressiva, notadamente a reinserção profissional.

A base desse regime é a autodisciplina e o senso de responsabilidade do condenado (artigo 36, CP) que terá plena liberdade durante o período diurno dos dias de semana, devendo dedicar-se a trabalho lícito, fora do estabelecimento, sem contudo, qualquer vigilância, recolhendo-se à casa do albergado todas as noites e nos dias de folga, feriados e fins de semana.

O artigo 114 da Lei de Execução Penal estabelece com requisito para o ingresso no regime aberto:

- a) estar o condenado trabalhando ou comprovar a possibilidade de fazê-lo imediatamente;
- b) apresentar, por seus antecedentes ou exame, indícios que irá ajustar-se, responsavelmente, ao novo regime.

A falta de comprovação do exercício de atividade laborativa ou da possibilidade de fazê-lo imediatamente, num país de desempregados e que ainda não teve sua economia completamente estabilizada, não pode ser empecilho para a concessão do regime aberto.

Nesse regime o condenado poderá, também, freqüentar cursos noturnos e até mesmo realizar qualquer atividade lícita, como trabalho, em parte da noite, recolhendo-se, após, ao estabelecimento.

O Juiz da execução penal poderá, dentro de seu prudente arbítrio, fixar condições para o cumprimento da pena em regime aberto, como as normas do artigo 115 da Lei de Execução Penal:

- I - permanecer no local que for designado, durante o repouso e nos dias de folga;
- II - sair para o trabalho e retornar, nos horários fixados;
- III - não se ausentar da cidade onde reside, sem autorização judicial;
- IV - comparecer a Juízo para informar e justificar as suas atividades, quando for determinado.

Existe também, a prisão domiciliar, a qual surgiu em 1967 com a Lei nº 5.256 e destinava-se a recolher preso provisório nas cidades onde não havia estabelecimento adequado aos que tinham direito à prisão especial, e consistia em seu recolhimento “na própria residência, de onde o mesmo não poderá afastar-se sem prévio consentimento judicial”, permitida a vigilância policial com discrição e sem qualquer constrangimento ao preso ou qualquer de seus familiares.

Com a introdução do regime aberto, em 1977, juízes e tribunais brasileiros passaram a permitir o que chamaram de “prisão albergue domiciliar” aos que faziam

jus ao novo regime nas localidades onde não existiam estabelecimentos adequados ao regime aberto – as casas de albergado.

A Lei de Execução Penal, de 1984, exatamente para coibir os excessos de liberalismo, que se converteram em verdadeiros abusos, ou, em outras palavras, em verdadeira impunidade, regulou a matéria no artigo 117:

Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de:

- I - Condenado maior de setenta anos;
- II – Condenado acometido de doença grave;
- III – Condenado com filho menor ou deficiente físico ou mental;
- IV – Condenada gestante.

A norma é expressa no sentido de só permitir a prisão domiciliar ao condenado que fizer jus ao regime aberto, o condenado a pena superior a quatro anos, mas é de todo evidente que, em circunstâncias especialíssimas, devidamente justificadas e, fundamentalmente, pode o juiz permitir ao condenado que se enquadre, em regra, no regime semi-aberto ou até mesmo no fechado, cumprir sua pena em residência particular, como, por exemplo, nos casos de doença incurável, que se manifeste já na sua fase terminal. A medida, em hipóteses como essa, atende precipuamente aos princípios de humanidade e de respeito ao preso, e constitui atitude coerente do poder estatal, cujo objetivo não é o de castigar o agente do crime, mas de reprová-lo com vistas em sua recuperação.

Se, a toda evidência, sua morte precederá qualquer conquista da execução da pena, esta se torna absolutamente inócua e, por isso, desnecessária.

Algo que contribuiria para a administração da superlotação de presos nas cadeias, são as penas alternativas.

Há muitos autores que defendem as penas e medidas alternativas, pois além de outros fatores, o preso tem custo alto para o Estado. Lemgruber (1996 p. 26) exemplifica essa assertiva com os seguintes casos:

1º Caso: Furto de dois pacotes de fraldas

Pena : três anos de reclusão

Custo: R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais)

2º Caso: Furto de um galo de briga

Pena : quatro anos de reclusão

Custo: R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais)

3º Caso: Furto de um toca- fitas

Pena : dois anos e seis meses de reclusão

Custo: R\$ 10.500,00 (dez mil e novecentos reais)

O exame desses três casos elencados aponta a seguinte reflexão: está o contribuinte disposto a pagar tão caro para punir infratores não-violentos?

Leal (1996, p. 38) explica

(...) da pena de prisão, referida com ênfase pela política penal de intervenção mínima, conduz ao raciocínio que ela deve ser visualizada como um “mal necessário” que deve se restringir aos crimes graves ou violentos (cominados com penas longas), dando-se azo, nos demais casos, de *soft crimes*, de infrações de reduzida repercussão social, a outras modalidades punitivas, muito menos dispendiosas para o contribuinte, mais humanas e não afastam o sentenciado de sua família.

São formas de penas alternativas: prestação de serviço à comunidade, multa indenizatória, multa assistencial, reparação de dano, pagamento de cestas básicas à vítima ou a instituições filantrópicas, caução de não ofender, exílio local, mudança de residência ou de bairro, monitoramento eletrônico, expulsão do território, admoestação ou repreensão (privada ou pública) cumprimento de instruções, interdição temporária de direitos, confisco de propriedade pessoal, retratação (pedido de desculpas à vítima), inabilitação para dirigir veículo, tratamento de desintoxicação, proibição de freqüentar determinado local, submissão a programas de reabilitação social, limitação de fim de semana.

Quanto às penas alternativas, o ILANUD (Instituto Latino- Americano para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinqüente) chegou às seguintes conclusões no trabalho proposto no Rio Grande do Sul;

- apenas 12% dos adultos condenados a medidas alternativas voltaram a praticar atos anti-sociais;
- apenas 9% dos adolescentes condenados a medidas alternativas voltaram a praticar atos anti-sociais;
- o custo desse tipo de punição para o Estado é cerca de 10% do custo do encarceramento tradicional. Os trabalhos executados gratuitamente substituem mão-de-obra de serviços que entidades filantrópicas não poderiam pagar.

Marques (1996) afirma em seu artigo publicado na Folha de São Paulo que :

O Japão é um dos países com mais baixos índices de criminalidade do mundo. No entanto, os crimes existem e são punidos, mas 5,9% recebem sentença de prisão. Muitas vezes, para um japonês, criado em cultura que inventou o *haraquiri*, perder a face é mais grave do que perder a liberdade. Por isso a pena alternativa de admoestação pública é considerada severíssima.

Gomes (1996, p. 81-104) destaca que:

É notado que a Justiça Criminal deve se modernizar para conseguir, como sugere a moderna Criminologia, “um controle razoável” da criminalidade.

A sua extirpação, tal como pretendia o socialismo real, é uma utopia, até porque, desde o ponto de vista sociológico, ela é normal e exerce uma função útil. Mas tendo em vista a enorme gama de meios e instrumentos (político–criminais) que podem viabilizar a “resposta jurídica” adequada diante de cada conduta desviada, resposta que, ao mesmo tempo, deve ser “justa e útil”, nota-se hoje uma forte tendência metodológica de se separar a grande da pequena e média criminalidade, isto é, a criminalidade de menos (e médio) potencial ofensivo da criminalidade de alta reprovabilidade (grande potencial ofensivo).

A verdade é que existe uma urgência para a melhoria do Sistema Penitenciário.

Deve-se salientar que um fator muito importante para essa melhoria é a utilização adequada da legislação vigente no que se refere à liberdade condicional, às penas restritivas de direito e pela reformulação dos textos legais, de forma a permitir que maior elenco de infração sejam passíveis de punições alternativas.

6.3 Estudo de Caso

Brasília é uma cidade planejada, assim como Washington, Canberra e Istambul que foram concebidas e construídas especificamente para serem capitais de seus respectivos países. Washington passou a ser capital dos Estados Unidos em 1800, Canberra foi declarada capital da Austrália em 1927 e Istambul foi designada como a futura capital do Paquistão em 1959 e começa a ser capital em 1966, quando passa a funcionar o primeiro edifício governamental.

É importante ressaltar que, ao contrário de Brasília, as três cidades citadas foram construídas próximas a grandes cidades pré-existentes. Canberra fica a 244 quilômetros de Sydney, e Washington a 327 quilômetros de Nova Iorque. Istambul é tão próxima à Rawalpindi (uma importante cidade paquistanesa) que as duas são consideradas cidades-gêmeas. Brasília, por outro lado, está a 931 quilômetros do Rio de Janeiro e a 870 quilômetros de São Paulo.

Moraes (1992, p. 40) afirma que “Brasília foi uma cidade planejada para 500.000 habitantes.” Entretanto, segundo pesquisa feita pelo IBGE, há 2.043.169 (dois milhões, quarenta e três mil, cento e sessenta e nove) pessoas sendo 1.954.442 (um milhão, novecentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e duas) residindo em área urbana e 88.727 (oitenta e oito mil, setecentos e vinte e sete) pessoas em área rural. Essa “explosão” demográfica ocorreu, em sua maioria, devido às migrações, pois Brasília é um pólo de migração e é considerada o “paraíso” de oportunidades, dinheiro e boas condições de vida e também pela distribuição gratuita de lotes que houve há algum tempo. O poeta Renato Russo retratou uma situação semelhante a essa em sua música “faroeste caboclo” em que narra a ida de um rapaz para Brasília, o qual tinha a expectativa de melhorar de vida e, no final, virou traficante, assaltante e morreu.

Esse é um exemplo ilustrativo para mostrar que muitas pessoas saem do interior e também das grandes cidades para tentar “a sorte”. Porém, o “sonho” vira realidade e essas pessoas se deparam com o desemprego, com a falta de

oportunidade de trabalho e tornam-se pessoas sem perspectiva de vida e encontram no delito a única forma de sobrevivência para si e para a família, que normalmente é grande.

6.3.1 Centro de Internamento e Reeducação - CIR

O presente trabalho foi feito tomando por base o Centro de Internamento e Reeducação – CIR, um complexo penitenciário que abriga 1.280 (hum mil, duzentos e oitenta) presos, o qual está localizado na Fazenda Papuda (por isso é popularmente conhecido como Papuda). Na fazenda Papuda há 5 (cinco) pavilhões de segurança máxima – Centro de Internamento e Reeducação, que abriga presos somente de regime fechado; 5 (cinco) colônias penais agrícolas – CPA que ficam no núcleo de custódia de Brasília, teoricamente um presídio para presos de regime semi-aberto, porém hoje abrigam presos dos regimes fechado, semi-aberto e provisórios; setor C – etapas D e E com 2 (dois) pavilhões cada (já concluídas); etapas F e G com 2 (dois) pavilhões cada (estão em construção).

É um presídio razoavelmente grande e que apesar da falta de incentivo governamental e da sociedade, no que tange à educação, possui 4 (quatro) salas de Ensino Fundamental e 1 (uma) de Ensino Médio. Na verdade o espaço físico para as salas de aula já existe nos presídios. O grande percalço é a aquisição de tele-salas e isso envolve material didático, professor, apoio pedagógico, apoio psicológico; esses fatores indispensáveis porém, são os grandes problemas para a implantação e execução do projeto.

Existem no Centro de Internamento e Reeducação – CIR além dos Ensinos Fundamental e Médio, outros cursos (profissionalizantes) tais como panificação, costura industrial, marcenaria, serralheria, pintor de obras e veículos, artes plásticas e cênicas e informática (básico).

A seleção é feita mediante um teste para verificar os requisitos mínimos para a participação do curso (pré-requisitos). Exemplos: o preso para participar da aula de telecurso 1º grau, deve ser alfabetizado; para participação da aula de tele-curso de 2º grau, ele deve ter o Ensino Fundamental completo; para o curso de costura industrial, deve fazer uma prova específica de matemática. Além dos pré-requisitos exigidos, é feita uma triagem pelo estabelecimento penal, que verifica se o mesmo está respondendo ou cumprindo algum processo disciplinar.

Além das salas de aula, há também, no complexo penitenciário, um laboratório de informática e uma biblioteca.

Segundo pesquisa feita à Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, 75 (setenta e cinco) presos fizeram ou estão fazendo o tele-curso 1º grau e 25 (vinte e cinco) o tele-curso 2º grau. Ambos os cursos têm a duração de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias e são ministrados por professores da Fundação Educacional do Distrito Federal formados em áreas específicas. Os presos são avaliados presencialmente pelo SESI.

No laboratório de informática, há 10 (dez) computadores os quais são utilizados 1 (um) para cada 2 (dois) presos. 45 (quarenta e cinco) presos já fizeram ou estão fazendo o curso básico que abrange Word, Windows e Excel. Esse curso tem a duração de 80 (oitenta) horas-aula, 5 (cinco) dias por semana, por 3 (três) horas; os alunos são avaliados observando-se o interesse, a habilidade, a frequência e a participação de cada um.

Na opinião de alguns dos poucos professores que dão aula no complexo, o tele-curso atinge o objetivo da aprendizagem e o índice de aceitação do detento à aula varia de 80% a 90%; entretanto, a auto-estima é citada quando questionada qual a maior dificuldade do detento em relação às aulas.

Segundo o doutor Márcio Márquez de Freitas, delegado de polícia e diretor do CIR, deveria haver no complexo penitenciário, além do que já é oferecido ao preso em termos de cursos, que ele afirma que estão recuperando o detento, cursos de treinamento, um maior incentivo ao trabalho e também um auxílio para a melhoria da condição social da família do preso.

Para que haja uma modernização do Sistema Penitenciário, doutor Márcio diz que se deve fazer investimentos em treinamento de pessoal, contratação de pessoal, investir em melhorias nas instalações, promover cursos de formação profissional aos presos, adquirir equipamentos modernos de segurança e monitoramento de instalações.

O custo mensal do preso ao sistema é de aproximadamente R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) – dado fornecido pelo diretor do presídio e na opinião dele, este custo poderia diminuir se houvesse um maior aproveitamento da mão-de-obra do detento.

Quando lhe é perguntado se a sociedade participa da reeducação do preso, ele é enfático e responde imediatamente que não e, complementa: “a participação da sociedade civil é inexistente”.

É importante que se observe que grande parte dos presos está na idade produtiva, ou seja, são adultos que têm condições de trabalhar, como pode ser verificado na tabela 7.

Dados fornecidos pela FUNAP a respeito do perfil do presidiário do CIR:

Tabela 7 : Faixa Etária

FAIXA ETÁRIA	Qte
Entre 18 e 21	118
Entre 22 e 25	327
Entre 26 e 30	380
Entre 31 e 35	231
Entre 36 e 40	111
Entre 41 e 50	90
Entre 51 e 60	19
Maior que 60	3
Não informado	1
TOTAL	1280

Fonte: FUNAP – 2001.

Tabela 8 : Grau de Instrução

Grau de Instrução	Qte
1º grau completo	186
1º grau incompleto	732
2º grau completo	65
2º grau incompleto	66
3º grau completo	5
3º grau incompleto	8
Alfabetizado	3
Analfabeto	47

Não informado	168
TOTAL	1280

Fonte: FUNAP – 2001.

Tabela 9 : Estado Civil

Estado Civil	Qte
Amigado(a)	210
Casado(a)	171
Desquitado(a)	2
Divorciado(a)	5
Não informado	91
Separado(a)	6
Solteiro(a)	789
Viúvo(a)	6
TOTAL	1280

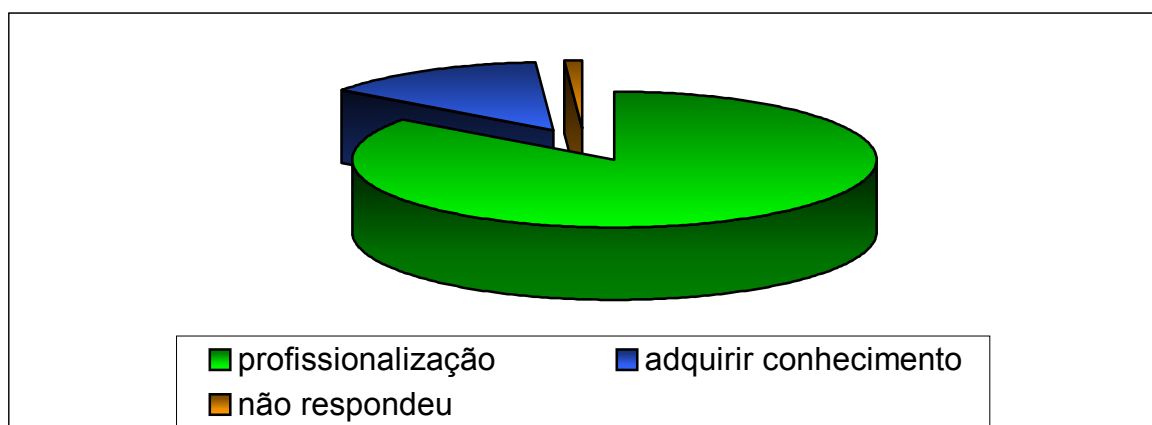
Fonte: FUNAP – 2001.

Para a coordenadora da FUNAP, professora Verlúcia Moreira Cavalcante, para que haja a ressocialização e reintegração total do detento à sociedade é necessário, em primeiro plano, que se construam presídios com espaço para educação e trabalho. Para a professora, os espaços existentes, na grande maioria, são improvisados e de difícil acesso para os presos e ressalta: “é uma verdadeira operação de guerra.” Complementa a pergunta dizendo que não existem políticas públicas para o processo de ressocialização e que há necessidade de a sociedade participar dessa reintegração.

Foram distribuídos 100 (cem) questionários aos presos, entretanto, somente 36 (trinta e seis) foram respondidos. Dentre as perguntas, estavam as seguintes: “Os cursos profissionalizantes dão noções para o desempenho de atividades fora do sistema? Qual o objetivo do aluno no curso realizado?”

Cem por cento responderam sim à primeira pergunta e quanto a segunda pergunta, 85% responderam que serviria para profissionalização, 14% responderam que serviria para aprender algo e 1% não respondeu.

Figura 6 : Estatística de pesquisa profissionalizante



Quando questionados qual o curso que gostariam de fazer, 1% respondeu curso de digitação, 1% curso de eletrônica, 4% curso de cabeleireiro, garçom, vendedor, 93% curso de informática e 1% não respondeu.

Foi feita a eles uma pergunta em que se questionava a respeito das esperanças deles após concedida a liberdade, e foram destacadas algumas respostas, tais como:

“Conseguir um trabalho montado por minhas próprias idéias e projetos de vida.”

Delito cometido: artigos 157- roubo, 129- lesões corporais, 213- estupro – Código Penal Brasileiro

Grau de escolaridade: Ensino Médio incompleto

Idade: 31 anos

“Trabalhar com projetos sociais em comunidades carente, e até mesmo com internos do sistema.”

Delito cometido: artigos 157, par.3 do CPB - Roubo com violência

Grau de escolaridade: 3º grau incompleto

Idade: 33 anos

“1º: busca a Deus; 2º: trabalhar bastante para criar minha filha e minha família e, com certeza, nunca mais volta a este lugar.”

Delito cometido: artigo 213 do CPB - estupro

Grau de escolaridade: Ensino Médio incompleto

Idade: 29 anos

“Após reciclado e ressocializado, não de grades mas de conhecimentos de direitos e deveres, aplicar os conhecimentos para melhoria das comunidades em geral.”

Delito cometido: artigo 213 do CPB- estupro

Grau de escolaridade: Ensino Médio incompleto

Idade: 24 anos

“Que eu consiga ser aceito no convívio social, conquistar meu espaço no mercado de trabalho e ajudar minha família.”

Delito cometido: artigo 157 do CPB - roubo

Grau de escolaridade: Ensino Fundamental

Idade: 20 anos

“Não sei.”

Delito cometido: vários

Grau de escolaridade: 2º ano do Ensino Médio

Idade: 26 anos

“É de poder conseguir logo um emprego e criar minhas duas filhas que estão precisando de mim e viver como qualquer pessoa normal; mesmo sabendo que é difícil.”

Delito cometido: artigo 121 do CPB - homicídio

Grau de escolaridade: 2º ano do Ensino Médio

Idade: 27 anos

“Seguir a carreira de músico e trabalhar e construir uma família e ter o prazer de sentir um pouco de paz.”

Delito cometido: artigos 121, homicídio e artigo 155, furto do CPB

Grau de escolaridade: 5ª série do Ensino Fundamental

Idade: 28 anos

“Minhas esperanças são de poder sair e ter uma chance no mercado de trabalho para não precisar mais da vida do crime.”

Delito cometido: artigo 157 do CPB, roubo

Grau de escolaridade: 5ª série do Ensino Fundamental

Idade: 28 anos

“Vou em busca de uma vaga no mercado de trabalho porço minha necessidade de aprender bem, esta profissão além de ser bem procurada proporciona uma condição estável dando para encara as dificuldades e me manter longe do crime.”

Delito cometido: artigo 157 do CPB, roubo

Grau de escolaridade: 5ª série do Ensino Fundamental

Idade: 28 anos

“Ter um trabalho digno de um cidadão recuperado, entre a sociedade.”

Delito cometido: não respondido

Grau de escolaridade: não respondido

Idade: não respondido

“Voltar as minhas atividades esportivas, ajudar financeiramente com meu trabalho a minha família e não ser recriminado pelo meu erro.”

Delito cometido: artigo 159 do CPB, seqüestro

Grau de escolaridade: 3º grau incompleto

Idade: 29 anos

“Terminar a minha faculdade e trabalhar na área de informática.”

Delito cometido: artigos 12 e 14 lei de tóxico

Grau de escolaridade: 3º grau incompleto

Idade: 29 anos

“Ter uma oportunidade no meio a sociedade e uma outra oportunidade de poder trabalhar.”

Delito cometido: artigo 155 do CPB , furto

Grau de escolaridade: Ensino Fundamental

Idade: 32 anos

“Voltar ao meio social de cabeça erguida e não sofrer nenhum tipo de discriminação e conseguir um bom emprego. Eu tenho condições prá isso.”

Delito cometido: assalto

Grau de escolaridade: Ensino Médio

Idade: 28 anos

“Viver.”

Delito cometido: não respondido

Grau de escolaridade: Ensino Médio

Idade: não divulgada

Essas respostas foram transcritas na íntegra e mostram que alguns detentos, lá no seu íntimo, desejam sair do mundo do crime; porém, não há oportunidades de melhoria de vida para eles e a discriminação é algo preponderante em suas vidas. Então, o que eles fazem sem oportunidades de trabalho, sem auto-estima, discriminados pela sociedade, desacreditados? Voltam à vida do crime, e isso se torna um ciclo vicioso.

Nesse capítulo falou-se a respeito da população carcerária do Brasil, da superlotação nos presídios e dos três tipos de regime prisional: o aberto, o semi-aberto e o fechado.

Foi feito um estudo de caso no Centro de Internamento e Reeducação abordando a problematização referente à educação e profissionalização, sendo distribuídos questionários ao diretor do CIR, à coordenadora da Funap e aos internos.

No próximo capítulo, serão propostos alguns projetos para a reintegração do preso à sociedade.

7 PROJETOS PROPOSTOS NESTA PESQUISA

Esse projeto tem o intuito de viabilizar e auxiliar na melhoria do Sistema Penitenciário.

Para essa melhoria, foram elaboradas três propostas, as quais se interligam e se complementam, porque dizem respeito à educação e à profissionalização do preso.

1ª proposta: Escritório Modelo

2ª proposta: Tecnologia como auxílio profissional e educacional ao preso.

3ª proposta: Fundo de Amparo ao Preso (FAP)

7.1 Escritório Modelo

O Escritório Modelo terá a finalidade precípua de levar o preso a sua reabilitação mediante treinamento específico na área que ele cursar. Compreende a reunião de estratégias pré-estabelecidas e analisadas, as quais são colocadas em ação em oficinas fundamentadas na especificidade das propostas levantadas, em salas de aula e no laboratório de informática.

É importante frisar que o termo oficina é citado porque realmente é local onde se poderá observar, como um todo, o resultado do trabalho feito com o material humano, ou seja, do desempenho dos freqüentadores abalizados e o aprendizado de modelagem mental esperado. Dir-se-á, então, que Escritório Modelo representa o funcionamento do plano de ação na íntegra, e nele serão realizados pressupostos em que os pontos individuais se complementam, de maneira equilibrada e em nível organizacional.

O conceito de oficinas aplicado à educação refere-se ao lugar onde se aprende fazendo junto com outros. Segundo Ander-Egg, (apud MAYA 1991, p.22), “(...) a oficina é um âmbito de reflexão e ação no qual se pretende superar a separação que existe entre a teoria e a prática, entre conhecimento e trabalho, e entre a educação e a vida.”

Para Kisnerman (apud MAYA 1991, p. 21) as oficinas são concebidas como “(...) unidades produtivas de conhecimento a partir de uma realidade concreta, para serem transferidas a essa realidade a fim de transformá-la (...).”

Para Gonzalez (apud CANDAU 1995, p.117) como “(...) tempo-espço para a vivência, a reflexão, a conceitualização; como síntese de pensar, sentir e agir, como o lugar para participação, à aprendizagem e à sistematização dos conhecimentos (...).”

Pode-se afirmar com Candau (1999, pág. 117) que “(...) trata-se de um espaço de construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de intercâmbio de experiências e de exercício concreto de cidadania e dos direitos humanos”.

Os participantes formam um conjunto coeso, o qual poderá auxiliar nos processos operacionais determinados.

Em se tratando de grupo extremamente especial, pois é proveniente, em sua maioria, de meio social sancionado, faz-se necessário o cuidado metuculoso, sigilosamente, da escolha dos integrantes e, obviamente, de seus interesses e visualizações sobre a importância efetiva das tarefas que vão executar.

Paradoxalmente, ao contrário do que pode parecer, torna-se necessária, inicialmente, uma certa rotina para que possam ir desaparecendo as dificuldades que, por ventura, desencorajem este ou aquele participante e, na medida em que forem desenvolvidas com eficácia, poder-se-á reduzi-las, permitindo a natural peculiaridade do indivíduo.

Passo a passo, refletindo sobre os modelos mentais orientadores das diversas ações, as quais a maioria das pessoas tem dificuldades em modificar, a tendência é a de conseguir o progresso esperado após a forma de consciência do valor do trabalho que irão desenvolver.

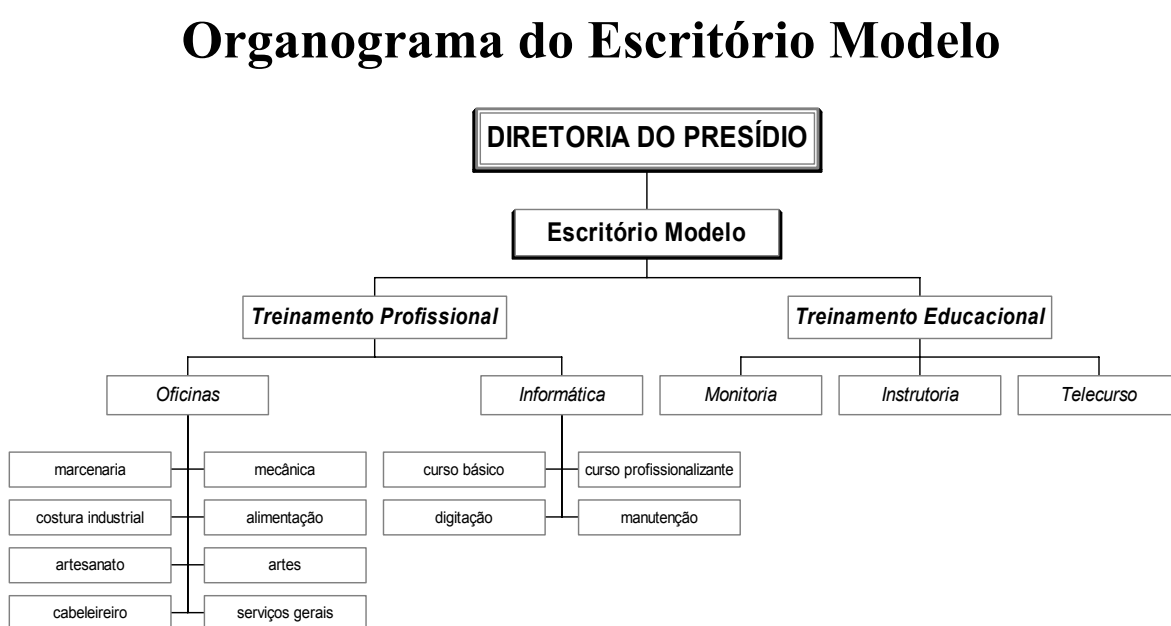
O Escritório Modelo poderá ter parcerias com o SESI, SENAI, SEBRAE, Tribunais, Ministérios, Órgãos Públicos e Empresas Privadas e também poder-se-á ter a contribuição de voluntários.

O interno fará um curso técnico de acordo com a sua aptidão e com a observação de psicólogos e pessoas treinadas para esses fins.

Esse curso técnico será dividido em módulos. O interno irá estudar, observar e conhecer detalhadamente a área específica que escolheu. Após o término de cada módulo, ele fará uma avaliação escrita, uma avaliação prática e uma auto-avaliação. A cada finalização do módulo e aprovação do aluno, o interno irá receber um certificado de conclusão do módulo estudado.

É importante que o detento receba um retorno para sentir-se útil e capaz de realizar e desempenhar alguma atividade profissionalizante; é importante também, que ele resgate a sua auto-estima e a sua dignidade como ser humano e que tenha a esperança de melhoria de vida, esperança no amanhã e de que um dia irá sair da prisão e conseguirá uma oportunidade de trabalho sem voltar para o mundo da criminalidade.

Figura 7 : Organograma do Escritório Modelo



Características do Escritório Modelo:

- O Escritório Modelo será coordenado por um delegado que terá formação em alguma área de Educação;
- Cada área de treinamento será coordenada por pessoas diferentes, que sejam formadas em educação;
- Haverá, no Escritório Modelo, psicólogos, médicos e dentistas para tratar da saúde física e mental do preso;
- Os internos serão observados por câmeras que monitorarão o comportamento e o interesse de cada um.

7.2 A tecnologia como auxílio para o preso.

7.2.1 A utilização do computador

A utilização do computador no processo de ensino-aprendizagem encerra uma série de características positivas, dentre as quais são especialmente destacadas:

- Aquisição de grandes volumes de informações sejam elas reunidas e recuperadas à medida que se façam necessárias e de maneira ágil e rápida;
- A permissão da socialização de experiências no mundo real por meio de simulações em ambientes diferentes daquele que se está e situações raras ou pouco tangíveis no dia-a-dia.

Em uma penitenciária, por exemplo, o computador é de grande valia e pode ser, e muito, aproveitado nas áreas educacional, profissionalizante e também no fortalecimento da auto-estima, criatividade e descobertas.

Em um laboratório de informática em que há 10 (dez) computadores e que para cada 2 (dois) alunos é utilizado um computador, pode-se trabalhar de uma forma bastante proveitosa. Além de cursos básicos de *Windows*, *Word* e *Excel*, o aluno pode interagir e adquirir novos conhecimentos específicos e interessantes na Internet, saindo então das grades que o separam do mundo. Ele tomará conhecimento de que existe muita informação e viajará por um mundo novo sem sair do lugar. Porém, o interno deve ser monitorado, orientado e observado por professores de informática, os quais deverão saber sempre, qual o objetivo a ser trabalhado naquele momento.

Dependendo do interesse, da capacidade e da aptidão de cada preso, pode-se utilizar o computador nas oficinas especializadas, o que irá enriquecer consideravelmente o curso modular profissionalizante oferecido para ele, pois ele irá pesquisar e aprimorar seus conhecimentos. São exemplos disso as oficinas de artes, alimentação e cabeleireiro. Na oficina de artes, o interno poderá trabalhar com *PhotoShop*, *Gif Animator* e *Corel Draw* para desenhar, fazer cartões e ilustrações e elaborar projetos de *lay-out* (arranjo de espaço físico com racionalidade). Na oficina de alimentação, o interno poderá conhecer outros tipos de culinária regional e

internacional. Na oficina de cabeleireiro, poderá visualizar cortes de cabelo adequados aos diferentes tipos de rosto.

Cada atividade dessas, engrandeceria o módulo estudado e aumentaria o conhecimento específico de cada área. É evidente que, para utilização do computador, o interessado deve ter um pré-requisito, ou seja, ter feito curso básico de informática.

Porém, as aulas devem sempre ser monitoradas para que não haja comunicação entre um preso de uma penitenciária e outro de outra, caso haja o acesso à Internet. É importante também que se faça uma triagem e se observe o crime cometido pelo preso; se por ventura ele foi condenado por ser um *hacker*, ou seja, o conhecido pirata eletrônico. *Hacker* é a pessoa que possui conhecimento de informática acima da média e o utiliza para penetrar em sistemas de seguranças de computadores alheios. Neste caso, ele deverá fazer apenas o curso via televisão, pois, caso isto não aconteça, ele poderá desbloquear programas, o que acarretará um grande problema posteriormente.

7.2.2 Televisão Corporativa no Sistema Penitenciário

Conforme o exposto a respeito de TV Corporativa no capítulo 2 “ Educação a Distância “, a sua aplicação no sistema tem grande utilidade face à dimensão territorial do Brasil, pois da sede de transmissão da televisão, no Ministério da Justiça, podem ser proferidas aulas, palestras, cursos profissionalizantes para os presidiários, bem como para os funcionários lotados no sistema. O sistema de comunicação via televisão pode também ajudar a sanar as interpretações dúbias dadas às normas emanadas pelo Ministério da Justiça.

O sistema de TV Corporativa no Sistema Penitenciário pode funcionar, em sistema direto, isto é, ao vivo ou através de programação repetida pelo número elevado da população carcerária.

No Sistema de TV Corporativa, a interação entre alunos telespectadores e instrutores, diretores e funcionários do Sistema Penitenciário e autoridades do Ministério da Justiça e outros, pode ser feita por meio de fax, telefone ou *e-mail*.

A montagem do sistema de TV Corporativa apesar de ter a princípio um custo elevado, torna-se ao longo do tempo mais em conta do que a utilização de

videoconferência e da tele-conferência, pois em ambos os casos ,é necessário que se alugue a linha telefônica via Embratel por um determinado tempo. Então, nesse caso, não seria viável tendo em vista o grande número de presídios sem estrutura adequada de salas para o funcionamento desses tipos de tecnologias, além da falta de segurança e pessoal qualificado, da volumosa população carcerária, o seu baixo nível cultural e também do alto custo financeiro de aluguel de linhas telefônicas.

Nesse sistema de televisão, parte da programação, como os cursos profissionalizantes, pode ter os próprios detentos como atores, sendo monitorados e instruídos por profissionais qualificados das áreas específicas. Assim, os telespectadores, que estão presos, são motivados por outros presos cujos conhecimentos são repassados sobre um determinado assunto, com uma linguagem própria e acessível. O interesse pelo conteúdo crescerá significativamente e a interação, nesse caso, será benéfica.

Outra parte da programação pode trabalhar a questão da auto-estima. Quanto ao aspecto mencionado, o melhor a se falar é sobre a renovação de hábitos de vida, reconhecendo-os como necessários para a reintegração do indivíduo preso na sociedade, pois fazem a diferença entre o indivíduo capacitado ou não para viver normalmente inseridos na sociedade.

São diversos os mecanismos usados para a auto-aceitação do homem, como noções básicas de higiene, nutrição adequada, costumes ambientais, condicionamento da qualidade de vida, os quais irão englobar questões de saúde física e mental, tão significativos para que haja o avanço paulatino de uma auto-credibilidade consciente.

Partindo da premissa de que o participante reúne qualidades que o propiciam ter um lugar no grupo escolhido, preconiza-se a realização de um projeto, sendo fiel às intenções originais. Dele pertencem mensagens ao vivo em tempo e vocabulário circunstanciais; argumentação distribuída em fitas de vídeo, afeitas ao assunto, com ilustrações efetivas e claras, usadas em programação repetida, alternada ou que se complementem.

Os temas abordados são, literalmente, em torno da idéia de auto-ajuda, cuja finalidade, antes traduzida, reafirma os benefícios obtidos após exercícios propostos, os quais enfocam o papel amplamente curativo de todo o processo.

Algumas dessas medidas devem partir das autoridades inerentes e desejosas de melhoria abrangente do sistema. Mas, é reverenciada conscientemente a verdadeira possibilidade, das outras decisões serem da alçada e responsabilidade do elemento que se ajusta ao bom desempenho da função objetivada.

7.3 Projeto para criação do Fundo de Amparo ao ex-presidiário

7.3.1 Histórico

O Fundo de Amparo ao ex-presidiário - FAP é um fundo especial de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério da Justiça e a Governos Estaduais, destinado ao custeio do programa de Amparo ao ex-presidiário, do abono pecuniário, e ao financiamento de Programa de desenvolvimento sócio- econômico.

As fontes de recursos do FAP serão integradas por recursos repassados por verbas específicas dos Ministérios da Justiça, do Trabalho e da Previdência Social, e pelas Loterias Esportivas da União e dos Estados.

As cotas individuais do Fundo serão mantidas como direito do ex-presidiário por tempo determinado a ser regulamentado, para custear o programa acima referido.

O Fundo será administrado pelo Diretor do Escritório Modelo, e por um órgão colegiado, de caráter tripartite, composto por representantes do governo, da sociedade e do ex-presidiário.

Dentre as funções precípuas do Fundo, estão a de criar e elaborar metas para o programa e para a geração de novos empregos e recursos, com a finalidade de acompanhar o ex-presidiário durante o prazo que estiver sob a sua orientação, e de avaliar o impacto social, propondo o aperfeiçoamento da administração e legislação pertinente.

A principal ação do fundo é de amparar temporariamente o ex-presidiário, executando um trabalho de recuperação, com base no programa elaborado pelo Escritório Modelo para a educação, profissionalização, ressocialização e integração à sociedade.

A produção dos trabalhos profissionais das diversas oficinas efetuados pelos detentos quando do cumprimento da pena e do ex-presidiário, enquanto durar a

vinculação ao Escritório Modelo, poderá ser exposta e comercializada em Cooperativa a ser criada e coordenada pelo Escritório Modelo.

Se houver disponibilidade de recursos financeiros, e tendo o ex-presidiário feito o curso profissionalizante ou técnico, poderá o Escritório Modelo criar programa de financiamento para criação de microempresas.

O presente programa visa ao tripé básico de ressocialização do ex-presidiário.

- Qualificação profissional - a partir dos cursos oferecidos pelo Escritório Modelo.
- Benefício de ajuda desemprego - assistência social ao ex-presidiário.
- Intermediação de mão de obra - buscar recolocar o ex-presidiário no mercado de trabalho, de forma ágil e não onerosa.

7.3.2 O que representa o FAP

O Fundo de Assistência ao presidiário e ao ex-presidiário, enquanto durar a sua vinculação, é uma meta a ser atingida pelo Escritório Modelo para a volta do homem à sociedade.

7.3.3 Quem terá direito

Todo presidiário e ex-presidiário que não tenha sofrido punição durante o cumprimento da pena, após análise médica por psicólogo e psiquiatra e que completar o(s) módulo(s) dos cursos profissionalizantes ou técnicos oferecidos pelo Escritório Modelo.

7.3.4 Como requerer

O presidiário poderá requerer a sua inscrição aos cursos a direção do Escritório Modelo com a aprovação do Diretor do Sistema Penitenciário, não podendo ser reincidente.

7.3.5 Valor do benefício

O valor do benefício será calculado após a realização de estudo técnico, tendo-se por base a verba a ser destinada.

Obs. Todo trabalho efetuado pelos presidiários deverá ser remunerado, com o devido desconto para previdência social e para o fundo de participação, a fim de que o mesmo possa contribuir para o sustento de sua família.

7.3.6 Como receber

O presidiário enquanto preso terá uma parte depositada em poupança, e uma parte em dinheiro para o sustento de seus familiares.

O ex-presidiário enquanto estiver sob o amparo da FAP, receberá através de banco oficial.

O Escritório Modelo anualmente prestará conta aos órgãos acima mencionados das verbas utilizadas.

Conforme tem-se presenciado por meio de noticiários e relatos, o Sistema Penitenciário Brasileiro, em sua grande maioria, é obsoleto, sem nenhuma estrutura que possa auxiliar na recuperação do preso. O Estado investe pouco e, a sociedade, em sua maioria, nenhuma ajuda presta para a recuperação do presidiário; são poucas as instituições que auxiliam o preso, como se é feito em Itaúna.

No presente projeto, a proposta é de desenvolver no Sistema Penitenciário a educação e a profissionalização do preso, bem como a reeducação e a inserção deste na sociedade. Para isso, devem ser seguidos alguns critérios e devem ser feitas algumas observações, tais como:

- 1) clientela a ser atendida deverá ser selecionada entre os presos, observando-se o interesse e comportamento e analisando o perfil psicológico;
- 2) os serviços prestados poderão ser oferecidos com a devida retribuição financeira ao preso do governo no âmbito Federal, Estadual e Municipal bem como as instituições filantrópicas;
- 3) os meios para o desenvolvimento do projeto deverão ser fornecidos pelo Governo Federal, Estadual, Municipal e pela sociedade; o Governo Federal e o Estadual através de leis, deverão reservar das diversas loterias que exploram, e também dos impostos uma parcela para o programa oferecido.

8 CONCLUSÃO

Considerando que mídia é um conjunto de meios de informação e comunicação embasados na tecnologia cada vez mais avançada, deve-se afirmar a relevante importância que ela tem diante da Educação a Distância. A propósito, este tipo de ensino encampa e tenta solucionar o problema por que passam as pessoas que desejam adquirir conhecimentos, querem fazer cursos de formação variados, mas estão impedidas de locomover-se para o local dos mesmos ou não há disponibilidade de horário adequada.

Esses, talvez, sejam os problemas de muitas pessoas que aspiram a uma chance de estudar, mas não têm a possibilidade de efetivá-la.

Inserindo a Educação a Distância no Sistema Penitenciário, pode-se ter uma boa resposta e aceitação devido à premência de mudança no que se refere a esse sistema.

As pessoas que estão dentro do sistema prisional não têm perspectiva de nada, pois o sistema não oferece condições físicas e materiais, tratamento de saúde, tanto físico quanto psicológico e possibilidade de os presos deixarem de ficar ociosos, de melhorarem a auto-estima deles, de estudarem e profissionalizarem-se .

Com a Educação a Distância, os detentos podem ter uma oportunidade de entrar no mercado de trabalho após saírem do presídio, podem ter uma perspectiva de vida, pois, ao invés de ficarem ociosos, estarão estudando, fazendo cursos profissionalizantes e sendo atendidos por profissionais qualificados em suas respectivas áreas.

Para isso, a TV Corporativa é útil porque com ela, pode-se alcançar uma grande massa populacional ao mesmo tempo, e isso facilitará, porque não haverá problemas com a falta de instrutores e professores, e assim não é colocado em risco a segurança das unidades penais.

A implantação do Escritório Modelo e a criação do Fundo de Assistência ao Preso contribuirão de forma eficaz para a diminuição da reincidência do crime no país, pois conforme dados fornecidos pela FUNAP, o grau de instrução da população carcerária é muito baixo, ou seja, essa população carcerária é semi-analfabeta.

Com a aplicação desse projeto, estima-se que muitos apenados saiam da prisão com uma formação profissionalizante, tanto na área de informática quanto na área técnica socializando-se no mundo globalizado.

A Cooperativa que faz parte do projeto visa à exclusão do preso do ócio, da fragilidade que o sistema oferece até então. A finalidade da Cooperativa é trazer o preso ao mundo atual. Os presos de pena longa perdem espaço no mundo globalizado, tendo em vista que a grande maioria tem o mínimo grau de escolaridade, sendo que o treinamento contínuo de massa dá oportunidade de eles adquirirem um pouco de cultura e de preencherem o tempo com uma atividade profissional, visa também a restituir a eles a cidadania. Mesmo que seja um processo não amplo, como no mundo globalizado, o sistema de Cooperativa se adapta à globalização.

O fundamental da presente proposta é que seja criado um complexo em que não só o governo, bem como a sociedade e voluntários criem meios para a implementação do Escritório Modelo com as suas ramificação apresentadas na proposta, pois em análise e estudando minuciosamente o atual Sistema Penitenciário, põe-se que pessoas isoladas, no Brasil, procuram ajudar a reabilitação e a integração do preso excluído da sociedade como é o caso citado nas cidades de Itaúna e Bragança Paulista e o trabalho realizado no CIR, o qual é muito superficial, face às dificuldades organizacionais e de recurso.

É importante que se relate que foram enviados questionários para alguns Estados no intuito de se fazer uma comparação e uma integração de dados, informações e estatísticas a respeito de educação e profissionalização do indivíduo preso; entretanto, nenhum questionário foi respondido.

8.1 Recomendações Gerais

Os subsídios deste trabalho poderão ser úteis para a melhoria do Sistema Penitenciário.

Sugere-se:

- Não somente considerar, mas também valorizar o ser humano, sua capacidade de produção, de mudança e recuperação.

- A criação de um Escritório Modelo, com a finalidade da ressocialização do indivíduo preso mediante treinamento específico.
- A criação de um canal de comunicação, efetivo e constante, por meio da TV Corporativa, visando à educação e à profissionalização do preso.
- A criação de cooperativas, para que os detentos (de dentro do presídio) e ex-detentos (de fora do presídio), separadamente, possam trabalhar; ajudando-os, então, a serem reintegrados à sociedade.
- A criação de um Fundo de Amparo ao Preso a fim de amparar temporariamente o ex-presidiário.

8.2 Limitações do estudo e pesquisas futuras :

Em primeiro lugar, é importante que seja dito que o ponto de destaque deste trabalho é a reintegração do indivíduo preso na sociedade. Deve-se frisar que o detento sai da prisão sem nenhuma perspectiva de vida, com baixa auto-estima e com muitos traumas sofridos dentro da prisão. É mister ressaltar que estamos falando de seres humanos, que apesar de terem cometido infrações ou crimes, são indivíduos, pessoas, gente. Indivíduos, esses, que muitas vezes querem sair do mundo da criminalidade, mas não têm oportunidade, pois a única porta que se abre para eles é a do crime.

O Sistema Penitenciário, apesar de algumas iniciativas, é um sistema falido, desacreditado pela sociedade. Porém, qualquer participação por parte da sociedade e do Governo que ele venha a ter, é de grande valia.

Quanto às limitações do trabalho, podem ser relatados três aspectos que dificultaram o andamento do estudo:

Defasagem de séries históricas sobre a situação do Sistema Penitenciário;
dificuldade de informação a respeito do Sistema Penitenciário na parte numérica;

impossibilidade de estabelecer um quadro comparativo entre os Estados pela ausência de dados.

Quanto a esse último aspecto, vale destacar que foram enviados questionários para a maioria dos Estados brasileiros e, infelizmente, apesar de os responsáveis terem confirmado que iriam respondê-los, nenhum foi respondido.

Ao fazer uma retrospectiva geral, pode-se afirmar que em algumas etapas a pesquisa foi prazenteira e em outras, de grande preocupação e indignação.

Essa pesquisa é, também, uma contribuição para análise e reflexão sobre um tema significativo e atual, que quer mostrar que o indivíduo tem condições de ser ressocializado, que pode não ser um reincidente.

Sugere-se, outrossim, para estudos futuros, em vista da limitação que foi citada anteriormente, um estudo sobre todos os Estados na parte prisional, para que se possa saber do perfil dos detentos, do que está sendo feito nas prisões em termos profissionais e educacionais e como funcionam outras prisões de outros Estados.

Esse trabalho procurou ser uma contribuição ao Sistema Penitenciário e a quem se interessar, para subsidiar maior compreensão e proporcionar elementos para reflexão, sobre os grandes problemas que nos aflige: a violência, a criminalidade e a reincidência.

9 FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ALBERGARIA, Jason. *Comentário à lei de execução penal*. Rio de Janeiro: Aide, 1987.

AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa*. 4.ed. Rio de Janeiro: Delta, 1968. v.2.

ALVARENGA, Lúcia Barros Freitas de. *Direitos humanos, dignidade e erradicação da pobreza: uma dimensão hermenêutica para a realização constitucional*. Brasília: Brasília Jurídica, 1998.

ALVES, Márcio Moreira. O sistema penal. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 jan. 2002.. Primeiro Caderno.

ARAÚJO, Hermetes Reis (org.). *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

ARMENGOL, Miguel Casas. *Educação a distância*. Disponível em: <<http://www.cciencia.ufrj.br/educnet/educad.htm>> Acesso em 22 out. 2001.

BARZOTTO, Valdir Heitor; GHILARDI, Maria Inês (org). *Mídia, educação e leitura*. São Paulo: Anhembi Morumbi: Associação de Leitura do Brasil, 1999.

BELLONI, Maria Luiza. *Educação a distância*. Campinas, S.P.: Autores Associados, 1999.

BITTI, Pio Ricci; ZANI, Bruna. *A Comunicação como processo social*. 2.ed. Lisboa: Estampa, 1997.

BOFF, Leonardo; ARRUDA, Marco. *Globalização: desafios sócio-econômicos, éticos e educativos*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2000.

BOLZAN, Regina F. de Andrade. *O conhecimento tecnológico e o paradigma educacional*., Florianópolis: UFSC,1996. Dissertação apresentada no Curso de Pós-graduação na Universidade Federal de Santa Catarina.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretária Nacional de Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. *Manual de aplicação das penas e medidas alternativas: prestação de serviços à comunidade. Sanção educativa e socialmente útil*. Brasília: MJ, 2000.

BUARQUE , Aurélio de Hollanda Ferreira. *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* .11.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

CAIRNCROSS, Frances. *O fim das distâncias: como a revolução nas comunicações transformará nossas vidas*. Tradução de Edite Sciulle e Marcos T. Rubino. São Paulo: Nobel, 2000.

CANDAU, Vera Maria. *Oficinas pedagógicas de direitos humanos*. Petrópolis, R.J. : Vozes, 1999.

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana. *Educar em direitos humanos: construir democracia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CARVALHO, Hilário Veiga de. *Criminalidade*. São Paulo :Resenha Universitária, 1974.

CARVALHO, Júlio Marino de. *Os Direitos humanos no tempo e no espaço: visualizado através do direito internacional, direito constitucional, direito penal e da história*. Brasília: Brasília Jurídica, 1998 .

CASTRO, Carla R.de. *Crimes de informática e seus aspectos processuais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CIRIGLIANO, Gustavo. *Educação a Distância*. Disponível em: <<http://www.cciencia.ufrj.br/educnet/educad.htm>> Acesso em 22 out. 2001.

COLL, Cesar et al. *O Construtivismo na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1996.

COMITÊ PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA. Disponível em: <<http://www.cdi.gov.br>> Acesso em 11 nov. 2002.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro*. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

DAVIS, Cláudia; Oliveira, Zilma de. *Psicologia na Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI*. 5.ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 2001.

DEMO, Pedro. *Desafios Modernos da Educação*. 9.ed. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2000.

DI GIORGI, Flávio. *O caminho do desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIB, Cláudio Zaki. *Tecnologia da educação e sua aplicação à aprendizagem de física*. São Paulo: Pioneira, 1974.

DIMENSTEIN, Gilberto. *Aprendiz do futuro : cidadania hoje e amanhã*. São Paulo: Ática, 1997.

DRUCKER, Peter Ferdinand. *O melhor de Peter Ducker: a sociedade*. Tradução de Edite Sciulli. São Paulo, Nobel, 2001.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESTÉVEZ, F. *El Norte y el Sur em la educación ciudadano: educación ciuidadana, democracia y participación*. Lima: Grade, 1998.

EVANS T., NATION D. *Educational Technologies: Reforming Open and Distance Education*. Londres: Koogan/Page, 1993.

FERRACUTI, Franco. *Temas de criminologia*. Tradução de Marie Maidaleine Hutyra. São Paulo: Resenha Universitária. 1975. v.1.

FONSECA, Antonio Manoel. *Personalidade, projectos vocacionais e formação pessoal e social*. Porto :Porto, 1994.

FREIRE, Paulo; Shor, Ira. *Medo e Ousadia o cotidiano do professor*. Tradução de Adriana Lopez, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GADOTTI, Moacir. *História das idéias pedagógicas*. 8.ed. São Paulo: Ática, 1999.

GATES, Bill. *A Estrada do Futuro*. Tradução de Beth Vieira. 2.reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GENTILI, Pablo (org.). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial.*) Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GOMES, Luís Flávio. *O modelo consensual brasileiro de justiça criminal: notas aproximativas*. *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*. Brasília: Ministério da Justiça. v.1, n.8, jul./dez. 1996.

GRINSPUN, Mirian P.S. Zippin. *Educação tecnológica: desafios e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1999.

HEMERSON, Landercy. *ONU defende presídios com a participação da sociedade*. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 18 fev. 2002. Caderno: Gerais.

HOLBERG, Borje. *Educação a distância*. Disponível em: <<http://www.cciencia.ufrj.br/educnet/educad.htm>> Acesso em 22 out. 2001.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IBÁÑEZ, Ricardo Marian. *Educação a distância*. Disponível em: <<http://www.cciencia.ufrj.br/educnet/educad.htm>> Acesso em: 22 out. 2001.

KRUPPA, Sonia M.Portella. *Sociologia da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

LEAL, César Barros. *O crepúsculo de uma era*. *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária* Brasília: Ministério da Justiça, n.1 v.8 p. 33-39, jul./dez.1996.

LEIDNER, D. E; JARVENPAA, S.L. *The use of information technology to enhance management school education: a theoretical view*. [S.I.]: Quartil DC, 1995.

LEITE, Celso Barroso . *Antologia informal da globalização*. Rio de Janeiro: Destaque, 2000.

LEMGRUBER, Julita. Os riscos do uso indiscriminado da pena privativa de liberdade. *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*. Brasília: Ministério da Justiça. v.1 n.7, jan./jun. 1996.

LÉVY, Pierry. *As tecnologias da inteligência*. São Paulo: Editora 34, 1993.

LÉVY, Pierre. *O que é Virtual?* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.

LIMA, César Barros. *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*. Brasília/DF. n.6,v.1, p. 13 - 30, jul./dez. 1995.

Ministério da Ciência e Tecnologia. *Livro Verde Sociedade da Informação no Brasil*. Brasília/DF./2000.

LOPES, Eliane Marta Teixeira et al. *500 anos de educação no Brasil*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LORENA, Talita. Ensino nas penitenciárias, saída para ressocialização. *Hoje em Dia*, Brasília, 14 jan. 2001. Caderno Brasília.

LUCA, Cristina de. Tudo pelo social: os novos rumos dos projetos de combate à exclusão digital em 2002. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 dez. 2001. Caderno Informática.

MACEDO, Ubiratan Borges. Os princípios fundamentais da Constituição de 1988. In: MERCADANTE, Paulo (coord.). *Constituição de 1988: o avanço do retrocesso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1990. Coord. Paulo Mercadante.

MACHADO, Nilson José. *Cidadania e educação*. 3.ed. São Paulo: Escritoras. 2001. (Coleção Ensaaios Transversais)

MACIEL, Ira Maria. *Psicologia e educação: novos caminhos para a formação*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001.

MAITLAND, Iain. *Como motivar pessoas*. Tradução de Pedro Marcelo Sade e Giorgio Cappeli. São Paulo: Nobel, 2000.

MANZINI – COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. Coleção Primeiros Passos, 1996.

MARQUES, João Benedito de Azevedo. Uma nova política penitenciária. Folha de São .Paulo, São Paulo, 11 out. 1996. Seção Tendências e Debates.

MATOSO, Katia M.de Queirós. *Textos e Documentos para o Estudo da História Contemporânea: 1789–1963*. São Paulo: Hucitec, 1977.

MAYA, N. *El Taller Educativo. Qué es. Fundamentos, como organizalo y dirigirlo. Como evaluarlo*. Santa Fé de Bogota: Gente Nueva, 1991.

MENDONÇA, Ricardo. O paradoxo da miséria. *VEJA*. São Paulo: Abril. Edição 1735, ano 35, n.3, 23 jan. 2002.

MENEZES, Gilda . *Como usar outras linguagens na sala de aula* .São Paulo : Contexto, 2000.

MORAES, Dicamor. *História de Brasília*. Brasília: Thesourus , 1992.

MORGAN, Gareyh. *Imagens da organização*. Tradução Cecília Whitaker Bergamini, Roberto Coda. São Paulo: Atlas, 1996.

NISKIER, Arnaldo. *Educação à distância: a tecnologia da esperança*. São Paulo, Loyola, 1999.

OCHOA, M.L. Educação a distância. Disponível em: <<http://www.cciencia.ufrj.br/educnet/educad.htm>> Acesso em 22 out. 2001.

PENTEADO, Heloísa Dupas. *Pedagogia da comunicação: teorias e práticas*. São Paulo, Cortez, 1998.

PIAGET, Jean. *A equilibração das estruturas cognitivas: problema central do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PRETI, Oreste (org.) *Educação a distância: construindo significados*. Cuiabá: NEAD/IE- UFMT : Brasília: Plano, 2000.

RAMONET, Ignacio. *Geopolítica do caos* . Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

REGIANI, Maria Claudia. *Fatores de satisfação e insatisfação no trabalho do professor, a partir da teoria de motivação e higiene de Herzberg*. Curitiba, 2001. Dissertação apresentada ao Centro Federal de Educação Tecnológico do Paraná.

REVISTA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. Brasília: Ministério da Justiça. v.1, n. 6. Jul./dez. 1995.

REVISTA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. Brasília: Ministério da Justiça. v 1, n. 7, jan./jun. 1996.

REVISTA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. Brasília: Ministério da Justiça. v 1, n. 8, jul./dez.. 1996.

REVISTA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. Brasília: Ministério da Justiça. v 1, n. 13, jan./jun. 2000.

RIOS, Terezinha Azerêdo. *Ética e competência*. 10.ed. São Paulo : Cortez, , 2001.

SABINI, Maria Aparecida Cória. *Fundamentos de psicologia educacional*. São Paulo: Ática, 1988.

SANFELICE, José Luis; et al (org.). *História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1999.

SCHIMDT, Magrit Dutra. A questão da cidadania In: SOUZA JÚNIOR, José Geraldo de (org.). *Introdução crítica ao Direito*, Série: O Direito achado na rua: 1993.

SETZER, Valdemar. *Meios eletrônicos e educação: uma visão alternativa*. São Paulo: Escritura, 2001 (Coleção Ensaio Transversais).

SIETE PIEZAS SUELTAS DEL ROMPECABEZAS MUNDIAL. México: Crie, 1998.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 20.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SILVA, Naura F. Corrêa da. *Supervisão educacional: uma reflexão crítica*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

SLACK, Nigel et al. *Administração de produção*: edição compacta. Tradução Ailton Bomfin Brandão. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUSA, Sérgio. *Tecnologias de informação*. 2.ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2000.

TAKAHASHI, Tadao (org.). *Sociedade de informação* : livro verde. Brasília: MCT, 2000.

TELES, Ney Moura. *Direito Penal*: parte geral. São Paulo: Atlas, 1998.

TENÓRIO, Robinson. *Computadores de papel*: máquinas abstratas para um ensino concreto. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VALDEJÃO, Renata. Prisões: lotadas e falidas... *Super Interessante*. São Paulo: Abril, abr. 2002. Especial Segurança.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização* . Rio de Janeiro: Record, 1999.

VILARINO, Lúcia R. G. *Didática*: temas selecionados. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WARDMAN, Kellie T. *Criando organizações que aprendem*. Tradução Cynthia Azevedo. São paulo: Futura, 1996.

YOUSSEF, Antonio Nicolau; FERNANDEZ, Vicente Paz. *Informática e sociedade*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1998.

10 ANEXOS

Questionários apresentados ao Diretor do Centro de Internamento e Reeducação - CIR, à Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - Funap, aos professores atuantes no Sistema Penitenciário, aos detentos e às Secretarias de Segurança.

Questionário apresentado à Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap):

1) Número de internos por sexo no presídio :

Feminino :

Masculino :

2) Número de presos por cor:

branco :

mulato :

pardo :

negro :

outros :

3) Número de presos por idade :

18 a 20 anos :

21 a 29 anos:

30 a 39 anos:

40 a 49 anos:

50 a 59 anos:

60 a 70 anos:

acima de 70 :

4) Grau de escolaridade :

Masculino :

Ensino Fundamental incompleto:

Ensino Fundamental completo:

Ensino Médio incompleto:

Ensino Médio completo :

Curso superior em andamento :

Curso superior completo :

Feminino :

Ensino Fundamental incompleto:

Ensino Fundamental completo:

Ensino Médio incompleto:

Ensino Médio completo :

Curso superior em andamento :

Curso superior completo :

5) Que cursos são oferecidos aos internos ?

6) Qual o critério de seleção para a participação dos cursos de informática e tele-curso:

7) Número de presos que fizeram ou estão fazendo o tele-curso 1º grau :

masculino () feminino ()

8) Número de presos que fizeram ou estão fazendo o tele-curso 2º grau :

masculino () feminino ()

9) Duração do curso: dias e horas :

Tele-curso do 1º grau () dias () horas

Tele-curso do 2º grau () dias () horas

10) Qual o critério de avaliação ?

11) Qual a metodologia utilizada ?

12) Quantitativo de professores :

13) Formação profissional dos professores :

14) Número de computadores disponíveis no laboratório : ()

15) Quais os tipos de equipamentos utilizados no curso ?

16) Número de presos que fizeram ou que estão fazendo o curso de informática :

masculino () feminino ()

17) Quais as razões da aplicação da informática dentro do presídio ?

18) Duração do curso :

() dias da semana () horas

19) Conteúdo :

20) Existe acesso à Internet ?

21) Caso a resposta seja afirmativa, responda :

Por quanto tempo ?

É controlado ?

Há fórum e lista de discussão (grupos abertos ou fechados ?)

Há senha ?

22) Formação profissional dos professores :

23) Após o término dos diferentes cursos, foi obtido o aproveitamento de algum detento, em mercado de trabalho inerentes aos mesmos ?

24) Em termos estatísticos, de quem parte a iniciativa de ajuda e manutenção para o treinamento e desenvolvimento dos programas de educação do detento :

(%) familiares

(%) comunidade

(%) governo

Questionário apresentado ao cidadão (a) recolhido ao Sistema Penitenciário:

1) Nome :

2) Idade :

3) Grau de escolaridade :

4) Delito cometido :

5) Há quanto tempo está preso (a) ?

6) Qual a pena a ser cumprida ?

7) Gostaria de participar de algum curso?

Sim() Não()

8) Qual o curso que gostaria de fazer? Por quê?

9) O curso feito dá noções para desempenho de atividades fora do sistema carcerário ?

10) Já participou de algum curso de informática ?

Sim() Não ()

11) Há interesse de realização de cursos de informática ?

Sim() Não()

Por quê ?

12) Qual a aplicação do curso de informática na sua vida ?

13) Quais são as suas esperanças após concedida a liberdade?

Questionário apresentado ao Diretor do Centro de Internamento e Reeducação - CIR

- 1) Qual o custo mensal do preso no sistema?
- 2) Na sua opinião, como esse custo poderia diminuir ?
- 3) O que pode ser feito no Sistema Penitenciário para a socialização e reintegração total do detento à sociedade?
- 4) O que falta para a modernização do Sistema Penitenciário, na sua opinião?
- 5) De quem partiu a iniciativa da implementação do projeto de educação do preso nesta Instituição?
- 6) A sociedade participa da reeducação do preso?
- 7) O sistema tem condições de formar com os alunos que participam dos cursos um Escritório Modelo para executarem trabalhos remunerados?

Sim() Não()
- 8) Os detentos são classificados segundo seus antecedentes para participarem dos cursos oferecidos pelo Sistema Penitenciário?

Sim() Não()
- 9) Qual o critério classificatório utilizado pela Direção da Instituição para que o detento realize os cursos ?

Antecedentes ()
Comportamento ()
Condenação ()
Periculosidade ()
- 10) Os cursos oferecidos pela Instituição estão recuperando o detento ?

Sim() Não()

11) Há caso de reincidência de detento que tenha cursado o treinamento?

Sim() Não()

12) Em caso positivo, qual é o percentual?

(%)

13) O detento tem o direito a fazer novos cursos em caso de reincidência?

Sim() Não()

Por quê?

14) Poderia ser criado, na sua opinião, um Escritório Modelo ou oficinas para que o

detento pudesse garantir o seu sustento no sistema e ser mais rapidamente socializado?

Sim() Não()

Por quê?

15) Os detentos tornam-se mais socializados após terem realizado os cursos oferecidos pelo sistema?

Sim() Não ()

16) As detentas têm direito aos mesmos cursos oferecidos aos presos do sexo masculino?

Sim () Não()

Por quê?

17) O número de professores atende a demanda do treinamento?

Sim() Não()

18) Em caso negativo qual o número ideal de professores ?

19) O que pode ser feito no Sistema Penitenciário para a socialização e reintegração total do detento à sociedade?

Pesquisa apresentada aos professores atuantes no sistema penitenciário

- 1) O sistema oferece ao professor condições de trabalho para o desenvolvimento do treinamento do detento?

Sim() Não()

Por quê?

- 2) Qual o grau de dificuldade para o treinamento do detento na área de computação?

Espaço ()
Equipamento ()
Escolaridade ()
Outros ()

- 3) O treinamento por tele-curso atinge o objetivo da aprendizagem?

Sim() Não()

- 4) O que poderia ser modificado no Sistema Penitenciário na área de ensino e aprendizagem, para melhor aproveitamento do detento?

- 5) O material disponível é suficiente para o desenvolvimento das atividades de ensino?

Sim() Não()

- 6) Em caso negativo o que é necessário ?

- 7) Qual a maior dificuldade do detento em relação ao treinamento ?

- 8) Qual a maior dificuldade do professor no relacionamento com o detento?

- 9) Qual o índice de aceitação do detento ao treinamento e aos cursos oferecidos pelo Sistema Penitenciário?

(%)

- 10) O número de horas-aula é suficiente para a aprendizagem do detento?

De: Ana Cláudia Camargo Carvalho
Para: Secretarias de Segurança Pública

1) Qual o custo mensal do preso ao sistema?

2) Na sua opinião, como este custo poderia diminuir ?

3) Os detentos são classificados segundo seus antecedentes para participarem dos cursos oferecidos pelo Sistema Penitenciário?

Sim() Não()

4) Qual o critério classificatório utilizado pela Direção da Instituição para que o detento realize os cursos ?

Antecedentes ()

Comportamento ()

Condenação ()

Periculosidade ()

5) Os cursos oferecidos pela Instituição estão recuperando o detento?

Sim() Não()

6) O que pode ser feito no Sistema Penitenciário para a socialização e reintegração total do detento à sociedade?

7) O que falta para a modernização do Sistema Penitenciário?

8) De quem partiu a iniciativa da implementação do projeto de educação do preso nesta Instituição?

9) A sociedade participa da reeducação do preso?

10) Os cursos oferecidos pela Instituição estão recuperando o detento?

Sim() Não()

11) O detento tem o direito a fazer novos cursos em caso de reincidência?

Sim() Não()

Por quê?

12) As detentas têm direito aos mesmos cursos oferecidos aos presos do sexo masculino?

Sim() Não()

Por quê?

13) O número de professores atende a demanda do treinamento?

Sim() Não()

14) Em caso negativo , qual o número ideal de professores ?

15) Que cursos são oferecidos aos internos ?

16) Qual o critério de seleção para a participação dos seguintes cursos de informática e tele-curso?

17) Número de presos que fizeram e estão fazendo o tele-curso 1º grau :

masculino () feminino ()

18) Número de presos que fizeram e estão fazendo o tele-curso 2º grau :

masculino () feminino ()

19) Duração do curso: dias e horas :

Tele - curso do 1º grau () dias () horas

Tele - curso do 2º grau () dias () horas

20) Critérios de avaliação :

21) Quantitativo de professores :

22) Formação profissional dos professores :

23) Metodologia utilizada :

25) Há laboratórios de informática?

Caso seja positiva a resposta, qual o número de computadores disponíveis no laboratório ?

26) Quais os tipos de equipamentos utilizados no curso ?

27) Número de presos que fizeram ou que estão fazendo o curso de informática :

masculino () feminino ()

28) Quais as razões da aplicação da informática dentro do presídio ?

29) Duração do curso :

() dias da semana () horas

30) Conteúdo :

31) Cursos oferecidos :

32) Existe acesso à Internet ?

() sim () não

33) Caso a resposta seja afirmativa, responda :

Por quanto tempo ?

É controlado ?

Há fórum e lista de discussão (grupos abertos ou fechados ?)

Há senha ?

34) Após o término dos diferentes cursos, foi obtido o aproveitamento de algum detento, em mercado de trabalho inerentes aos mesmos ?

35) Em termos estatísticos, de quem parte a iniciativa de ajuda e manutenção para o treinamento e desenvolvimento dos programas de educação do detento :

- (%) familiares
- (%) comunidade
- (%) governo

36) O sistema oferece ao professor condições de trabalho para o desenvolvimento do treinamento do detento?

Sim() Não()

Por quê?

37) Qual o grau de dificuldade para o treinamento do detento na área de computação?

- Espaço ()
- Equipamento ()
- Escolaridade ()
- Outros ()

38) O treinamento por tele-curso atinge o objetivo da aprendizagem?

Sim() Não()

39) O que poderia ser modificado no Sistema Penitenciário na área de ensino e aprendizagem, para melhor aproveitamento do detento?

40) O material disponível é suficiente para o desenvolvimento das atividades de ensino?

Sim() Não()

41) Em caso negativo o que é necessário ?

42) Qual a maior dificuldade do detento em relação ao treinamento ?

43) Qual o índice de aceitação do detento ao treinamento e aos cursos oferecidos pelo Sistema Penitenciário?

(%)

44) O número de horas-aula é suficiente para a aprendizagem do detento?